

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CAMPUS SOROCABA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

Maria Eliane de Campos Tróia

**Uma Costura [Crítica] sobre o Tecido Social Brasileiro: Alinhavos entre
Roupas, Relações de Gênero e Direitos Humanos**

Sorocaba

2023

Maria Eliane de Campos Tróia

**Uma Costura [Crítica] sobre o Tecido Social Brasileiro: Alinhavos entre
Roupas, Relações de Gênero e Direitos Humanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana, do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do Título de Mestra em Estudos da Condição Humana, na Linha de Pesquisa: Sujeitos de Discursos, Narrativas e Mobilidades.

Orientação: Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni

Sorocaba

2023

Tróia, Maria Eliane de Campos

Uma costura [crítica] sobre o tecido social brasileiro:
alinhavos entre roupas, relações de gênero e direitos
humanos / Maria Eliane de Campos Tróia -- 2023.
158f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Cláudia Regina Lahni
Banca Examinadora: Cláudia Regina Lahni, Viviane Melo
de Mendonça, Maria Claudia Bonadio
Bibliografia

1. Relações de gênero. 2. Roupas. 3. Direitos humanos. I.
Tróia, Maria Eliane de Campos. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Maria Eliane de Campos Tróia, realizada em 01/03/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni (UFJF)

Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça (UFSCar)

Prof. Dr. Maria Claudia Bonadio (UFJF)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana.

Dedicatória

Se a gente pode dedicar um trabalho para quem já não está mais aqui, acredito que possamos dedicá-lo a quem ainda não chegou aqui. Por isso exercito o verbo “esperançar” com toda a força freiriana que tenho e dedico esta Dissertação para todas as pessoas do futuro desse pedaço de chão. Brasileiras que poderão viver e produzir a “mistura legítima” de todos os seus saberes com liberdade, em um campo epistemológico emancipado.

Agradecimentos

A gratidão é um dos bordados mais lindos que podemos colocar sobre os seres humanos. É esse bordado que faz com as pessoas que nos ajudaram possam se sentir reconhecidas pelos seus feitos, que nem sempre foram conscientes. Nenhum bordado é feito por meio da estaticidade. Ao contrário, necessita do movimento para se constituir. Movimento que me proponho a fazer neste espaço. “Lugar Sagrado” da produção “formal” do conhecimento.

Inicio agradecendo às mulheres que lutam todos os dias para não se “acostumarem” com o mais do mesmo. Àquelas que creem em si próprias, mas sabem que não conseguirão realizar absolutamente nada sozinhas. Àquelas que, como eu e Maria Cristina Mata, também preferem o termo “luta”.

A primeira delas é aquela que, junto a outras tantas brasileiras, é minha Referência. Pesquisadora de Excelência, Jornalista, Militante de Movimentos Sociais Populares, Professora ética e responsável que, lá no início de 2021, aceitou me dar as mãos nessa travessia: a minha Orientadora Profa. Dra. Cláudia Regina Lahni. Como já dito a ela anteriormente, presumo ter sido um desafio me orientar nesse processo. Em especial, quando meus caminhos pareciam se multiplicar em diferentes direções. Naquelas horas, ela estava lá. Do meu lado, segurando as minhas mãos, orientando-me, até que eu retornasse à via principal. Em nenhum momento suprimiu a minha voz. Em nenhum momento me impôs o que fazer e/ou como fazer. Pelo contrário, foi me ajudando a “afiar” meus próprios instrumentos com sutis apontamentos. Sempre afirmou que confiava em mim. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

Minha gratidão também àquelas que vieram antes de mim nessa “luta”. Às que usaram instrumentos iguais ou semelhantes aos meus, e às que usaram instrumentos dos quais eu sequer me aproximei um dia na vida. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

Àquelas que, ao meu lado, conscientes de que “falam de baixo”, compõem essa “luta” por igualdade nos terrenos mais áridos que se pode imaginar. Às minhas companheiras Promotoras Legais Populares, às integrantes da Rede de Proteção à Mulher e/ou do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José dos Campos, que ao mesmo tempo que costuram seus corpos aos corpos dos seus para se manterem em pé, também se costuram aos corpos dos que não são seus, com a linha das dores sociais. No caso dessa costura, o tempo nem sempre é aliado. Há de se ter sabedoria para interpretá-lo. Na maioria das vezes, o que faz mesmo a diferença é o vermelho da linha usada. Cor da positividade frente à vida. Cor da **força**. Cor que

essas mulheres aprenderam a usar com maestria. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

Àquelas que, ao meu lado, são trabalhadoras da Arte-Cultura não “acostumadas” às faltas. Trabalhadoras da literatura, das artes visuais, das cênicas, da produção cultural, da música, do audiovisual, da economia criativa, das multilinguagens, que passam suas vidas a costurar seus corpos, memórias, processos e utopias aos corpos, memórias processos e utopias que não são seus. Às minhas companheiras do GT Mulheres da Cultura que incentivam outras mulheres e meninas na lida cotidiana do fazer artístico. Sobretudo às que “lutam” para viabilizar as permanências nesse circuito. As próprias e as de outrem. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

Àquelas que, como eu, também estão na travessia do PPGECH na UFSCar-So. Corpos que ocupam diferentes (entre-)lugares nesse grande (entre-)lugar de “passagem” cheio de gente disposta a nos ajudar a abrir nossas “lentes”. Em especial, à Coordenadora do Programa: Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça que, mesmo sem saber, por várias vezes me mostrou que sim, há possibilidades. No entanto, precisamos lidar com as impossibilidades cotidiana e continuamente. Um dia de cada vez, porque as potências transformadoras do amanhã residem no hoje. Às Profas. Dras. Daniela Auad e Teresa Mary Pires de Castro Melo que, com seus sorrisos leves e acolhedores, mostraram-me que o profícuo exercício do pensar também pode ser costurado ao afeto. Às Pesquisadoras da minha Rede de Apoio que me ajudaram a seguir nessa lógica do “um dia de cada vez”: Fernanda Ikedo, Elisângela Maria Thomazini, Raquel Peres Pereira Fujita, Luciana Loren Ribeiro Petrili e Fabiana Furlani Carlucci. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

À pessoa que me acompanha nessa mistura toda há tempos: Flávio Roberto Tróia. Alguém que tenta compreender – há décadas – as muitas noites sem dormir e as caminhadas sem roupa pela casa nas madrugadas; os inúmeros momentos de silêncio; as lágrimas e os sorrisos que surgem simultaneamente e na mesma proporção; as lambidas nas pontas dos pincéis e nas pontas das linhas; os sopros doídos no pó do grafite; os banhos de tintas e de letras. Mas, sobretudo porque é alguém que, como eu, sabe que “tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo. Tudo muda o tempo todo no mundo”. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

Também agradeço a todas as pessoas (de “dentro” ou de “fora” da Academia) que em algum momento – cada qual à sua maneira –, cortaram as linhas desta minha costura. Isso porque aqui, tanto quanto na costura das dores sociais, nem sempre o tempo é aliado, e eu

demorava muito para conseguir retomar do ponto em que havia parado. Quero que saibam que, em boa medida, vocês foram responsáveis pela continuidade da Pesquisa, pois sempre que precisei emendar tais linhas, fui obrigada a “criar” técnicas que deixassem os nós cada vez mais seguros, e elas cada vez mais fortes. Além disso, há um detalhe que vocês desconhecem: Eu escolhi a linha **vermelha** para fazer esta costura. Por isso, fica aqui, “formalmente bordado”, o meu agradecimento!

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar
Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar
E o homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós (e um homem não me define, minha casa não me define)
Vai viver só (minha carne não me define)
(Eu sou meu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós (e um homem não me define)
Vai viver só (minha carne não me define)

Letra da música: Triste, Louca ou Má © Warner Chappell Music, Inc
Compositores: Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes /
Sebastián Piracés-Ugarte

RESUMO

A partir de uma pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, este trabalho objetiva refletir sobre as articulações entre as relações de gênero, possíveis violações dos direitos e liberdades fundamentais e as roupas, no cenário brasileiro. Utilizando a Metodologia da Costura Crítica, conta com o aporte teórico-metodológico feminista e busca documentos que contemplem as variáveis política, econômica e sociocultural do Brasil atual. Partindo-se do pressuposto que as relações de poder existentes na sociedade se desdobrem em diferentes formas de controle dos corpos femininos, busca-se evidenciar a importância da identificação de tais formas que em geral operam “sutilmente”. Salienta-se a extrema urgência em se identificar possíveis aliados e opositores na construção da igualdade entre todos os seres humanos, teoricamente garantida. Entende-se que somente desse modo será viável a consolidação de alianças que trabalhem para uma real transformação social no sentido da mitigação das desigualdades, pois as ações cidadãs-emancipatórias dependem desse vínculo. Sendo assim, a problematização a respeito neste trabalho exercitada constitui-se uma ação de importância na medida em que contribui com estudos futuros, mantendo-se em coerência com as agendas feministas, especialmente com as pautas dos movimentos sociais populares em defesa dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Roupas/Moda. Direitos Humanos. Mulheres. Relações de Gênero. Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

Based on interdisciplinary research in Applied Human and Social Sciences, this work aims to reflect on the articulations between gender relations, possible violations of fundamental rights and freedoms and clothing, in the Brazilian scenario. Using the Critical Sewing Methodology, it has a feminist theoretical-methodological contribution and seeks documents that address the political, economic and sociocultural variables of Brazil today. Based on the assumption that the power relations existing in society unfold in different forms of control of female bodies, we seek to highlight the importance of identifying such forms that generally operate “subtly”. It emphasizes the extreme urgency in identifying possible allies and opponents in the construction of equality among all human beings, theoretically guaranteed. It is understood that only in this way will it be possible to consolidate alliances that work for a real social transformation in the sense of mitigating inequalities, as citizen-emancipatory actions depend on this bond. Therefore, the questioning about this exercised in this work constitutes an important action insofar as it contributes to future studies, remaining consistent with feminist agendas, especially with the guidelines of popular social movements in defense of women's rights.

Keywords: Clothes/Fashion. Human Rights. Women. Gender Relations. Social Differences.

Figura da capa e “contracapa”:

Obra de minha autoria – **em construção**.

Título – “**Travessia**”.

Técnica: Mista com base em acrílico sobre tela.

Dimensões: 150cm x 210cm.

Data da foto de capa (início): 25 de Maio de 2021.

Data da foto de contracapa: 15 de Fevereiro de 2023.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação gráfica do "caminho" das duas linhas que formam a costura.	25
Figura 2 - Representação gráfica da estrutura têxtil de ligamento tafetá	30
Figura 3 - Alunas de um colégio do interior paulista, no final dos anos de 1950.	48
Figura 4 - Marisa - Revista de Boneca de papel - Cedibra - Anos 70.	50
Figura 5 - Capas revistas Manequim - década de 1970.	52
Figura 6 - Caderno de moldes - Revista Manequim.	53
Figura 7 - Folhas dos traçados de moldes.	53
Figura 8 - Conjunto de Yohji Yamamoto - 1983.	63
Figura 9 - Colete tartã de John Galliano - 1982-83	64
Figura 10 - Conjunto com debruns e correntes - Karl Lagerfeld - Chanel - 1989.	65
Figura 11 - modelo de Azzedine Alaïa - 1986.	65
Figura 12 - <i>Body</i> de Donna Karan - 1985.	66
Figura 13 - Vestido de veludo preto com saia de tule pink - Yves Saint Laurent - meados de 1980.	67
Figura 14 - Madonna vestindo Maripol - 1983.	68
Figura 15 - Editorial de Moda de Amanda Harlech para a revista The Face - 1985.	69
Figura 16 - Banda Culture Club - 1983.	70
Figura 17 - Madonna em entrega do Prêmio MTV - 1984.	71
Figura 18 - Conjunto metálico para festa - Thierry Mugler - Coleção 1987-1989.	72
Figura 19 - Saia balonê emblemática de Christian Lacroix - 1987.	73
Figura 20 - Vestido de tafetá preto usado pela Princesa Diana - 1981.	74
Figura 21 - bordel espanhol. Retratos das prostitutas exibidos aos clientes para as suas respectivas "escolhas".	84
Figura 22 - "Eu sei que o Barão não costuma comprar gato por lebre" - Desenho de J. Wely, 1903.	84
Figura 23 - Prostituta viajante (de um panfleto do ano de 1525).	89
Figura 24 - Comércio do "amor" na rua (gravura do final do período da Revolução Francesa).	92
Figura 25 - Le Sérail Parisien - por Alphonse Naudet, 1802. Cenas de prostituição da classe alta.	92
Figura 26 - O salão da casa na Rue des Moulins - Pintura Henri Toulouse-Lautrec.	93

LISTA DE SIGLAS

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

BO – Boletim de Ocorrência

CEDAW – Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPI – comissão Parlamentar de Inquérito

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAP – Plataforma de Ação de Pequim

PIB – Produto Interno Bruto

PLP – Promotora Legal Popular

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGECH – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana

PS – Pronto-Socorro

SAN – Agenda de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

Uma pesquisa[-vida] bordada ponto [de interrogação] a ponto [de interrogação]	15
2. Como o nosso tecido social é formado?	29
2.1 Onde está a cultura nesse tecido?	34
2.2 Onde está a Roupas nesse contexto?	39
3. Então o primeiro “molde” das roupas é feito com a “régua” cultural?	45
3.1 Isso explica por que eu não podia usar camisa. Mas vestido sim, <i>né?</i>	56
3.2 Vestido pode. Mas vermelho e decotado não, por que é roupa de “puta”?	58
3.3 De onde vem essa diferença entre roupa de “mulher de bem” e roupa de “puta”?	80
4. Aquelas roupas estavam “enviesadas” pelo discurso cisheteropatriarcal?	97
4.1 O viés acaba aqui?	107
4.2 Até onde se estende a malha da desigualdade?	109
5. Como me “despir” dos padrões hegemônicos?	115
5.1 Há algum “molde” social que se ajuste aos nossos corpos?	121
5.2 Como usar esses “moldes”?	135
6. É possível se criar uma nova “tessitura”. [sem interrogações aqui]	141
Referências	145
Glossário	155

Uma pesquisa[-vida] bordada ponto [de interrogação] a ponto [de interrogação]

“Abre”

Percorri distâncias inimagináveis.
O suor escorreu,
Se misturou comigo
E me fez gemer.
Cheguei exausta, dividida.
O cansaço tomou conta do meu corpo.
Mas eu vim.
Estava posto.
...
A estrada foi longa,
Cheia de pedras,
Mas eu consegui correr descalça.
Precisava chegar rápido.
Não posso perder mais tempo.

Abre essa porta,
Abre esse peito.
Me deixa entrar
Não me detenha,
Não bloqueie minhas investidas.
Não diminua minha vida.

Abre
Que eu quero aparecer descalça
E preciso aparecer despida.

Ao iniciar o presente texto acadêmico-científico que objetiva problematizar como se articulam as relações de gênero, as possíveis violações de direitos e liberdades fundamentais das mulheres e as roupas, preciso dizer que ele pode lhe causar algum incômodo. Isso porque escapa um pouco daquele formato acadêmico convencional ao qual estamos acostumadas. **Viu?!** Já começou... Entre outros gêneros textuais e imagens “soltas” que possibilitam diferentes exercícios do pensar, faço uso do feminino genérico.

Utilizo tal recurso intencionando, não somente corroborar com o uso não sexista da linguagem, mas contribuir, também por aqui, com a desconstrução do machismo estrutural. Entendendo que “uma das formas mais sutis de transmitir essa discriminação é através da língua, pois esta nada mais é que o reflexo [...] da sociedade que a cria e utiliza [...], não só reflete, [...] mas transmite e reforça os estereótipos” (TOLEDO, Leslie Campaner et al, 2014, p. 26); por isso um dos desafios da contemporaneidade é pensá-la como um elemento cultural capaz de contribuir para a promoção da igualdade e, sobretudo, usá-la com tal propósito, como inferem Leslie Campaner Toledo et al (2014).

Início, efetivamente, com um exercício imaginário. Com o corpo no presente e o pensamento no que já passou. Volto ao dia 14 de junho de 1968. Na sala de partos de um hospital que já não existe mais, na região metropolitana de São Paulo, ouve-se: É uma menina! E na sequência: Segue manual de instrução de como educá-la. Não se assuste. Sua mãe também recebeu um igual no dia em que você nasceu. É importante que saiba que esse manual não é somente para você, mas para todas as pessoas que passarem pela vida dela. Preparamos esse material com muito cuidado para que tudo continue como está, por isso aqui tem alguns “moldes” que lhe servirão para a vida toda.

Faço-o porque durante muitos anos da minha vida essa normativa imaginária era a única hipótese que eu encontrava para responder a inúmeros pontos de interrogação e para explicar os “moldes” aos quais eu [e tantas brasileiras] precisava me adequar. Até que eu iniciei uma busca de algo que me fizesse compreender um pouco melhor o que nos constitui enquanto sociedade, sobretudo algo que pudesse responder à minha maior interrogação: Por que a desigualdade de gênero atinge todos os setores sociais no Brasil?

Pronto. Passei a pesquisar. Foram tantos pontos de interrogação que eles acabaram ganhando um importante grau de relevo em minha vida. Motivo pelo qual, eles aparecem na escrita desta pesquisa como um bordado. Algo que é colocado em posição de destaque. E em vermelho. Não simplesmente porque vermelho é minha cor predileta, mas por toda a representação simbólica que essa cor traz. Mais à frente falarei a respeito.

De tamanha importância que atribuo aos mesmos, decidi organizar o presente texto exatamente como eles foram aparecendo em minha vida, por isso nesta primeira parte falo sobre eles. Uma pesquisa bordada ponto a ponto, que se deriva de uma vida bordada ponto de interrogação a ponto de interrogação. No capítulo 2, questiono: Como o nosso tecido social é formado? E dedico-me a compreender um pouco melhor sobre a sociedade brasileira, nossa cultura, e qual o lugar das roupas nesse contexto. No 3, verifico a importância delas e indago: Então o primeiro “molde” das roupas é feito com a “régua” cultural? Por isso busco decodificar alguns elementos do *design* presentes nas mesmas, suas respectivas respostas psicológicas, suas simbologias e suas articulações com a Moda, importante fenômeno social de registro espaço-temporal. Em decorrência de tais resultados, o capítulo subsequente trata de toda a carga cultural que as roupas trazem consigo. A dúvida aqui é: Aquelas roupas estavam “enviesadas” pelo discurso cisheteropatriarcal? Já no capítulo 5, busco instrumentos legais de enfrentamento à dinâmica social constatada. Afinal, como me “despir” dos padrões hegemônicos? Até que, finalmente, usando os instrumentos apresentados [e afiando-os], empreendo esforços para pensar novas possibilidades, tendo como ponto de partida, as ações conjuntas e o ato criador, inerente a todas as pessoas.

Hoje a hipótese levantada saiu do campo imaginário. Isso porque reflito sobre uma construção social que estabelece posições binárias aos gêneros feminino e masculino – hierarquizando-as –, como enuncia Daniela Auad (2006, p. 21): “As relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construído em cada sociedade, ao longo de sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para o masculino e feminino como campos opostos e binários”. Dessa forma, hoje, a hipótese levantada é de que as relações de poder existentes em nossa cultura de matrizes coloniais operam tecnologias de normatização e opressão sobre as mulheres, por meio de “sutis” indutores, com injunções culturalmente (re)instauradas, até chegarem ao ponto de cristalizar os papéis sociais fazendo com que os naturalizemos. Porque “como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum”, como registra Heleieth Saffioti (2001, p. 119). Lembrando que quando se naturaliza os fenômenos sociais, lá adiante têm-se dificuldade de interpretá-los como passíveis de enfrentamentos e modificações.

Na publicação chamada “O grande livro da costura” (1980, p. 35) podemos encontrar a definição de pontos múltiplos quando usados na arte de costurar (à máquina): “Uma série de pontos retos aplicados segundo um padrão ziguezague”. Utilizo-me de tal analogia, para afirmar

que o meu caminho é feito a pontos múltiplos. Uma costura que avança tomando diferentes direções. Uma trajetória que se efetiva em plataformas de ação em três campos sociais: no acadêmico-científico, no artístico-cultural e no político-organizacional.

É nesse contexto que desenvolvo esta pesquisa bibliográfica e documental. Incorporei a pesquisa documental entendendo que ela se faz necessária, como registra Antonio Carlos Gil (2016, p. 153-154), por possibilitar um conhecimento objetivo da realidade do período em que foram escritas:

Todas as sociedades estão continuamente mudando. Mudam as estruturas e as formas de relacionamento social, bem como a própria cultura da sociedade. Para captar os processos de mudança, não basta, portanto, observar as pessoas ou interrogá-las acerca de seu comportamento. Nesse sentido é que as fontes documentais tornam-se importantes para detectar mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais [...] (GIL, Antonio Carlos, 2016, p. 153-154).

Como universo empírico estabeleci o Brasil contemporâneo, e como amostra destinada a operacionalizar a pesquisa, a minha história de vida [com várias similaridades a de tantas outras brasileiras]. Decidi adotar essa metodologia porque, como afirma Judith Butler (2015, p. 37) “o horizonte normativo no qual eu vejo o outro e, com efeito, no qual o outro me vê, me escuta, me conhece e me reconhece também é alvo de uma abertura crítica”, e, de acordo com Joseli Maria Silva (2000, p.27), “no momento em que uma pessoa transforma sua experiência em relato, já está filtrando e estabelecendo ligações com o universo cultural que lhe está internalizado”. Mas sobretudo porque “a história de vida é o principal instrumento usado para a busca da compreensão da experiência feminina na luta cotidiana contra o sistema social que mantém e reforça a subordinação das mulheres”, como enuncia Andrea Paula Santos (1996, p. 16).

Dessa maneira, conto um pouco da minha ânsia [e de tantas outras brasileiras]. Penso sobre todas nós enquanto sociedade. Registro minha indignação frente às acentuadas desigualdades sociais nesse país. Posiciono-me no enfrentamento a toda e qualquer forma de discriminação e preconceito engendrados no nosso tecido social. Especialmente, à violência de gênero – mote deste trabalho. E, de certa forma, faço uso deste instrumento no exercício de minha cidadania e no incentivo às práticas-cidadãs de outrem.

Quando a dor aperta, eu tento acolher a orientação de Gloria Anzaldúa (2000, p. 235) às mulheres escritoras do terceiro mundo: “Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas,

deve-se evocar as realidades pessoais e sociais – não através da retórica, mas com sangue, pus e suor”.

E assim, vou de pouco em pouco vencendo o meu silêncio mais profundo. Lembrando que “as mulheres não estão sozinhas neste silêncio profundo. Ele envolve o continente perdido das vidas tragadas pelo esquecimento em que se aniquila a massa da humanidade” (PERROT, Michele, 2005, p. 11).

Tendo em vista que, como mulher, faço parte de um contingente entendido como minoria social – nesse caso, maioria quantitativa – que constitui um espaço de interstícios próprios, reproduzindo as relações sociais dos fragmentos centrais da minha vida (família, trabalho e afins) para as bordas do espaço-temporal em que estou inserida (SANTOS, Andrea Paula, 1996), longe de uma escrita ressentida, não quero falar de mim como forma de resposta de absolutamente nada, mas de criação de um espaço de questionamentos, trocas de saberes e reflexões. Que embora seja elaborado no ambiente acadêmico, vê-se atravessado pela Arte e pelos saberes locais que me constituem.

Um corpo que eu tomo a liberdade e empresto de Gloria Anzaldúa (2005, p. 708) a definição: “Um produto híbrido, desenhado para sobreviver nas mais variadas condições”. Que luta para não parar de pesquisar e escrever. Principalmente porque se propôs a trazer a arte para esse diálogo. É que eu não tenho como me dissociar dela, porque é ela que me “sustenta”. Alguém que é avessa a rótulos, porque entende que carregam consigo referências cristalizadas socialmente. Alguém que talvez ocupe um não-lugar nessa dinâmica social. Ou um entre-lugar, visto que estamos em constante movimento. Afinal, “tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo. Tudo muda o tempo todo no mundo”¹.

Lélia Gonzalez (1984, p. 224) concluiu: “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo.” Sendo assim, acho que você precisa saber um pouco mais sobre as lentes por onde passam a minha decodificação do mundo e esta escrita: Um par de grandes olhos castanhos.

Olhos que fazem parte do corpo de uma mulher branca, biológica e socialmente constituída, bissexual, que há 54 anos passou pela vagina da mãe. Filha da mulher Odete; neta das mulheres Adelaide e Maria; bisneta, por parte de mãe, das mulheres Elisa e Lindolfa. Peço desculpas, mas não tenho como lhe contar os nomes das minhas bisavós paternas. Meu pai não se lembra dos nomes de suas avós. Meus tios que estão vivos também não. Essas mulheres

¹ Da música Como uma onda – autoria: Lulu Santos.

ganharam um estranho bordado com ponto final em suas histórias. E, assim, foram apagadas da minha.

Uma mulher que, como bell hooks (2021), busca fazer da devoção ao estudo, à vida do intelecto, um ato contra-hegemônico. Um símbolo de resistência. Uma escolha que, nesse momento, se consolida na forma deste texto que transcorre às margens do cânone. Afinal, o que é a Academia senão uma “Entidade Suprema” coberta pelo sacrossanto manto da produção do conhecimento, feita de muita gente “pouca” que passa a vida a canonizar pouca gente “muita”?

Eu sou só mais uma mistura “pouca”² de muitos pedacinhos. Que além de Pesquisadora é trabalhadora do circuito artístico-cultural desde que, como dizem por aí, se entende por gente. Sou Poeta, Artista Visual, *Designer* de Moda, Figurinista, Arteterapeuta. Preciso dizer que faço uso de todos esses “pedacinhos” em defesa dos direitos das mulheres e população LGBTQIA+. Sobretudo ao ocupar espaços de tomada de decisão no campo político-organizacional *in loco*, como por exemplo, integrando a Rede de Proteção à Mulher e ocupando a cadeira da Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de São José dos Campos, SP, cidade onde moro. Acho interessante você saber que faço parte desse Órgão Colegiado, de ações propositivas, consultivas e deliberativas, como representante de uma Organização da Sociedade Civil da qual sou idealizadora e fundadora: o Instituto Pró-Fusão de Arte, Cultura e Ciência. Uma rede de laboratórios de ações para a equidade de gênero.

Também participo de algumas organizações sociais populares que têm por finalidade o incentivo de pessoas às elaborações emancipatórias e às práticas-cidadãs, como o GT Mulheres da Cultura e a orientAÇÃO – Associação para Orientação da Cidadania e Inclusão Social de São José dos Campos. No entanto, preciso dizer que dentre as minhas plataformas de ação, destaco a minha atuação como Promotora Legal Popular (PLP) do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos³.

Organização legítima da cidade, que tem como missão ser referência para as mulheres através de ações que promovam os Direitos Humanos. Integrante da Rede Jubileu Sul/Brasil e, consequentemente, da Rede Jubileu Sul/Américas: Uma ampla e plural rede de organizações populares que se unem na defesa dos direitos humanos e sociais.

² Refiro-me ao imperialismo epistêmico. Utilizo-me dos adjetivos “pouca” e seu antônimo “muita”, na intencionalidade de criar uma alegoria que nos traga uma possível reflexão sobre as pessoas detentoras de “pouco” ou “muito” conhecimento. Quem são nossas referências? Quais são os saberes que a Academia reconhece e legitima?

³Promotoras Legais Populares. Maiores informações disponíveis em <https://centrodandara.wixsite.com/centrodandara/programas>. Acesso em 22 de Maio de 2021.

Aliás, confesso que é esse “pedacinho” que me impeliu a continuar empreendendo nesta pesquisa, porque foi especificamente por meio dele que pude perceber as semelhanças entre inúmeras histórias de mulheres, como infere Andrea Paula dos Santos (1996, p. 26):

as reivindicações femininas passaram a surgir no decorrer da tomada de consciência na luta pela sobrevivência: a descoberta da sexualidade, os problemas no casamento e no relacionamento familiar em decorrência da militância, [...] e subvalorização do trabalho feminino, o preconceito com relação à mulher [...], os limites da Igreja diante da participação popular revolucionária, entre outros temas. (SANTOS, Andrea Paula, 1996, p. 26).

Uma “mistura” que teve seu trabalho social em defesa dos direitos das mulheres intensificado nos últimos três anos, visto que está no Brasil do cenário pandêmico da Covid-19. Cenário onde a perspectiva ético-política feminista, neste trabalho empreendida, faz registrar as desastrosas consequências da má gestão da crise sanitária no país, por parte do governo federal anterior, evidenciando a triste marca de mais de 690.000⁴ vidas perdidas para a doença; pois muitas delas poderiam ter sido evitadas, não fosse o imperativo da economia à preservação das mesmas. Um governo que se esforçou para dificultar as produções⁵ científicas, e ações deliberativas foram, inclusive, pautadas pela negação às contribuições da Ciência e por demandas de outra ordem, que não a preservação da vida em plenitude.

Tudo piorou por aqui. Experimentamos no país não apenas a continuidade da problemática das desigualdades sociais já existente, mas sua acentuação. São demandas de múltiplas dimensões que se desdobram em todo o tecido social. Discriminações, segregações e violências. Segundo Cris Faustino (2020), isso se deve ao fato de tais fenômenos carregarem consigo todas as dinâmicas da nossa constituição histórica, como registra:

Apesar do caráter episódico e da sensação de volatilidade dos fatos históricos presentes e de seus incontroláveis ritmos políticos e midiáticos, as perdas de direitos e as incertezas, que ora vivenciamos, não são eventos ‘soltos’ no tempo e no espaço. Ao contrário, estão vinculados à história econômica, política, jurídica, sociocultural, a seus processos interseccionados e aos sujeitos atuantes (FAUSTINO, Cris, 2020, p. 19-20).

⁴Disponível em < <https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em 03 de Janeiro de 2023.

⁵“Quem quer parar as universidades federais? Com os cortes, será impossível honrar até gastos básicos, como luz e limpeza”. OLIVEIRA, Ana Beatriz et al. Folha de São Paulo, São Paulo. 19 de Maio de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/05/quem-quer-parar-as-universidades-federais.shtml>. Acesso em: 22 de Maio de 2021.

Quando observamos as categorias raça/cor, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras, vemos que cidadãos do mesmo “Estado de Direito” sofrem diferentes sobreposições e intersecções das opressões, pois “as desigualdades sociais colocam populações em situações mais precárias de adoecimento e morte, sendo distinto o impacto de acordo com o lugar ocupado pelos grupos populacionais na estrutura social” (BATISTA, Luís Eduardo et al, 2020).

No que se refere aos impactos que tais demandas causam na saúde, vale ressaltar que “a Organização Mundial da Saúde (OMS) concebe o racismo como um dos determinantes sociais do processo de adoecimento e morte” (BATISTA, Luís Eduardo et al, 2020, p. 225). Sendo assim, cabe-nos lembrar que a primeira vítima fatal da Covid-19 no Brasil foi uma mulher negra de 63 anos, empregada doméstica que exercia esse trabalho desde os 13 anos de idade. O contágio aconteceu na casa onde prestava seus serviços domésticos, na cidade do Rio de Janeiro, através de seus patrões que haviam retornado ao Brasil depois de uma viagem à Itália. De lá para cá, os dados só fizeram confirmar: a doença mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil.

Aqui é importante evidenciar que temos um dos melhores sistemas de saúde do mundo: o Sistema Único de Saúde (SUS). Estrutura responsável pelo atendimento de 67% das necessidades relativas à saúde da população negra do país. Embora tal sistema seja de acesso gratuito e universal, poderia ter dado melhores respostas na preservação de vidas humanas, especialmente aquelas com menos recursos, não fossem os constantes ataques à sua estrutura organizacional, subfinanciamento e privatizações (BATISTA, Luis Eduardo et al, 2020).

Nesse cenário de fragilidade, os efeitos da Covid-19 revelaram desafios. Sobretudo para as denominadas minorias sociais. Isso se deve aos “[...] vigorosos sistemas de desigualdades enraizados nas instituições e na sociedade, em que se impõe a força das heranças coloniais racistas e heteropatriarcais”, como afirma Cris Faustino (2020, p. 21). Considerando que as mulheres são as maiores demandantes de políticas públicas sociais, envolvendo saúde, educação, saneamento e moradia, podemos observar que, em períodos de crise como essa, um contingente ainda maior é atingido pelos desdobramentos das desigualdades de gênero em todos os setores sociais do país (FAUSTINO, Cris, 2020).

Consequentemente, a violência contra as mulheres – em suas variadas formas – aumentou, segundo Kelli Mafort e Lisbet Julca (2020). Pesquisas recentes, que serão citadas mais adiante, apontam que tais violências aumentaram sobretudo nos espaços privados. Para algumas não há mais tempo. Elas não respiram mais. Estou aqui por elas – também! Pois é... Se as coisas nunca foram fáceis para as mulheres no Brasil, agora elas conseguiram piorar.

Mas com essa dinâmica patriarcal nos jogos sociais, a quantas será que anda o *continuum* de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais no Brasil? Como pesquisar sobre essas desigualdades articuladas às áreas da Moda e da Comunicação, que segundo Maria Cláudia Bonadio (2010), formam um campo de estudos onde pouco avançamos? Há de se empreender muitos esforços, sobretudo porque as desigualdades de gênero estão presentes também nas produções científicas e em seus meios de operacionalização. Nesse caso, em especial, ainda se constata que existe pouco interesse da abordagem das relações de gênero na pesquisa em Comunicação que se propõe a discutir a roupa e/ou a moda como código de linguagem nos processos comunicacionais (TRÓIA, Eliane; LAHNI, Cláudia, 2021). Desse modo, sei que estou diante de um desafio teórico, visto que, segundo Joan Scott (1995), o gênero se constitui uma categoria útil de análise, como registra:

O desafio colocado [...] é, em última análise, um desafio teórico. [...] Como o gênero funciona nas relações humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica. (SCOTT, Joan, 1995, p. 74).

Sendo assim, decidi desenvolver a minha pesquisa por uma perspectiva ético-política feminista, objetivando a redução dos apagamentos teóricos de produções femininas. Buscando respostas para algumas das questões supracitadas, encorajei-me a trazer alguns nomes de entremeios⁶, respeitando seus vieses, como: Gloria Anzaldúa, Guacira Lopes Louro, Lélia Gonzalez, bell hooks, Judith Butler, Audre Lorde, Teresa de Lauretis, Andrea Paula dos Santos, Cláudia Lahni, Viviane Melo de Mendonça, Maria Cláudia Bonadio, Daniela Auad, Heleieth Saffioti, Diana Crane, Daniela Calanca e outras.

Ao fazer a escolha da metodologia, como não poderia deixar de ser, lá fui eu para a mistura de novo. Senti-me próxima à Objetividade forte de Sandra Harding (2019) posicionando-me contrária à perspectiva androcêntrica sexista que molda, em boa parte, todas as etapas das investigações científicas. Pois, segundo a autora,

A abordagem que leva em conta as perspectivas propõe que os pesquisadores deveriam começar suas investigações fora dos quadros conceituais dominantes – especificamente, nas vidas cotidianas dos grupos oprimidos tais como as mulheres – [...]. Tais características

⁶ Entremeio: aviamento rendado ou bordado, com acabamento de ambos os lados, utilizado para unir duas ou mais partes de tecido, “ajudando” na construção de uma peça única.

tornam tal proposta simultaneamente uma metodologia, uma epistemologia, uma filosofia da ciência e uma sociologia do conhecimento. (HARDING, Sandra, 2019, p. 146-147).

Mas eu ainda não me enxergava por inteiro naquele contexto. Foi então que conheci a auto-história-teoria da Anzaldúa (2016). Sonia Saldívar Hull, ao redigir a introdução da 2ª Edição de *Borderlands/La Frontera: La Nueva Mestiza*, obra à qual faço referência, aponta que a autora faz uso da fronteira como núcleo de articulação, utilizando-se de sua própria história, não em um processo de individualidade narcísica, mas sim, como instrumento de enfrentamento às estruturas de poder e dominação, vislumbrando um processo de emancipação e transformação coletiva.

Entretanto eu ainda sentia a necessidade de trazer os saberes locais para “dentro” da minha pesquisa. Eu precisava fazer alguma coisa para sair do grau de passividade em que me encontrava; afinal, esse local da diferença em pesquisas na contemporaneidade também é meu. Sendo assim, é de minha responsabilidade mostrar que existem perspectivas pós-coloniais, novas e diferentes formas de fazer ciência – inclusive com escritas misturadas, munidas de memórias.

Sei que o formato que escolhi, especialmente por ser munido de fragmentos de memórias históricas femininas, contrapõe-se ao campo científico de saber-poder dominante. Pois, como infere Michelle Perrot (2005, p. 34), “os procedimentos de registro dos quais a história é tributária são fruto de uma seleção que privilegia o público, único domínio direto de intervenção do poder e campo dos valores ‘verdadeiros’.” Assim, a mim – uma mulher “comum”, com as minhas singularidades – cabe somente os registros de memórias “comuns”. Aqueles ligados exclusivamente à minha condição do estado privado. Memórias que comumente não são validadas no ambiente citado porque, segundo a Autora (2005, p. 34), tal campo “interessa-se pouco pelas mulheres singulares”. Sobre elas não há interesse de pesquisa.

Nesse contexto, profundamente incomodada, fui tomando coragem. Pois, como afirmam Ursula Rosa da Silva e Nadia da Cruz Senna (2020, p. 178), “contar, ou recontar, a história das mulheres exige fundar metodologias, estabelecer abordagens relacionais e culturais, construir e desconstruir conceitos, [...]”. Um processo que me levou ao desenvolvimento de uma metodologia que parte das minhas experiências, que eu nomeei de **costura crítica**⁷. Fruto de um amálgama resistente, que se formou pela íntima “mistura” entre o “de fora” e o “de dentro” da Academia.

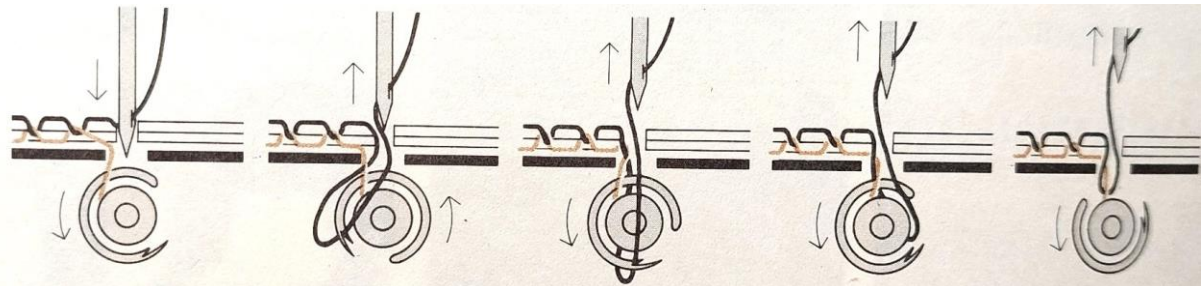
⁷ Grifo meu.

O ponto alto dessa mistura está no uso das analogias decorrentes dos saberes locais, pois quando são usadas na escrita de um texto científico proporcionam uma aproximação dos dois universos. Como faço aqui, ao utilizar alegorias do universo do *Design* de Moda. Opto por tal metodologia, intentando consubstanciar meu posicionamento ético-político adverso à dominação epistêmica, sobretudo à hegemônica reprodução teórico-metodológica.

Toda costura une duas ou mais partes a fim de compor um todo a partir de fragmentos. E segue assim, unindo pedacinhos... Essas partes, em minha perspectiva, são o conhecimento científico, com todo o compromisso que temos com o rigor teórico, e o conhecimento empírico experimentado através das vivências de cada pesquisadora. Aí se encontra a possibilidade da mistura.

Na construção dessa metodologia, faço referência, em específico, à costura de pedaços de tecidos, feita em uma máquina reta⁸. Nesta, têm-se uma linha autoalimentada, vinda de cima do cabeçote⁹ da máquina, que entra diretamente na agulha, e uma linha proveniente de uma bobina¹⁰ que fica na parte de baixo da máquina, destinada a enlaçar-se com a primeira (fig. 1).

Figura 1 - Representação gráfica do "caminho" das duas linhas que formam a costura.



Fonte: Seleções do Reader's Digest. *O grande livro da costura*. Ambar: Porto – Portugal, 1980, p. 22.

Dessa forma, a costura, ou seja, a união, se dá pela articulação da linha autoalimentada de cima – que independe de mim –, que são os conceitos (criados e sustentados por autoras que construíram toda essa rede da produção científica) e a linha de baixo, que eu troco quando percebo que se esgotou ou quando eu sei que é necessário substituir, que são as categorias e as variáveis. A tensão entre ambas nesse processo de articulação sou eu quem crio, eu que estipulo. Eu solto ou aperto os pontos. Diminuo-os numa sequência rígida, ou aumento-os até chegarem ao ápice da flexibilidade do alinhavo. A costura pronta é a pesquisa realizada, e o exercício

⁸ Máquina de costura reta – máquina que opera “com a sincronização dos movimentos da agulha e do gancho da lançadeira, de modo a levar a linha da agulha e a da bobina a formar o ponto” (Seleções do Reader's Digest, 1980, p. 22).

⁹ Cabeçote - corpo da máquina, que fica da mesa para cima.

¹⁰ Peça que condiciona a linha de baixo, por onde passará o gancho da lançadeira para formar o ponto de costura.

crítico reside na escolha entre “vestir” aqueles determinados resultados obtidos e, assim, carregar conosco o mais do mesmo, em um movimento de preservação do estado das coisas, ou “despir-se” deles.

Portanto, a partir da costura crítica, o corpo que escreve se “costura” sem saber no que vai dar. Só sabe que não será mais o mesmo. Vai tensionando e flexibilizando o encadeamento desses pontos de junção. É a arte de unir diferentes saberes em um único processo de criação, porque, para mim, a costura – e seus desdobramentos – sempre foi arte.

Aliás, o conhecimento histórico nos mostra que ela sempre foi considerada arte. Mas arte "menor", arte de baixo valor de circulação de capital. Isso porque existe um fenômeno que transcende os fatores estilísticos “construído em um terreno mais amplo, de injunções políticas e de hierarquias construídas socialmente, a saber, o de sua feminização” (SIMIONI, Ana Paula, 2010, p. 3). Considerada arte “feminina”, suas materializações são resultado das dinâmicas sociais pelas quais são perpassadas, como infere a Autora:

A correlação entre certas modalidades artísticas consideradas ‘femininas’ e práticas de mulheres artistas – ou autoria feminina – que tem nos objetos, compreendidos como dotados de um gênero específico, sua materialização é, na verdade, fruto de um processo social de longa duração que envolve muitas dimensões da vida social [...] (SIMIONI, Ana Paula, 2010, p. 7).

Por essa razão, trata-se de uma arte invisibilizada e deslegitimada – tanto quanto a escrita das mulheres. Segundo Viviane Melo de Mendonça (2015), escritos e poesias de mulheres comumente permanecem escondidos por muito tempo. Guardados para não serem revelados e até queimados, pois neles estão as memórias dos detalhes da história, do ambiente privado, das famílias, dos lares. Memórias da intimidade, e a intimidade é inútil, indecente. Sendo assim, quaisquer escritas de mulheres, de certa forma, registram memórias de segunda categoria. Será?

Penso que talvez por isso, no exercício da minha função de pesquisadora nesse momento, eu esteja com tanto medo. Para mim nunca foi tão difícil escrever. Como Gloria Anzaldúa (2000, p. 232), “escrevo porque tenho medo, mas tenho um medo maior de não escrever”. Principalmente porque a minha escrita, tanto quanto eu, se constitui na “mistura”. Motivo pelo qual, insiro contos e poemas (ou trechos) de minha autoria no presente texto. Questionando-me sobre o motivo que me faz continuar, encontro as mesmas respostas de Anzaldúa (2000, p. 232), que enuncia:

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. [...]. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você (ANZALDÚA, Gloria, 2000, p. 232).

E, questionando-me sobre a necessidade de inserção da poesia no presente texto, sobre o conflito inerente entre o que sentimos e o que pensamos – entre a poesia e a teoria – encontro as mesmas respostas de Audre Lorde (2019, p. 25), que afirma:

O lugar de poder da mulher dentro de cada uma de nós não é claro nem superficial; é escuro, [...], é profundo. Quando olhamos a vida ao modo europeu como apenas um problema a ser resolvido, confiamos exclusivamente em nossas ideias para nos libertar, pois elas, segundo nos disseram os patriarcas brancos, são o que temos de valioso. No entanto, quando entramos em contato [...] com a consciência não europeia de vida como situação a ser experimentada e com a qual se interage, aprendemos cada vez mais a apreciar nossos sentimentos e a respeitar essas fontes ocultas do nosso poder – é delas que surge o verdadeiro conhecimento e, com ele, as atitudes duradouras. Neste momento, acredito que as mulheres carregamos dentro de nós a possibilidade de fundirmos essas duas abordagens tão necessárias à sobrevivência, e é na **poesia**¹¹ que nos aproximamos ao máximo dessa fusão (LORDE, Audre, 2019, p. 25).

E continua: “Ela estabelece os alicerces para um futuro de mudanças, uma ponte que atravessa o medo que sentimos daquilo que nunca existiu” (LORDE, Audre, 2019, p. 26). Entendendo que o ser humano não pode ser considerado em partes, mas como um todo, uma “mistura” de suas partes, que a sua natureza criativa só se manifesta no contexto cultural em que este está inserido, e que toda ação transformadora tem seu início alocado no ato criador, como registra Fayga Ostrower (2014), *tá explicado...* Com a minha “mistura” vou vencendo o meu medo e buscando ajudar na criação de possibilidades de travessia dessa estrutura do patriarcado branco ocidental.

Nessa travessia, como Maria Cristina Mata (2010), eu também prefiro o termo luta, por se tratar de um mecanismo oriundo do compartilhamento das necessidades, dos interesses e, sobretudo, da vontade de transformação de grupos pertencentes às minorias sociais. Assim, sigo “afiando” os meus instrumentos de trabalho e ajudando outras pessoas a “afiarem” os seus. Investindo nesse processo coletivo de “alinhavos e costuras” para que, juntas, possamos

¹¹ Grifo meu.

oferecer subsídios para possíveis desconstruções dos paradigmas culturalmente instaurados e seus efeitos deletérios de exclusão invisíveis.

A luta começa na busca de maior entendimento do tecido social em que estamos inseridas. Sendo assim, precisamos questionar: Que tecido (social) “veste” a população brasileira?



2014

2. Como o nosso tecido social é formado ?

Somos “Gente brasileira”.

Escuta triste

De um proletariado gigante.

Miserável fala triste

De um discurso perdido.

Vozes apimentadas de coisa pouca

Distanciando comunidade e universidade.

Aumentando desigualdade.

Gozando iniquidade na cara de gente muita.

Presente de fala triste.

De gente simples,

De gente pouca.

Para o Estado, gente lama.

Recapeamento do coração

Da estrada que não pode parar.

Estrada de gente indigente.

Contingente completo sangrando dificuldade.

Exorcizando a dor

No omelete com um ovo

Para duas pessoas.

Mais farinha, água, amor.

Felicidade não inclusa.

Regado à bebida de pobre.

Aguardente que desce machucando,

Bem menos que a vida.

Povo que chora.

Purga paixões mastigando a folha de boldo.

Sumo desenho amargo

Por entre os dentes.

Para alguns, “Aqui jaz”.

Para outros, mel no gosto amargo do boldo.

Desenho grudento na gengiva

Que faz celebrar estar vivo.

Expediente não encerrado

Pra gente lama

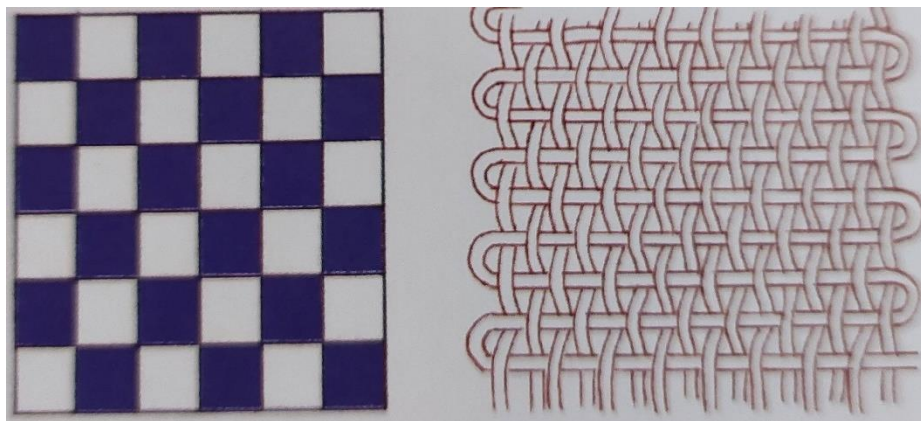
Que com o barro

Não vai parar de brincar.

Para ajudar na reflexão acerca do nosso tecido social, faço a analogia com o processo de formação do tecido de estrutura têxtil de ligamento tafetá. Segundo Dinah Bueno Pezzolo (2013, p. 154), “a mais simples das estruturas de **base**¹² [...]. Cada fio da trama passa alternadamente por cima e por baixo de cada fio do urdume, resultando numa tela que lembra um tabuleiro” (fig. 2). Na tessitura tafetá, o urdume é o conjunto de fios tensos, paralelos, colocados previamente no tear. Ou seja, os fios estruturantes da formação.

Os fios da trama são o segundo conjunto de fios, colocados no sentido horizontal, que também concedem características à tessitura final, pois tal estrutura é formada pelo entrecruzamento desses dois conjuntos de fios, a partir de suas respectivas especificidades e propriedades. É importante destacar que os diferentes níveis de tensão desses entrecruzamentos conferem diferentes propriedades ao tecido pronto. Maiores ou menores flexibilidade, maleabilidade, leveza, entre outras.

Figura 2 - Representação gráfica da estrutura têxtil de ligamento tafetá



Fonte: PEZZOLO, Dinah Bueno. *Tecidos: Histórias, tramas, tipos e usos* – 4ª ed. rev. São Paulo: Editora Senac, 2013, p. 154.

¹² Grifó meu.

Nessa analogia, concebo o urdume como os fios estruturantes da sociedade brasileira, colocados previamente nessa formação. São eles: racismo, sexismo, machismo, colonialismo. E na função de trama, trago todas as brasileiras, cidadãs que necessitam se sustentar, sobreviver, viver e vicejar nessa estrutura.

Todo tecido é feito por meio do uso de diferentes tecnologias. Pensemos no tecido feito a partir da arte da tecelagem. Aliás, considerada uma das artes mais antigas. Surgindo na história da humanidade pela necessidade de proteção, onde os seres humanos encontraram no ato de “tecer” galhos e folhas, uma possibilidade para se resguardar das intempéries, climáticas ou situacionais.

Os mais antigos tecidos de que se tem conhecimento nasceram da manipulação das fibras com os dedos, com os primórdios na cestaria. Com novas descobertas nos modos de entrelaçar e com o uso de diferentes fibras, foram criados diferentes desenhos e texturas. Por meio de uma pesquisa realizada por Olga Soffer, Antropóloga e Professora da Universidade de Illinois, que contou com o método C¹⁴ (carbono quatorze, utilizado para a datação radiativa), constatou-se que os primeiros vestígios têxteis datam de mais de 24 mil anos. Comprovou-se a existência não somente de fios, mas de ferramentas para girar e tecer, nas primitivas habitações humanas.

No Egito, têm-se conhecimento de tecidos feitos de linho que datam de 6000 a.C. Foram encontrados tecidos de lã datando da Idade do Bronze (3000 a. C. a 1500 a.C.) na Suíça e na Escandinávia. Na Índia, já se fiava o algodão por volta de 3000 a.C. Na China, adotava-se tecnologia específica para fiar a seda pelo menos mil anos antes de Cristo. Em Constantinopla (atual Istambul, capital da Turquia), a seda importada da China já era tecida no século IV. No século seguinte, tal cultura se espalhou pelo ocidente, o que resultou no rápido desenvolvimento da fabricação têxtil. No século XIII, tecidos bastante elaborados eram fabricados em teares manuais nos países mediterrâneos.

As tecnologias têxteis foram se modificando e se adequando à evolução da humanidade. Entretanto, poucas foram as inovações relativas à fabricação de um tecido antes da era industrial. Até então, as mudanças eram referentes à variedade dos fios, pois os tecelões buscavam utilizar fibras provenientes de diferentes fontes da natureza, a fim de obter diferentes resultados finais.

De acordo com Dinah Bueno Pezzolo (2013), a Inglaterra preocupou-se com a produção de lã como matéria-prima até o final da Idade Média (476 a 1453 d.C.). Matéria-prima que era transformada em produto acabado na Bélgica e na Itália. A Espanha, por sua vez, apresentou

um progresso significativo na produção de lã no século XVI. Com o advento da expansão marítima, quando o mundo era redesenhado pelos “descobrimientos” (sic), os tecidos espalhavam-se por vários países. Ainda assim, a atividade têxtil, embora em maior escala, permanecia artesanal. Atividade que se manteve nas mãos de núcleos familiares de fiandeiras e tecelões até o final do século XVIII. Muitas vezes, sendo realizada como complemento econômico, sobretudo com a lã, a seda e o cânhamo (fibra necessária à navegação da época, por se fabricar cordas, cabos e afins com altíssima resistência).

Nos anos de 1700 a Inglaterra anunciou importantes progressos de ordem técnica, impulsionando o nascimento da indústria têxtil moderna. A lançadeira volante foi inventada em 1733, pelo britânico John Kay¹³. Os modos de produção têxtil, anteriormente artesanais, passaram à escala industrial, em teares mecanizados, em 1785. Os avanços nos modos de produção continuaram a ocorrer, até que a Grã-Bretanha chegou à mais alta posição na arte de tecer no século seguinte, em decorrência da mecanização e automatização, como explica a Autora:

No século XIX, os britânicos se valiam de máquinas movidas a vapor, que produziam cerca de 100hp, colocando em funcionamento 50 mil fusos. Uma única máquina produzia a mesma quantidade de fio que 200 mil operários trabalhando em fiandeiras manuais (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013, p. 20).

Dinah Bueno Pezzolo (2013, p. 14) destaca que “a estrutura básica utilizada naquela época em nada difere das utilizadas pelos artesãos de hoje”, pois “os processos fundamentais da tecelagem ainda são os mesmos, embora métodos e equipamentos tenham sido alterados”. Pensando em nosso tecido social e em seus processos fundamentais, quais são as tecnologias que nos trouxeram até aqui, e como elas se sustentam até a atualidade?

Desde a década de 1990, houve uma problematização acerca da noção de tecnologia, segundo Andrea Paula dos Santos (2012). Reflexões que buscaram desnaturalizar o conceito, sobretudo por meio de estudos e pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, o termo deixou de ser estritamente referente a máquinas e objetos correlacionados à demanda capitalista industrial. Tais estudos fizeram emergir novos conceitos atrelados ao termo. São eles: Tecnologias científicas, tecnologias de informação e comunicação, tecnologias sociais e tecnologias culturais.

¹³ Cronograma histórico da arte de tecer. Disponível em < <https://blog.portaleducacao.com.br/historia-da-tecelagem/> >. Acesso em 05 de Janeiro de 2023.

Vamos tentar entender um pouco mais sobre cada uma delas?

Para tal, utilizarei as definições que a Autora (2012) supracitada nos propõe: As tecnologias científicas se referem à produção do conhecimento no âmbito das Ciências em geral, inserida no sistema de desenvolvimento vigente do capitalismo industrial. Tais tecnologias têm a finalidade da criação e desenvolvimento de métodos, técnicas, processos e materiais para a resolução de problemas. Movimentação denominada por alguns estudiosos de inovação tecnológica.

As tecnologias de informação e comunicação, especialmente referentes às questões contemporâneas da comunicação e das linguagens, tratam da maneira como se dá a transformação das percepções, cognições e das diferentes formas de produção não somente de significados, mas também de bens – materiais ou imateriais, na atualidade. Dinâmica operacionalizada na produção, circulação e manipulação de documentos e, sobretudo, de informações.

Já as tecnologias sociais são referentes às práticas nas áreas específicas que têm como ponto de partida, a preocupação com questões socioeconômicas e políticas. As tecnologias culturais se alinham às sociais, no sentido de buscar garantir a qualidade de vida para as pessoas, organizando e reunindo diferentes saberes produzidos por pessoas comuns em suas respectivas comunidades e/ou grupos.

É possível estabelecermos uma noção de tecnologia cultural quando nos dirigimos às práticas e especificidades das variadas culturas, como: produção ininterrupta de significados sobre o mundo, modos de vida de grupos específicos, atividades relativas à prática das artes e manifestações culturais. Movimentações que buscam criar métodos, técnicas, processos e materiais para resolver problemas pertinentes à construção cultural, produzir [novos] modos de ser e estar no mundo. Sendo assim, vale lembrar que, ao longo da história, foram construídas e desconstruídas de acordo com os problemas dos próprios grupos humanos.

Lembrando que, como assegura Andrea Paula dos Santos (2012), não existe neutralidade na produção, na defesa e nem tão pouco na utilização de qualquer tecnologia, pois todas são produto das relações sociais, econômicas, culturais e políticas do espaço-tempo em que são produzidas. Dessa forma, são passíveis de crítica e substituição, de acordo com as disputas de poder e a força de cada grupo social. Sobretudo a força que cada grupo possui (e desenvolve) para produzir sua tecnologia científica. Ou seja, tecnologias voltadas à reflexão, discussão e crítica, que tenham por finalidade possíveis alterações no cenário atual (propósito deste trabalho).

Será possível alterar o nosso tecido social por meio de novas tecnologias?

2.1 Onde está a cultura nesse tecido?

“Influência”

Me paga cara indulgência
 Para eu te livrar
 Do pecado dessa incoerência
 Que dizes ser só uma dissidência
 E não me engana com tua inadimplência.

A árvore da concupiscência
 Vives a regar,
 A gotejar prepotência,
 Que não relega à obsolescência
 E tira de mim qualquer competência.

Pela tua morte
 Minha condolência.
 Meu sincero pesar.
 Entre nós tanta divergência,
 Reconheço tua inteligência,
 Mas tens que reconhecer minha influência.

Não existe autossuficiência.
 Não queiras acreditar
 Que tudo procede de tua antecedência.
 Há entre nós permanente interdependência
 Que une nossas mãos em clemência.

A palavra chega com veemência
 Não adianta gritar.
 Seguem desconexas com certa incongruência,

Discurso com prazo determinado de vigência.

Incansáveis seguiremos.

Eis para sempre nossa incumbência.

E a ti respondendo,

Consumida a paciência,

Sem qualquer leniência:

Não preciso de tua carta de anuência.

Estou a cantar melodias,

A dispensar tua influência.

Adoro essa ambivalência,

Sem nenhuma abstinência.

Porque ao trono de ouro cheguei

E fui coroada

Com os louros da resistência!

Voltemos à analogia da estrutura têxtil de ligamento tafetá. Você se lembra que o que lá na frente vai definir as propriedades do tecido são os entrecruzamentos dos dois conjuntos de fios? Embora seja necessário reconhecermos a polissemia do termo, podemos pensar que no tecido social, a cultura está exatamente nos entrecruzamentos. No ponto onde o sujeito se “liga” à estrutura preestabelecida.

Interessante pensarmos que, para Judith Butler (2015), essa pessoa, ou seja, o “sujeito”, não tem história própria que se isole da história de uma relação e, primordialmente, de um conjunto de relações, de acordo com a estrutura normativa na qual está inserido. Como parte fundamental dessa construção, estão as questões morais, que surgem no contexto das relações sociais, onde têm seus formatos redimensionados mediante as características de espaço e tempo.

No nosso caso, características do Brasil (espaço) da contemporaneidade (tempo). Portanto o foco da nossa reflexão é a cultura brasileira na qual estamos inseridas. Sendo assim, utilizarei como ponto inicial dessa “costura”, duas definições. A primeira, presente na Constituição Brasileira. A segunda, para refletirmos sobre a preservação do estado comum das coisas (ou não), recorro à Fayga Ostrower. Mas esse texto também é feito a pontos múltiplos,

não é mesmo? Então permito que essa costura se movimente por outras visões que também nos trazem contribuições importantíssimas nesse processo reflexivo.

Em diversas partes do texto da nossa Constituição, a cultura é tomada na acepção de “bem”, como objeto de direito público. Contudo, é o Artigo 215 do Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto), que inaugura a Seção específica que nos interessa: a Seção II – Da Cultura.

No citado Artigo, encontram-se a nós garantidos pelo Estado, o acesso às fontes de cultura e o pleno exercício dos direitos culturais. Além do apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais (1988). Mas precisamos compreender melhor quais são os objetos das nossas garantias explicitadas no Artigo 215. Por isso o nosso olhar vai um pouquinho mais à frente. Especificamente no Artigo seguinte, onde encontra-se registrada a definição de cultura, como se segue:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- As formas de expressão;

II- Os modos de **criar**¹⁴, fazer e viver;

III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

[...] (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Fayga Ostrower (2014, p. 13) afirma que cultura “são as formas materiais e espirituais com que os indivíduos de um grupo convivem, nas quais atuam e se comunicam e cuja experiência coletiva pode ser transmitida através de vias simbólicas para a geração seguinte”. Para a Autora (2014, p. 5), “a natureza **criativa**¹⁵ do homem (sic) se elabora no contexto social”. Destaquemos tal citação, pois ela será retomada com toda a importância que tem na construção deste trabalho.

Tomaz Tadeu da Silva (2014), em demandas de mesma ordem, argumenta que as culturas ou os ‘circuitos de cultura’, são singulares em suas constituições, pois têm suas próprias maneiras de classificar o mundo. Ou seja, um grupo social pode ser estigmatizado em uma determinada cultura e em outra não, porque dentre os membros de uma mesma sociedade há uma certa similaridade na construção dos significados, que leva a uma estrutura razoavelmente consensual da “visão de mundo”.

¹⁴ Grifo meu.

¹⁵ Grifo meu.

Dessa maneira, a própria cultura se desenvolve em um sistema social específico. Uma estrutura normativa que é constituída de normas e modelos que têm por finalidade regular a conduta social. Para a sua operacionalização, tal estrutura necessita da formação de uma moral. Que, por sua vez, necessita de elementos que nos condicionem a segui-la, como ilustra Guacira Lopes Louro (2008, p. 19):

Conselhos e palavras de ordem interpelam-nos constantemente, ensinando-nos sobre saúde, comportamento, religião, amor, dizem-nos o que preferir e o que recusar, ajudam-nos a produzir nossos corpos e estilos, nossos modos de ser e viver. Algumas orientações provêm de campos consagrados e tradicionalmente reconhecidos por sua autoridade, como o da medicina ou da ciência, da família, da justiça ou da religião. Outros parecem ‘surgir’ dos novos espaços ou ali ecoar (LOURO, Guacira Lopes, 2008, p. 19).

Félix Guattari e Suely Rolnik (2013) apresentam-se em simetria ao pensamento de Guacira Lopes Louro, ao classificarem o sistema cultural como processo reacionário, organizado e intencional. Composto não somente de informações culturais e modelizações sistêmicas, mas do que eles chamam de ‘mercado geral do poder’.

Na mesma trilha dessa “costura”, Malcolm Barnard (2003, p. 86) afirma que “comportamento aprendido é comportamento cultural e não pode ser um resultado da natureza ou essência”. O Autor explica, inclusive, o papel da cultura nos quadros sociais:

É constitutiva da ordem social; por esta razão ela representa as inúmeras e diferentes áreas da batalha onde posições de poder relativo naquela ordem social estão constantemente em luta. [...] poderia ser vista como um sistema de significados através do qual aquela ordem social se comunica e se reproduz; por esse motivo, posições de poder relativo no interior daquela ordem social são também disputadas e desafiadas (BARNARD, Malcolm, 2003, p. 67).

Para Judith Butler (2015), o sujeito se constitui em meio à moral de sua época. Não escapando ao conjunto de regras e equivalências que se forma dentro dos imperativos sociais e circunstanciais. Esse trabalho de constituição de si mesmo se dá em meio ao contexto que o precede e, também, ao contexto que o excede. Os processos inteligíveis da formação do sujeito encontram-se delimitados por um traçado sociohistórico que o antecede ao mesmo tempo que faz com que ele se torne uma fonte referencial para as outras pessoas, podendo exceder seu tempo presente. Sendo assim, para além de nos referenciar no que já passou, temos a responsabilidade de reproduzir (ou não) as normas culturais a nós impostas.

Estamos no Brasil do século XXI, mais especificamente, no ano de 2023. Não nos esqueçamos dos fios do “urdume” do nosso tecido social. Somos um país de matrizes coloniais, onde a moral é constituída por “fios” como racismo, sexismo, machismo. É nesse contexto que se formaram (e se formam) os nossos paradigmas socioculturais. Instrumentos que nada mais são que os elementos condicionantes para a operacionalização da moral.

Se a finalidade de tais instrumentos é manter tudo como está, condicionando-nos a reproduzi-los em escalas contínuas para as gerações futuras, é necessário que haja algumas “imagens” cristalizadas em nossas cabeças. São essas “imagens” que nos “ditam” o que seguir e reproduzir (ou não). Eis a base dos estereótipos. Jean Maisonneuve (1977) esclarece para que servem os estereótipos e o que provocam:

Para designar essas ‘imagens em nossa cabeça’ que se intercalam entre a realidade e a percepção que dela temos, provocando simplificação, ou orientação seletiva de nossas percepções e podendo chegar a distorções mais ou menos graves da realidade objetiva (MAISONNEUVE, Jean, 1977, p. 114).

Os estereótipos se constituem de forma simplificada. Isso porque essas “imagens” operam no dia a dia, naquilo que consideramos comum. Passível de naturalização, inclusive. Contudo, trazem à sociedade problemas de caráter fundamentalistas, com ideologias separatistas, por serem largamente difundidos no interior de um grupo específico ou até mesmo de toda uma população. Provêm de indicadores sumários, por vezes díspares, normalmente atribuídos em extremos de um contexto binário, que visam identificar e **qualificar**¹⁶ pessoas.

O sustentáculo dos imperativos sociais que se organizam em decorrência dos estereótipos está em consonância com uma lógica comparativa e, em geral, é adotado não somente como uma impregnação do meio, mas por servir de certa forma a necessidades e interesses de determinados grupos e pessoas, visando a manutenção das posições de poder. Malcolm Barnard (2003) explica o porquê dessas “imagens” operarem pelas vias do comum.

Se as posições de dominação e subserviência parecem naturais e legítimas e são experimentadas como tal, então elas podem ser aceitas e consentidas, não só pelos que estão em posição de dominação como por aqueles que se encontram em posição de subserviência (BARNARD, Malcolm, 2003, p. 69).

¹⁶ Grifo meu.

Segundo Jean Maisonneuve (1977), trata-se de uma problemática que leva em conta o repertório semântico individual, porém alocada nos ‘fundos de verdade coletivos’. Como consequência, surge uma característica comum aos vários formatos dos estereótipos: o preconceito. E destaca que o preconceito se instaura a partir de uma dialética polissêmica, muitas vezes oriunda da pluralidade de estereótipos menores, razoavelmente coerentes entre si (de gênero, sexo, raça, religião, de classe, entre outros).

Estou escrevendo aqui e lembrando que “Triste, louca ou má, será **qualificada**¹⁷ ela quem recusar seguir receita tal, a receita cultural...”¹⁸

Tá, mas e a roupa?

2.2 Onde está a Roupa nesse contexto ?

Dentre o que me havia sido transmitido, também tinha “Dor”.

A qualquer momento
Em qualquer tempo
Sem qualquer entendimento

...

Um só momento
De um longo tempo
Com todo entendimento

Com ou sem poesia
Vem a dor da carne
Que não se sacia

Abaixo o lado sombrio
O asco escorre enquanto ele rasteja
Acima o voo se abre
E a liberdade sobe

¹⁷ Grifo meu.

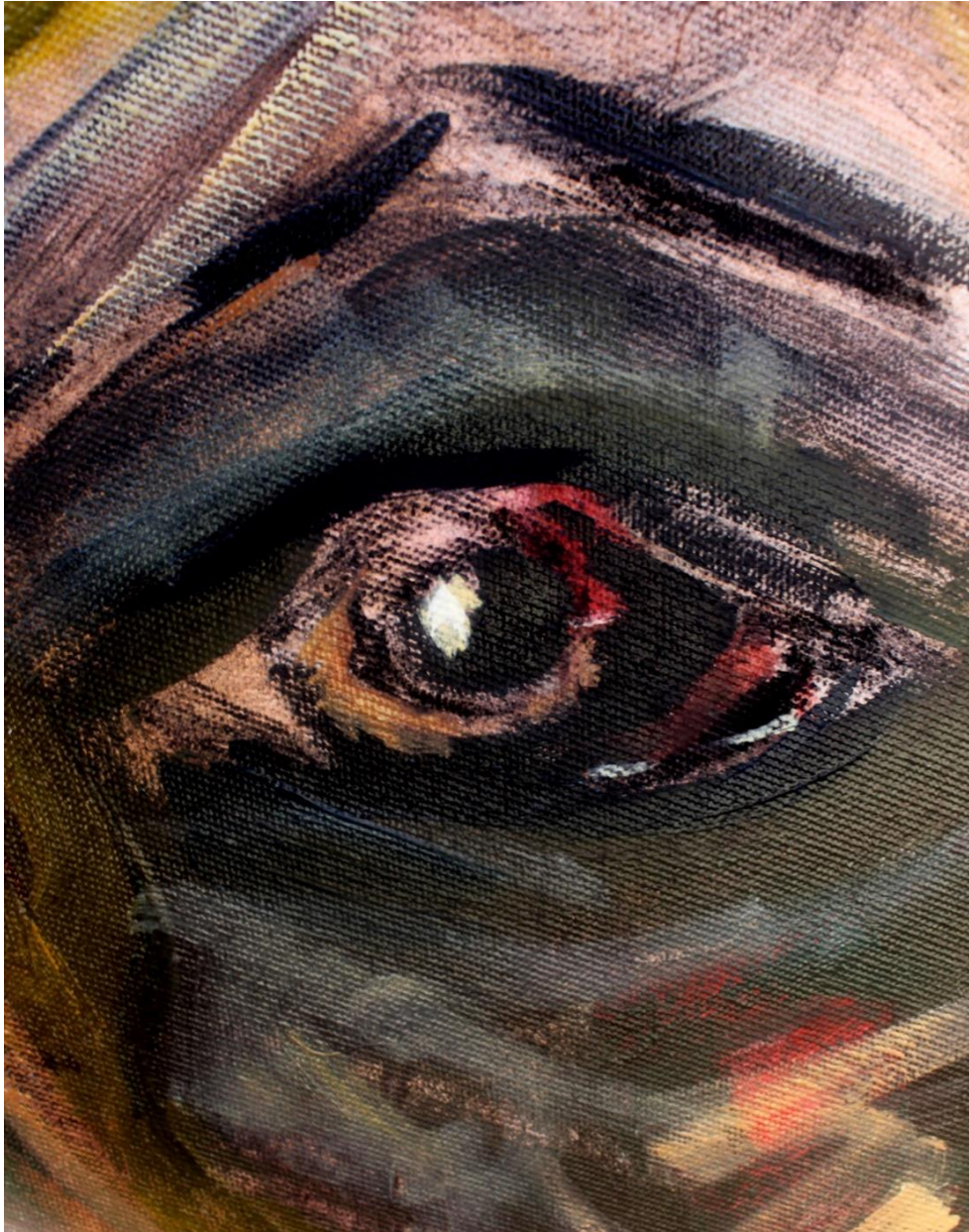
¹⁸ Trecho da música: Triste, Louca ou Má © Warner Chappell Music, Inc
Compositores: Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes / Sebastián Piracés-Ugarte.

Do lado o som some.

Daquele mesmo lado o silêncio grita

Acima a alma chora

E as estrelas caem.



2020

Ao iniciar essa reflexão é interessante que entendamos o que é a roupa. Para tal, faço uso da definição que Paolo Sorcinelli (2008) a aplicou:

Uma roupa é um conjunto de pedaços confeccionados juntos para cobrir, enfeitar e valorizar as partes do corpo humano [...]. Uma roupa é a representação sintética e simultânea de muitos acontecimentos: pessoais e coletivos, econômicos, sociais e políticos. É uma cunha fincada no corpo da história que permite, se manejada com competência e sensibilidade, nela penetrar e, a partir de seu interior, colher os elementos importantes de uma época e de um ambiente (SORCINELLI, Paolo, 2008, p.29).

Ao longo da história muito se estudou e teorizou acerca da função primária das roupas e dos vestíveis¹⁹ em geral. Nessa trilha, João Braga (2004) concluiu que tal função foi derivada do fator pudor. Para tal, utilizou citações da Bíblia Sagrada como argumento²⁰. O que o levou ao entendimento de que a necessidade de ocultar as genitálias foi o motivo que fez com que o ser humano usasse algo para cobrir o corpo. O Autor sugere ainda, com base nas mesmas citações, que essas vestes foram “confeccionadas” primeiramente com matéria-prima vegetal e posteriormente com peles de animais. Só então, classifica os outros dois motivos: adorno e proteção (enfeitar o corpo e se proteger das intempéries climáticas e situacionais).

John Carl Flügel (1966), ao abordar a temática com diferentes olhares, relata que as roupas carregam em si, muito mais que as funções de proteção climática, adorno e pudor, como se segue:

O homem (sic), [...], é um animal social. Precisa da companhia de seus semelhantes e reage delicadamente à sua presença e comportamento. Contudo, tanto quanto concerne ao sentido da visão, o homem (sic) civilizado tem muito pouca oportunidade de observar os corpos de seus companheiros. Fora o rosto e as mãos [...] – o que nós realmente vemos e ao que reagimos, não são os corpos, mas as roupas dos que nos cercam. É através das roupas que formamos a primeira impressão de nossos semelhantes (FLÜGEL, 1966, p. 11).

Segundo o Autor, as roupas funcionam como extensão do próprio corpo físico, pois sempre que se traz um corpo estranho à superfície do próprio, a consciência existencial pessoal se estende às extremidades deste. Dessa relação resultam diversas sensações, ora de expansão do próprio corpo, ora de aquisição de uma espécie de movimento alheio a esse corpo, conferida pela movimentação das vestes, que não seguem rigorosamente os movimentos corpóreos. Ao exemplificar tal questão, aponta o fator incômodo que surge quando uma pessoa usa uma peça de vestuário muito maior que a dimensão devida. Tal peça parece tomar extraordinárias

¹⁹ Todas as peças que colocamos sobre nossos corpos. Roupas, calçados, acessórios, adornos.

²⁰ “Abriram-se os olhos de ambos; e percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira, e fizeram cintas para si.” Gênesis, Capítulo 3, Versículo 7. “E fez o Senhor Deus a Adão e sua mulher, túnicas de pele e os vestiu.” Gênesis, Capítulo 3, Versículo 21.

proporções, fazendo com que a mente confunda o próprio corpo com a roupa, causando-lhe confusão na maneira de agir.

Ao empregar às roupas uma propriedade extensiva desse corpo, Flügel (1966) também assinala que a mesma está intimamente ligada à sexualidade. Evidencia, inclusive, o elemento sexual como valor primaz nas diferentes correntes de pensamento sobre a origem do uso das mesmas. Nesse contexto, discorda do fator pudor se apresentar como causalidade, pois entende que tal conceituação tenha sido embasada na autoridade da tradição bíblica construída ao longo da história.

Em uma linha de pensamento psicanalítico próxima ao pensamento freudiano, aponta, ainda, que as tendências de exibição e de vergonha, contidas nas roupas enquanto extensão do corpo, se relacionam não com o corpo vestido, mas com o nu. Assim, identifica como primitiva função, o adorno; porque dessa forma, o ser humano estaria mais próximo de sua tendência de exibição, como infere:

[...] de todos os motivos concernentes ao uso das roupas, aqueles ligados com a vida sexual têm, em conjunto, uma posição predominante. [...] A minoria que considera o pudor como primário, pensa que as roupas se originaram do resultado de uma tentativa de inibir a sexualidade [...]. A grande maioria que acredita na primazia do motivo decorativo, sustenta que o uso de roupas surgiu do desejo de realçar os atrativos sexuais do portador (FLÜGEL, 1966. p. 19-20).

O fato é que independentemente da corrente de pensamento que se aplique à história do vestuário, existe um ponto convergente entre elas: a construção (ou confecção) e o uso de tais peças não são aplicações “soltas” no tempo-espaço. Elas têm capacidade de comunicação (mesmo que alheia ao conhecimento de quem usa). São representações transmissoras de fatores psicossociais e socioculturais.

A roupa é um importante substrato histórico, visto que o vestir expõe o corpo a uma mudança do dado natural, puramente biológico, fazendo as vezes de ‘ponte’ entre a pessoa e o mundo. Inserida em um contexto articulado entre fatores socioeconômicos, morais e políticos, a roupa que usamos é parte constitutiva dos processos culturais das sociedades em que vivemos. Logo, a significação do “vestir” não tem por base a roupa em si, mas sim, a relação que se estabelece socialmente com sua utilização, perpassando toda uma época (CALANCA, Daniela, 2011).

Para Alison Lurie (1997), a roupa, ao cobrir a pele, torna-se um signo da linguagem visual tanto quanto tudo que se encontra na superfície da mesma, como a tatuagem, por

exemplo. Sendo assim, é um importante marcador dos estereótipos (aqueles que têm uma característica comum: o preconceito, lembra?!). Isso porque carrega sobre si, o poder do estigma. Assim sendo, são capazes de gerar efeitos deletérios de exclusão social. Aqui vale correlacionarmos o pensamento de Lurie com o pensamento de Gilles Lipovetsky (2009) que enuncia que os estigmas surgem das cesuras do aparelho do poder. Marcas que não se aplicam com o mesmo vigor sobre o feminino e o masculino, resultando em posições sociais desiguais.

Em consonância com o respectivo enunciado, Diana Crane (2006) afirma que as assimetrias sociais relativas às relações de gênero são responsáveis pela preservação de determinados tabus. Dentre eles, o que entendemos por comportamento ‘adequado’ para as mulheres, no que se refere à indumentária. A manutenção desses tabus arrola-se às posições de dominação e subserviência, preservando-as. Dessa forma, o vestuário apresenta-se como ‘portador’ de ampla gama de significados ideológicos.

Acho que *tô* começando a entender...

3. Então o primeiro “molde” das roupas é feito com a “régua” cultural?

Foram “Danos silenciosos”.

...

Eu nasci.

E muito cedo me disseram que doce eu seria

E minha cor, rosa seria.

Benditas sapatilhas que eu nunca calçaria.

Nos pés, grandes sapatos pretos.

Três camadas de tecido pra cobrir os peitos.

De privado me apresentaram o estado puro.

Ainda que de leite se enchessem os mesmos peitos.

Deusa humana que do mar vem,

Teu molhado e sacrossanto cinto do desejo foi presente pra quem?

Oh Afrodite, não para mim!

Escrito no manifesto estava, que teu cheiro era de pecado carmim.

Diferenças me foram subtraídas,

Porque perto delas, não me era permitido chegar.

Coisas sobre as quais, sequer podia falar.

Minhas ancestrais falaram e queimadas foram.

Retórica rítmica pra me fazer crer

Que se rainha fosse, só do lar seria.

E nem ser diferente poderia!

Mas eu estou aqui,

Sou e estou comigo,

Contigo,

Com tudo,

Com todos.

Prazer.

Eu me chamo Maria.

E que de Nazaré não é!

Enquanto códigos de linguagem nos processos comunicacionais, transmissoras de fatores psicossociais e socioculturais de uma época, as roupas também precisam estar adequadas ao que entendemos por normativa social. Aquele conjunto de modelos que visam regular os comportamentos dos grupos sociais, por meio de códigos, ritos e costumes instaurados na conduta humana, cuja a inobservância acarreta em sanções que podem ser explícitas ou camufladas, como registra Jean Maisonneuve (1977):

O controle social toma, segundo o caso, a forma de ‘prescrições’ (sujeições, deveres), de ‘interdições’ (tabus, proibições) ou de ‘recomendações’, com certa margem de tolerância. Não é pois, senão parte das normas que é institucionalizada e garantida por aparelho repressivo (justiça, polícia, conselhos disciplinares...). As sanções podem, com efeito, tomar caráter explícito e tangível (penas, multas, privilégios), ou caráter moral mais ou menos difuso (graus de consideração, de estima, de prestígio), ora punitivo, ora gratificador (MAISONNEUVE, 1977, p. 51).

Aqui a gente faz uma pequena pausa. Momento para observarmos o grau de importância das roupas em nossa cultura, haja vista que, no Brasil, o corpo nu exposto em público pode constituir ato obsceno, segundo o Código Penal. Mais especificamente, nas inscrições do Artigo 233²¹, onde as prescrições podem culminar em detenção de 3 meses a um ano, ou pagamento de multa. Sendo assim, as roupas se “alinhavam” não somente às questões morais e linguísticas, mas às questões de ordem jurídica também. Ou seja, às questões concernentes ao direito em tese, uma discussão sobre o alcance das normas de caráter legal.

Mas o quanto da norma moral brasileira (aquela formada pelos fios estruturantes do “urdume”) está implicada na norma legal? Precisamos pensar que a exposição do corpo, em público, por si só não constitui ato obsceno, tendo em vista que o ato passível de ser classificado por obsceno é o ato de conotação sexual. Trata-se do comportamento de cunho sexual, praticado em lugar de acesso ao público em geral, ou onde o autor possa ser observado por terceiros. Sendo assim, o corpo nu, exposto em lugares públicos ou à possível observação de terceiros, não passa disso mesmo: um corpo humano sem roupas²².

²¹ Artigo 233 do capítulo VI (do ultraje público ao pudor) do decreto lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Disponível em < [HTTPS://PRESREPUBLICA.JUSBRASIL.COM.BR/LEGISLACAO/91614/CODIGO-PENAL-DECRETO-LEI-2848-40#ART-233](https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-233) >. acesso em 05 de janeiro de 2023.

²² Para refletir: Ato obsceno e nudez – Arthur Virmond de Lacerda Neto. Disponível em < <https://dellacellasouzaadvogados.jusbrasil.com.br/artigos/135823903/ato-obsceno-e-nudez> >. Acesso em 23 de Janeiro de 2023.

Ora, se nos processos comunicacionais, as relações sociais classificam as manifestações do corpo como aceitáveis ou não de acordo com as convenções morais e hábitos de uma época, a libertação desse mecanismo implicaria indubitavelmente em medidas de transgressão dessas leis e normas com profundas modificações nos códigos de comunicação. Atitudes passíveis de serem julgadas e interdidas, de acordo com o processo explicitado acima. Sendo assim, é interessante refletirmos sobre essa necessidade de “cobrir” os corpos. Isso porque quando a exposição excede os limites normativos da ordem moral, estigmatiza quem pratica.

Eu sou primogênita de uma família de classe média, de mãe dona de casa e pai metalúrgico, que cursou todo o Ensino Fundamental em um colégio religioso. Ali, o discurso cristão de sujeição do corpo feminino era retoricamente naturalizado. Até mais que dentro da minha casa, inclusive. Parece-me que as existências eram divididas pelas categorias binárias feminino e masculino. Tudo acontecia a partir delas. As permissões e as proibições. Os ensinamentos e os aprendizados. Os estímulos e as interdições.

Uma estrutura que se sustentava pela dimensão afetiva ameaçada constantemente, porque, como infere Dulce Whitaker (1988),

Desde pequeninas, as meninas são mais protegidas além de orientadas para brincadeiras que se referem sobretudo ao mundo doméstico. Ora brincando de casinha, ora ajudando a mãe nas tarefas domésticas [...], a menininha será amada e recompensada quanto mais ‘feminino’ for seu comportamento. E qualquer passo que dê na direção de brincadeiras agressivas ou ousadas será interceptado por um adulto protetor (quando não, repressor) (WHITAKER, Dulce, 1988, p. 32).

Entendo que por isso, desde muito nova, minhas iniciativas (sérias brincadeiras) em sua maioria nas áreas das Artes, eram consideradas transgressão. Assim, “justificavam” os mecanismos de opressão a mim [e a tantas outras meninas] empreendidos.

Ali eu era obrigada, como todas as alunas, a usar um uniforme. Peças que, combinadas, pouco deixavam meu corpo à mostra. Era o chamado uniforme colegial. Aliás, penso que ele ficou impregnado na minha pele por muitos anos. Ele era formado por uma camisa branca de gola esporte²³ bem fechada (rigorosamente alvejada, porque havia uma averiguação desse item logo na entrada do prédio), uma saia de pregas azul-marinho abaixo do joelho, um par de meias ¾ brancas e um par de calçados pretos de modelo denominado colegial.

²³ Gola esporte: Modelo formado por duas partes. A de baixo, chamada de lapela, e a de cima, que é a gola propriamente dita.

Ainda era o mesmo uniforme que tinha sido usado por estudantes mulheres desde o início do século XX. Especialmente por uma categoria denominada Normalistas (fig. 3). Normalistas eram as moças que cursavam o chamado Curso Normal, também conhecido como Magistério de 1º grau. Um curso que habilitava para o exercício do magistério nas séries iniciais do que hoje tem a nomenclatura de ensino fundamental.

Figura 3 - Alunas de um colégio do interior paulista, no final dos anos de 1950.



Fonte: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 339.

O primeiro Colégio Normal no Brasil foi inaugurado em 1835, na cidade do Rio de Janeiro. Contudo foi no início do século seguinte que o quantitativo de mulheres passou a ser maior que o de homens nas respectivas escolas, que haviam se espalhado pelo país. Fúlvia Rosenberg (2013, p. 338) explica que “sustentou-se a necessidade de se educar mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam ‘educadoras de homens’, necessários à nação”. E narra os motivos que, à época, foram levados em conta:

Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Inclui-se Economia

Doméstica em seu currículo, porque ‘a mulher é rainha do lar’. [...] Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, ‘verdadeiras mães’, têm ‘vocação para o sacerdócio’ que é o magistério (ROSEMBERG, Fúlvia, 2013, p. 338-339).

A criação de tais uniformes foi uma ação institucional integrada, que envolveu o legislativo e o executivo do Rio de Janeiro. Os dois poderes apresentaram, inicialmente, justificativas estéticas e práticas para as respectivas peças. Conceitos que, aplicados àquelas roupas, poderiam causar uma suposta “igualdade” entre as alunas, mesmo que pertencessem a diferentes classes sociais²⁴.

A principal Escola Normal mudou-se para a região do Estácio em 1914, ali permanecendo até 1930. À época, a citada localidade era repleta de casas de prostituição. Eis a motivação principal para a criação do tal uniforme: diferenciar as moças “de bem”, das chamadas “mulheres públicas”. Ainda de acordo com seus desenvolvedores, às Normalistas não era permitido o uso de joias ou algum outro adorno, pois a estética “econômica” dos uniformes seria o ponto central para separar essas duas categorias de mulheres.

Segundo Anne Hollander (1996, p. 229), quem veste um uniforme carrega todo o conjunto de características pertinentes a um grupo específico, e o define como um “manto honrado do seu grupo escolhido”. Afirma ainda que nesse sistema de conformidade, as individualidades estão presentes apenas nos detalhes. Essas peças fazem com que a pessoa que a usa se sinta única, destacando o seu lugar no mundo. Pensando aqui... Não podendo usar nenhuma peça de adorno como “detalhe”, por conta da estética econômica instituída, além de serem separadas socialmente das prostitutas, as Normalistas também não tinham a possibilidade de se diferenciarem nem dentro do próprio grupo ao qual pertenciam. Eu pelo menos podia usar brincos!

Contudo, além daquele uniforme, houve um fator semelhante (e não menos importante) que me ensinou [e a tantas outras brasileiras] o “jeito certo” de ser e estar no mundo na década de 1970. Foram dois tipos de publicações diferentes, mas que tinham um ponto em comum: roupas.

Ainda muito pequena, na primeira metade dessa década, fui desenvolvendo um gosto ímpar pelas roupas. Naquela época, havia um tipo de revistas que eram direcionadas às crianças, onde encontrávamos desenhos de bonequinhas e de várias roupinhas (fig. 4). Tais desenhos

²⁴ Ler em: LIMA, Fábio Souza. *A História por trás da origem do uniforme azul e branco das Normalistas do Rio de Janeiro*. In.: *RevistAleph*, n. 31, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39278> >. Acesso em 10 de Janeiro de 2023.

eram recortados, e a brincadeira consistia em “vestir” as bonecas com as roupas “adequadas”. Essa era a minha brincadeira preferida, mas não com as roupas que já vinham impressas para serem recortadas. Geralmente “desenhava” as minhas próprias coleções.

Figura 4 - Marisa - Revista de Boneca de papel - Cedibra - Anos 70.



Fonte: Catálogo das Artes. Disponível em < <https://www.catalogodasartes.com.br/obra/DzUteGcA/> >. Acesso em 28 de Janeiro de 2023.

Aqui eu quero lhe contar um episódio que ficou marcado em minha vida: Eu tinha 6 anos de idade. Ainda não tinha sido alfabetizada. Motivo que “justificava” as muitas discriminações a mim empreendidas naquele colégio religioso sobre o qual já comentei.

Era 1974. Eu estava no 1º ano. Meus pais não tinham a mesma condição financeira que a maioria das famílias das outras alunas. Em uma sala de mais de 40, eu era a única que não sabia sequer escrever o próprio nome. Isso porque todas as outras tinham cursado o que hoje conhecemos como Educação Infantil, no mesmo colégio. Meus pais não conseguiram me matricular na educação pública, sob a alegação de falta de vagas. Também não podiam arcar com os altos custos de um colégio particular como aquele. Por isso só fui para a escola naquele ano. Hoje entendo que o mero uso do uniforme não foi capaz de promover a “igualdade” tão amplamente difundida (talvez o termo “publicizada” seja mais adequado).

À época, dois grandes desejos me moviam: o conhecimento “formal” para aprender a ler e a escrever – em especial, poesias – e aprender a costurar. Aprendi muitas coisas com as mulheres próximas a mim [como tantas outras brasileiras]. Dentre esses muitos aprendizados, está a arte de costurar tecidos que aprendi com minha mãe; que, por sua vez, aprendeu com minha avó.

Naquele ano, em um dia qualquer, chorando diante da máquina de costura, acabei convencendo minha mãe a pegar-me em seu colo, e, sob seu primoroso cuidado, deixar-me “costurar” uma roupinha de boneca. Dessa vez, de tecido. Não deu certo. Mesmo com toda a sua atenção, eu tive o dedo indicador da mão direita transpassado pela agulha da máquina. Chorei de novo. Mas naquele momento, de dor. Acho que ela chorou mais do que eu. Imaginou que eu nunca mais fosse querer me aproximar daquele instrumento. Enganou-se. No outro dia, lá estava eu desejando “costurar” de novo. É claro que ela não deixou, e eu permaneci “criando” as roupinhas de papel por um tempo.

Na segunda metade dos anos 70, comecei a me distanciar do papel e me aproximar do tecido. Mas para chegar no corte do tecido, precisava passar pela modelagem. Eu era muito nova e não sabia como fazer os moldes. Nenhuma escola de modelagem ou corte e costura me admitia como aluna por conta da tenra idade. Assim, busquei outros meios para aprender a “fazer roupas”.

Minha mãe tinha pilhas de revistas *Manequim* (fig. 5), que era uma publicação da Editora Abril. Publicação que compunha o conceito de revistas femininas da época. A maior parte do seu conteúdo era voltada às roupas/moda, entretanto encontrávamos receitas culinárias e outros “assuntos de mulher”, como podemos observar nas capas abaixo. Mas o que realmente me interessava era o *Caderno de Moldes*.

Figura 5 - Capas revistas Manequim - década de 1970.



Fonte: ABCD Moda. Disponível em < <http://abcdmoda.blogspot.com/2011/07/capas-de-revistas-decada-de-70.html> >. Acesso em 28 de Janeiro de 2023.

Tal revista ainda existe. Atualmente é publicada pela Editora Escala, nos formatos impresso e digital. O Caderno de Moldes (fig. 6), como podemos ler na página da *internet* da citada editora²⁵, “é a espinha dorsal de Manequim. Por meio de explicações passo a passo a leitora consegue copiar o molde da roupa fotografada no editorial [...], montá-lo e costurá-lo”.

Foi usando o Caderno de Moldes da Manequim que fiz a minha primeira peça de roupa sozinha. Em meio a um emaranhado de linhas (fig. 7), fui “achando” o molde que “cabia” em mim. Era 1979.

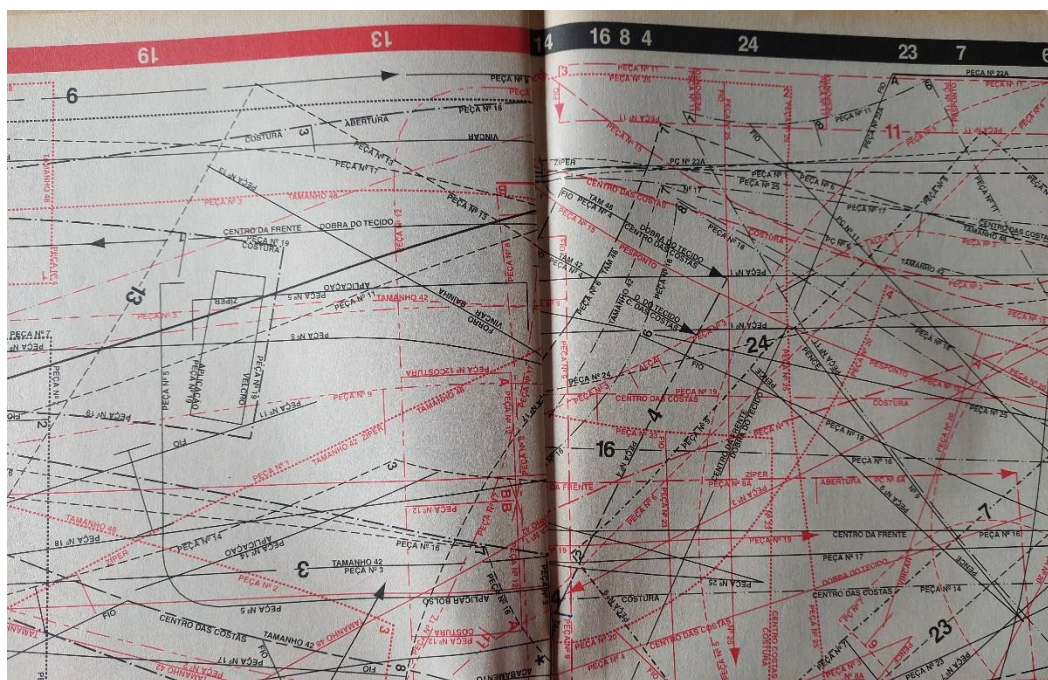
²⁵ Disponível em < <https://assineescala.com.br/manequim-3-2/> >. Acesso em 29 de Janeiro de 2023.

Figura 6 - Caderno de moldes - Revista Manequim



Fonte: Revista Manequim n. 0444 – Edição 500, p. 20-21 do Caderno de Moldes

Figura 7 - Folhas dos traçados de moldes



Fonte: Revista Manequim n. 0444 – Edição 500.

Naquela época eu não gostava muito de me vestir com uma única peça de roupas, como por exemplo, um vestido. Gostava da composição variável que se dava entre saias, calças, blusas. Sem contar que, na ocasião (final da década de 70), isso era algo bem comum, pois as mulheres já tinham abandonado as peças de roupas feitas de um único tipo de tecido e de uma única cor para o uso diário. Tais composições eram mais recomendadas para ocasiões ditas importantes, pontuais. Já optavam pelas ‘peças avulsas’ como as que compunham a indumentária masculina (HOLLANDER, Anne, 1996).

Então, ao escolher o modelo que seria confeccionado, busquei logo uma camisa. Uma das minhas experiências prediletas era “assaltar” o guarda-roupas de meu pai. As suas camisas, em sua maioria, eram transparentes por serem confeccionadas de cambraia²⁶ de algodão²⁷ ou de linho²⁸. Vestiam bem em mim, porque aos 11 anos de idade eu já tinha a mesma altura que ele: 1,68m.

Embora outras jovens mulheres usassem aquelas peças, eu sabia que não podia usar camisas como as dele. A justificativa era porque além de serem roupa “de homem”, eram transparentes. Por isso era severamente repreendida em todos os meus “assaltos”. Então, usei um “molde” para fazer uma blusinha “feminina” de decote ombro a ombro. Como não queria problemas, usei um tecido que não era transparente: Uma popeline²⁹ de cor preta com poás³⁰ brancos.

Precisamos entender que um molde (utilizado em segmentos artesanais ou industriais) é uma tecnologia por meio da qual se reproduz alguma coisa, uma matriz usada para se obter produtos semelhantes. Em termos sociológicos, ele é aquilo que serve de exemplo para as nossas atitudes³¹. E as tecnologias são o conjunto de processos, métodos, técnicas e ferramentas que nos possibilitam realizar algo³².

Iesa Rodrigues, ao prefaciar o livro *Modelagem Industrial Brasileira*, afirma que

²⁶ Cambraia: “Tecido de algodão ou linho leve, com ligamento tafetá, usado na camisaria, blusas finas, roupas para bebê e lenços” (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013, p. 299).

²⁷ Algodão: “Fibra natural de origem vegetal procedente do algodoeiro. Aplicação têxtil: fabricação de inúmeros tecidos para uso doméstico e profissional; brim, cretone, popeline, cambraia, sarja, fustão, etc. [...] Características: macio e confortável; durável; resistente ao uso e à lavagem [...]” (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013, p. 298).

²⁸ Linho: “Tecido feito com a fibra natural de origem vegetal procedente do talo do linho. [...] São utilizados no vestuário, na rouparia doméstica e na decoração” (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013, p. 309).

²⁹ Popeline: “Tecido de algodão, de peso médio, ligamento tafetá [...]. A popeline é usada em vestidos, camisas, calças, bermudas, toalhas de mesa, guardanapos” (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013, p. 314).

³⁰ Poás: Bolinhas (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013).

³¹ Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=molde>> Acesso em 27 de Julho de 2022.

³² Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tecnologia/>>. Acesso em 27 de Julho de 2022.

sociólogos pesquisam as camadas sociais envolvidas no confeccionar e vestir. Filósofos descobrem razões para tendências. Intelectuais justificam a adesão a uma cor. [...] Tudo, para que o público, que em geral se mantém no papel de consumidor e espectador leigo, possa saber um pouco mais da moda (DUARTE, Sonia; SAGGESE, Sylvia, 2014, p. 7).

E continua: “Este fenômeno cultural [...] envolve, como todas as artes, muita mão-de-obra. Principalmente no delicado momento em que o tecido vai se transformar em roupa, cortado seguindo um **molde**³³ preciso” (DUARTE, Sonia; SAGGESE, Sylvia, 2014, p. 7).

Transportando tais questões para o nosso tecido social, entendemos que os “moldes” são os padrões preestabelecidos que têm a finalidade de normatizar nossos comportamentos. Nesse contexto, acho que vale nos adiantarmos um pouco no tempo até o dia 2 de Janeiro de 2019. Naquele momento, a advogada e pastora evangélica, Damares Alves, assumia o cargo de Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em seu discurso de posse, ela anunciou o início de uma “nova (sic) era”: “Menino veste azul, menina veste rosa”³⁴. E, eu pensava: por que não menino veste rosa, menina veste azul? Aquela fala direcionada a toda a população brasileira estava impregnada de modelizações sociais.

Penso que os moldes da década de 1970, fossem das roupas de papel ou os que serviriam de base para a costura das roupas em tecido, não perpassaram a minha vida [e a de tantas outras brasileiras] somente no âmbito profissional. Sem que eu me desse conta, foram imprimindo um “jeito” de ser mulher por meio da brincadeira de costurar e do ato de costurar em si. Como se só houvesse uma maneira de ser mulher! E olha que quando eu nasci já tinham se passado quase 20 anos do Segundo Sexo de Simone de Beauvoir (1949).

Assim eu fui me acostumando... Assim a gente vai se acostumando... Mas, como enunciou Marina Colasanti, em sua crônica publicada pela primeira vez no Jornal do Brasil de 1972, “eu sei que a gente se acostuma, mas não devia”³⁵. E continuou:

A gente se acostuma a coisas demais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. [...] A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos [...]. A gente

³³ Grifo meu.

³⁴ disponível em < [HTTPS://G1.GLOBO.COM/POLITICA/NOTICIA/2019/01/03/EM-VIDEO-DAMARES-ALVES-DIZ-QUE-NOVA-ERA-COMECOU-NO-BRASIL-MENINOS-VESTEM-AZUL-E-MENINAS-VESTEM-ROSA.GHTML](https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml)> acesso em 22/06/2021.

³⁵ Crônica “Eu sei, mas não devia” de Marina Colasanti. Disponível em < <https://www.culturagenial.com/eu-sei-mas-nao-devia-marina-colasanti/>>. Acesso em 29 de Janeiro de 2023. Na voz de Lorelay Fox: Disponível em < <https://www.marinacolasanti.com/2017/05/eu-sei-mas-nao-devia-por-lorelay-fox.html>>. Acesso em 29 de Janeiro de 2023.

se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

3.1 Isso explica por que eu não podia usar camisa. Mas vestido sim, *né?*

“Pela cédula”

Suicídio da grama

Que entra na frente do gado.

Suicídio do gado

Que se coloca no caminho do carro.

Suicídio do carro

Que se dá nas mãos do homem.

Suicídio do homem

Que se entrega à credulidade cega

Ou à incredulidade de sua própria existência.

Homicídio do homem

Que comeu o gado,

Matou a grama

Por causa da fábrica de carro.

Se restou algo

Foi só a poeira cinza

Do cérebro que se consumiu

Em favor da cédula.

Inevitável suicídio da espécie.

E nem gravata? Abotoaduras? Paletós?

Lembrando que, como infere Joan Scott (1995, p. 74), as questões concernentes ao gênero são “em última análise, um desafio teórico”. Por isso nesse pedaço da “costura” recorro a uma das linhas provenientes de cima do cabeçote da máquina, lembra? Assim, trago a contribuição de Teresa de Lauretis (1987) da qual me aproximo em justa medida.

A Autora salienta que estamos refletindo sobre o sujeito real e suas sociabilidades. Sendo assim, refletir sobre gênero é refletir não somente sobre as divisões atribuídas ao binômio sexo-gênero no campo concreto, mas também sobre suas representações sociais no campo

linguístico. Trata-se de um sujeito constituído no espaço de interstícios entre o real e a linguagem, como bem registra:

Um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito ‘engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, Teresa de, 1987, p. 208).

Ao longo da História, a roupa foi e é um importante fator nos processos socioculturais, estabelecendo diferenciações entre as pessoas no campo linguístico. Contudo, há de se evidenciar que tais diferenciações atravessam vários marcadores sociais, como diferenças de gênero, de classe, geracionais, dogmáticas, profissionais ou ainda ideológicas. Para tal, vale-se de ícones que levam à interpretação de seus códigos.

Gilles Lipovetsky (2009) explica quais são os caminhos que a Moda toma, enquanto fenômeno social, para circunscrever as diferenciações relativas ao gênero:

Homens e mulheres usam calças, mas os cortes e muitas vezes as cores não são semelhantes, os sapatos não têm nada em comum, um *chemisier* de mulher se distingue facilmente de uma camisa [...]. Um pouco em toda parte, os artigos de moda, reinscrevem, por intermédio dos pequenos ‘nadas’, a linha divisória da aparência (LIPOVETSKY, Gilles, 2009, p. 152).

Pensemos nos pequenos ‘nadas’. Observo que o Autor se dirige aos ícones com os quais temos contato cotidianamente. Aqueles que operam pelo estado comum das coisas nos campos real e linguístico. Nessa mesma perspectiva, Teresa de Lauretis (1987, p. 228) propõe que “a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero [...] e discursos institucionais [...] com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e ‘implantar’ representações de gênero”.

Para Richard Sorger e Jenny Udale (2009), os ícones – componentes das tecnologias socioculturais de gênero – impactam até a própria criação do produto de Moda. A maioria das estilistas responsáveis por criar roupas “femininas” trabalham com mais liberdade, proporcionando mudanças estéticas e estilísticas constantes. Já as criadoras de produtos “masculinos” esbarram seus processos criativos nos ícones considerados conservadores. O que acaba por reproduzir sequências com bem menos variações no citado mercado.

Anne Hollander (1996) afirma que os mecanismos da Moda, entendidos desde a criação, passando pela indústria, até o *marketing*, servem à conformidade social, porque há uma crença

sólida nos símbolos ali impregnados. Isso porque, para além da percepção da forma, estabelecemos comparações entre nós e as outras pessoas, decodificando tais símbolos. A Autora (1996, p. 14) acredita, inclusive, que “o poder de permanência da alfaiataria masculina mostre como a força visual pode ter sua autoridade própria, sua força simbólica e emocional particular de autopetuação”, por isso até a atualidade, os ternos são tidos como peças de estética e usabilidade “perfeitas”.

Assim, moda e indumentária seguem evidenciando e reiterando as divisões sociais de gênero. Ingerências que constroem, sinalizam e reproduzem, sobretudo, modos de ser da feminilidade. Instrumentalizando os corpos femininos e marcando-os, esse circuito colabora para transformá-los em depositórios das principais visões de tais divisões. Desse modo, legitima, naturaliza e acentua as assimetrias. Em especial, em espaços perpassados pela sexualidade, (BARNARD, Malcolm, 2003). Nessa mesma ótica, Teresa de Lauretis (1987) infere que as desigualdades de gênero estão intimamente ligadas à sistematização das desigualdades sociais como um todo.

Segundo Guacira Lopes Louro (2016), as marcas inscritas sobre os corpos, como as roupas, são capazes de consignar identidades e diferenças porque as pessoas são treinadas desde que nascem, para percebê-las e decodificá-las. Questão elucidada. Eu era repreendida quando “assaltava” o guarda-roupas do meu pai, porque se usasse as suas camisas seria “marcada” como diferente por onde andasse. Estranha ao meio. Como se eu estivesse fora do lugar “correto”.

Já entendi que roupa “de homem” não pode, mas vestido pode? Sim, vestido pode. Desde que seja um ícone que serve à conformidade da feminilidade requerida. Ou seja, desde que esteja “adequado” para que eu siga somando no enorme contingente de identidades femininas impostas coercitivamente.

3.2 Vestido pode. Mas vermelho e decotado não, por que é roupa de “puta”?

Hoje está “[quase] tudo vermelho”.

Hoje eu decidi [me] fazer silêncio.

Decidi colorir minhas lágrimas de vermelho.

Tão intenso quanto aquele batom preferido.

Hoje eu decidi compor minha própria melodia.

Sair do sofá e ir para o canto do bar

Pra te beijar loucamente.

Decidi arranhar tua pele com as unhas também vermelhas.

Decidi me entregar a essa paixão vermelha

Aceleradora que me desdobra.

Porque te quero pra mim.

Não só pra mim,

Mas pra mim também.

Quero olhar profundamente nos teus olhos vermelhos

E lamber tua boca azul.

Quero te lambuzar da minha cor vermelha,

Manchar teu corpo todo.

Te encharcar desse prazer rubro.

Desse prazer que tira a voz porque mora no silêncio.

Eu: Vou me casar, mas não quero essa coisa de vestido branco não. Quero me casar com um vestido vermelho, com as mangas bem bufantes e transparentes e com um decote bem grande. Minha interlocutora (que quero que você saiba que não era a minha mãe): “Você não pode entrar na “casa de Deus” de vestido vermelho. Com mangas transparentes e decotado então... Nem pensar. Vestido vermelho que deixa os peitos de fora é roupa de puta. De mulher livre. Mulher que não presta. E você não é mais livre” – como se um dia eu tivesse sido –. “Você é artista, é louca. Mas puta você não é”.

Que “divisão” era aquela que me imputavam naquele momento? Para mim, aquele espanto todo até poderia ter sido justificado se eu tivesse dito que queria entrar nua na igreja. Cadê a obscenidade? Tá... eu admito que o desejado vestido podia ser meio exagerado, mas estávamos em um período de “exageros” no *Design* de Moda. No meu entendimento, usando-o, eu só estaria de acordo com a minha época. Ou seja, eu só estaria “na moda”. Mas o que seria estar na moda, não é mesmo?





Podemos entender a Moda³⁶, de acordo com Maria Cláudia Bonadio, Maria Gabriela S. M. C. Marinho e Solange Wajnman (2010, p. 2), como “manifestação cultural, para a qual convergem a estética, o imaginário coletivo e a base material da sociedade na qual está inserida”.

Sendo assim, trata-se de um fenômeno que se inicia a partir da ‘conformação’ social. Geralmente longe do caráter deliberado, ela determina orientação e avaliação perceptivas ao nível de uma coletividade restrita. Nesses movimentos circulatorios, o senso comum prevalece. O ato de repetir de alguma forma o que foi visto em outra pessoa resulta em um fenômeno que vai além da busca espontânea do prazer; vai ao encontro da conformidade social. Assim, de acordo com Maisonneuve (1977), quando pensamos em moda, pensamos em uma

adesão mais extrínseca, correspondente ao formalismo, no qual o indivíduo procura, sobretudo, nos modelos, uma segurança, na medida em que lhe atribuem um guia de conduta, de pensamento em geral e, mais especificamente, de ‘desempenho’ correto de seu papel (MAISONNEUVE, Jean, 1977, p. 56-57).

Para Gilles Lipovetsky (2009, p. 43) “a moda é um sistema original de regulação e pressão sociais; suas mudanças [...] são acompanhadas do ‘dever’ de adoção e de assimilação [...] a um meio social”. Fazendo parte desse processo linguístico, ela constitui uma “gramática” específica a cada situação espaço-temporal na qual assume diferentes contornos. Assim, pode criar diferentes possibilidades de representações sociais a partir de seus desdobramentos. Isso porque opera permanentemente na construção das imagens pessoais [não nos esqueçamos dos ícones – pequenos ‘nadas’]. Dessa forma, para além de um dispositivo comunicacional, estabelece-se também como registro histórico-cultural.

Estávamos em meados de 1980. A gente via de tudo. Uma iconografia de grande variedade. No que se refere às roupas, especificamente, talvez tenha sido o período mais eclético da história da Moda. Anos onde surgiram várias estéticas ao mesmo tempo. Onde os estilos da rua e dos circuitos formais de Moda não convergiam apenas, misturavam-se, integravam-se e criavam subculturas (STEVENSON, Nj, 2012).

Para além das linhas “desconstruídas”, quase etéreas, dos estilistas japoneses de vanguarda (fig. 8) que questionavam e alteravam a forma com rasgos, tecidos puídos, buracos, entre outras possibilidades, e a chamada ‘mistura maluca’ de John Galliano (fig. 9), com as suas

³⁶Moda: conjunto de opiniões, gostos, assim como modo de agir, viver e sentir coletivos; [...] grande interesse, fixação. Etimologia: *mode* – ‘modo’, do latim *modus*, medida (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1303).

assimetrias, costuras enviesadas aparentes, a inserção de peças íntimas na composição de Moda e outras tantas alterações, as nossas referências surgiam de todos os lados.

Figura 8 - Conjunto de Yohji Yamamoto - 1983



Fonte: BLACKMAN, Cally. Trad. Mario bresighello. *100 anos de Moda*. São Paulo: Publifolha, 2012, p. 337.

Figura 9 - Colete tartã de John Galliano - 1982-83



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbetta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 173.

Iam dos terninhos de ombreiras largas (fig. 10), estruturalmente impecáveis, até os vestidos de malha completamente grudados no corpo (fig. 11). Misturavam-se bordados grandes e/ou logotipos de grifes a calças *jeans* de cintura alta e comprimento na altura dos tornozelos (comumente para possibilitar a visão do par de meias brancas). *Collants* e *bodies*³⁷ (fig. 12) com *leggings* ou calças cargo³⁸; tinha até *leggings*³⁹ usadas com sapatos de salto agulha. Blusas de babados com saias justas (modelo lápis), geralmente mini ou na altura dos joelhos. Saias de babados, às vezes confeccionadas de tule ao estilo tutu de balé, somavam-se a peças mais ajustadas na parte de cima do corpo, ou apareciam embaixo de vestidos curtos de veludo (fig. 13). Roupas rasgadas (fig. 14-16) ou roupas íntimas (fig. 17), acessórios (des)combinados com couro, malha, correntes. Casacos volumosos misturavam-se com bijouterias grandes e com as partes de cima de biquínis. Vestidos ou conjuntos de festa, ao mesmo tempo que apareciam ajustados (fig. 18), tinham suas saias e/ou mangas armadas (fig. 19-20), com significativa profusão de babados e laços (TAYLOR, Kerry, 2014).

³⁷ Peças confeccionadas em tecidos elásticos, grudadas ao corpo, de desenho semelhante aos maiôs de praia.

³⁸ Calças que se assemelham aos uniformes utilitários, repleta de bolsos. Uma mistura dos estilos militar e esportivo.

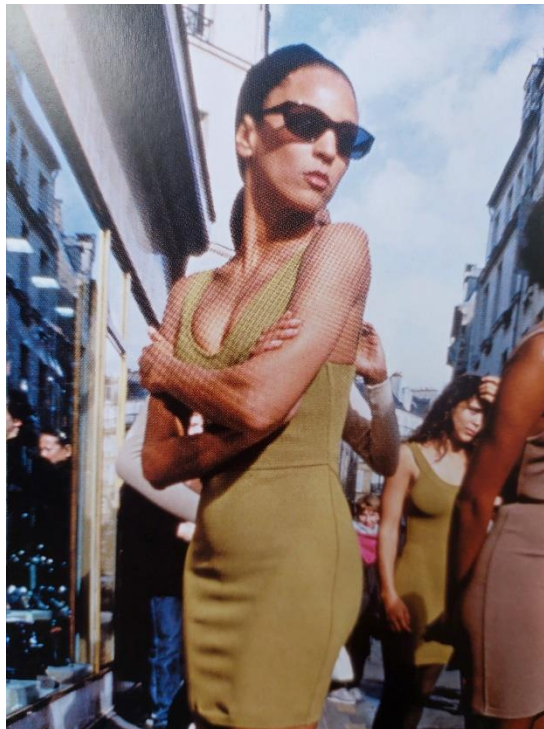
³⁹ Calças confeccionadas em tecidos elásticos, grudadas ao corpo.

Figura 10 - Conjunto com debruns e correntes - Karl Lagerfeld - Chanel - 1989



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbetta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 157.

Figura 11 - modelo de Azzedine Alaïa - 1986



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbetta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 170.

Figura 12 - *Body* de Donna Karan - 1985



Fonte: BLACKMAN, Cally. Trad. Mario bresighello. *100 anos de Moda*. São Paulo: Publifolha, 2012, p. 273.

Figura 13 - Vestido de veludo preto com saia de tule pink - Yves Saint Laurent - meados de 1980.



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbetta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 157.

Figura 14 - Madonna vestindo Maripol - 1983.



Fonte: STEVENSON, Nj; UDALE, Jenny. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. *Cronologia da Moda: de Maria Antonieta a Alexander McQueen*. São Paulo: Publifolha, 2014, p. 233.

Figura 15 - Editorial de Moda de Amanda Harlech para a revista The Face - 1985.



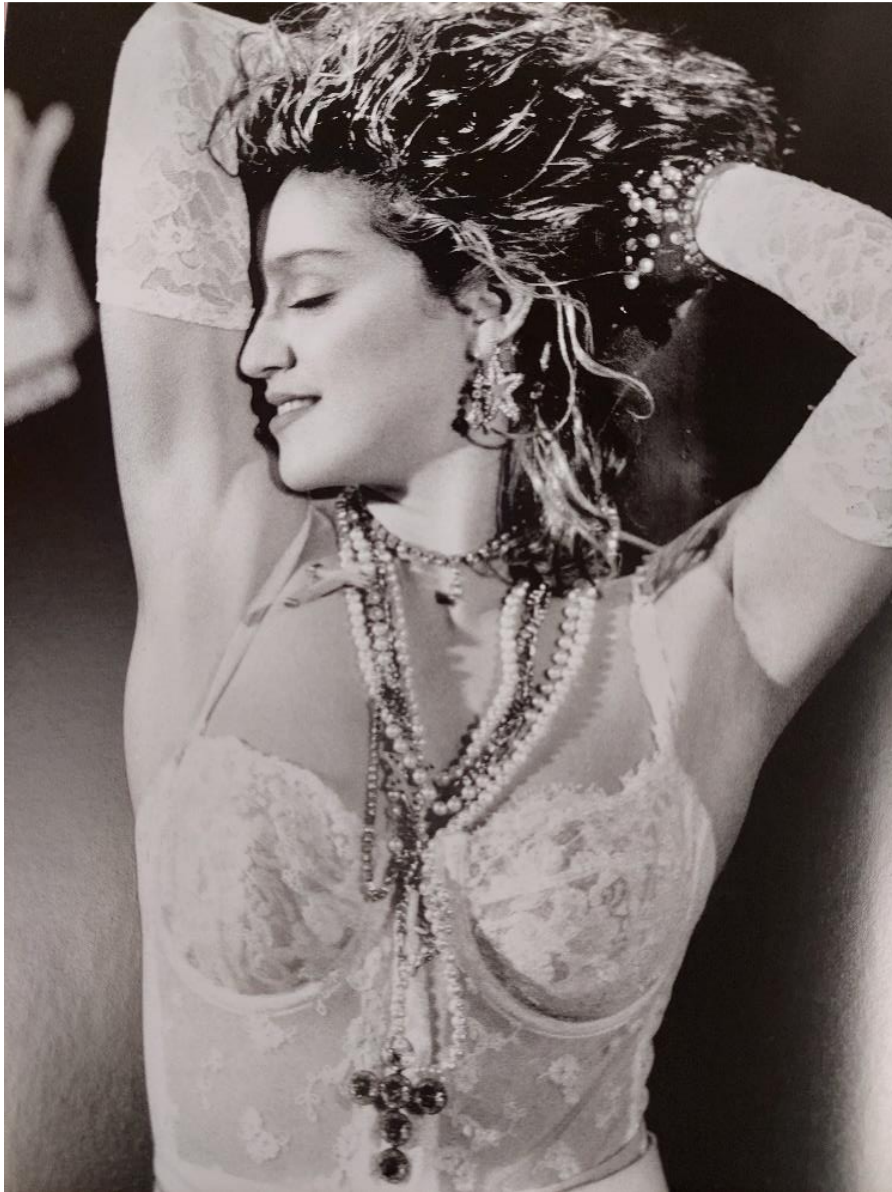
Fonte: BLACKMAN, Cally. Trad. Mario Bresighello. *100 anos de Moda*. São Paulo: Publifolha, 2012, p. 293.

Figura 16 - Banda Culture Club - 1983.



Fonte: STEVENSON, Nj; UDALE, Jenny. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. *Cronologia da Moda: de Maria Antonieta a Alexander McQueen*. São Paulo: Publifolha, 2014, p. 233.

Figura 17 - Madonna em entrega do Prêmio MTV - 1984.



Fonte: BLACKMAN, Cally. Trad. Mario Bresighello. *100 anos de Moda*. São Paulo: Publifolha, 2012, p. 382.

Figura 18 - Conjunto metálico para festa - Thierry Mugler - Coleção 1987-1989.



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbeta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 165.

Figura 19 - Saia balonê emblemática de Christian Lacroix - 1987.



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbeta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p. 158.

Figura 20 - Vestido de tafetá preto usado pela Princesa Diana - 1981.



Fonte: TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbetta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009, p.168.

Você entendeu porque eu achava que não tinha problema algum usar o tão desejado vestido?

Pensemos na publicidade da Moda. Lembremos que seu circuito formal baseia-se na circulação de capital, por isso suas imagens icônicas são tão publicizadas ao redor do globo. Atingindo todos os lugares do mundo, infere ideias, ideais, conceitos. Nessa perspectiva, Denise Teresinha da Silva (2013) afirma que, em grande medida, a publicidade de Moda, como importante dispositivo da linguagem – nesse caso, visual – reproduz as demarcações dicotômicas de gênero.

Abordando a Moda para além do estado comum, a Autora destaca que seus canais de comunicação expõem mulheres em situações estereotipadas, quando não objetificadas e

fetichizadas. Dessa forma, influenciam os processos culturais, chegando até ao cume do discurso misógino que é a glamourização da violência contra as mulheres, como ilustra:

A repetição de ações como esta em doses homeopáticas veladas ou manifestas sem contestações vai instaurando na sociedade um certo tipo de permissividade à dominação masculina e à violência simbólica que pode resultar em violência física. Quanto maior a sutileza deste tipo de atitude, maior sua eficiência em permanecer nos alicerces das relações sociais e mais difícil a sua alteração. Este conjunto de ações legitima atitudes de violência contra a mulher como algo natural ou mesmo glamouroso, legitimado pela cultura, mantém o status instituído às relações de gênero em termos de controle de hierarquia (SILVA, Denise Teresinha de, 2013, p. 111).

Agora pensemos onde tudo começa. Na gênese do produto de Moda. Lá na criação do produto do *design*. Rudolph Arnheim (2011) afirma que o *design* de um modo geral é entendido como concepção dos espaços de ação cotidianos que ganha concretude nos objetos. Seus elementos como o ponto, a linha, o plano, a textura, a cor, compõem a base do nosso território interpretativo. Podemos exemplificar tais colocações na dinâmica que as linhas propõem: linhas retas, por constituírem o princípio da simplicidade, remetem à estabilidade, coerência, e as oblíquas e sinuosas são sempre (sic) percebidas como desvio de caráter dinâmico.

Nesse sentido, ver significa captar características tangíveis e intangíveis do objeto, através dos seus aspectos estruturais, passando pelo filtro ‘dos juízos’. Ao olhar para algo, se o objeto lhes parecer ‘atraente’, as pessoas buscam alcançá-lo. Assim se institui uma transposição do olhar para o tocar.

Nessa mesma perspectiva, Ellen Lupton e Jennifer Cole Phillips (2008) destacam o elemento textura. Afirmam que no *design*, as texturas são tanto concretas como visuais. Assim, afetam a maneira pela qual aquele objeto ‘é sentido’ por quem o vê, mesmo que não o toque, como sublinham:

São abstratas ou concretas [...], configuradas, recortadas, construídas ou pintadas. [...] escolhidas para nos lembrar que [...] têm a capacidade genuína, visceral e absolutamente sedutora de nos atrair e nos capturar (LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. 2008, p.53).

Ah... Falando em textura, esqueci de mencionar os tecidos que havia escolhido para o desejado vestido. Ele seria confeccionado com a base em seda⁴⁰ e as partes transparentes (mangas e sobre-saias) em renda. Pensava em usar renda francesa, mas, levando em conta as

⁴⁰ Seda: “Tecido produzido com o fio natural secretado por lagartas” (PEZZOLO, Dinah Bueno, 2013, p. 315).

possibilidades financeiras de minha família, seria impossível devido ao seu alto valor. Então decidi pela renda *chانتilly* porque, com o fio de poliamida⁴¹ em suas estruturas, ambas tinham uma textura “macia”⁴².

Minha silhueta é ampulheta⁴³. Sempre tive seios e quadris avolumados e cintura fina. Segundo Renato da Silva Queiroz (2000), de acordo com o padrão estético da cultura brasileira, a minha silhueta pode, por si só, emitir “mensagens” de sexualização. Dessa forma, qualquer parte do meu corpo [como os de tantas outras brasileiras] que apresentar “pequenos” espaços de desnudamento, já pode trazer um forte apelo erótico (sic).

Na mesma perspectiva, José Maria Paz Gago (2016), afirma que como a percepção do ser humano é mediatizada pela indumentária, pode alocar o jogo da sedução sobre os espaços entendidos como espaços “entreabertos”, sobretudo no que se refere aos corpos femininos (sic):

onde a pele cintila entre duas extremidades, [...], a camisa entreaberta sobre os seios. É a interrupção – esses interstícios entre o corpo e a vestimenta – o jogo de mostrar e ocultar, de aparecer e desaparecer, que é erótico, que é o que seduz. **Decotes profundos e transparências**⁴⁴, minissaias e minivestidos, [...] e outras peças ajustadas ao corpo feminino, [...] esse diálogo entre a pele e a roupa que a moda soube intensificar e acentuar toda a sensualidade do corpo feminino, para liberá-lo, mostrá-lo e sugeri-lo (GAGO, 2016, p.25).

Ainda na mesma trilha, Toby Fischer-Mirkin (2001), registra que os seios, como a maior manifestação da feminilidade e da sexualidade feminina, quando acomodados sob decotes que os deixam semi expostos, podem pronunciar uma “suposta” facilidade de “ceder” (sic). Sendo assim, há uma cobrança social para a ocultação do corpo feminino, que requer uma feminilidade formatada, e que quando não é atendida o redimensiona ao caráter de objetificação no modelo heterossexual hegemônico, de visões sexistas intrínsecas, consolidada por uma hipócrita moral de determinação de tratamentos desiguais (FURLANI, Jimena, 2009).

Mas, e o vermelho?

Cores e sentimentos não se combinam ao acaso, muito menos por uma questão específica de gosto pessoal; são sim, vivências comuns, que ficaram enraizadas na linguagem

⁴¹ Poliamida: fibra sintética desenvolvida na década de 1930 pelo químico Wallace Hume Carothers. Garante ao tecido, um toque macio, sedoso e elástico.

⁴²Diferenças entre as duas rendas: Disponível em https://gjtecidos.com.br/collections/tecidos-para-noivas/Categoria_Renda-Francesa e <https://gjtecidos.com.br/search?type=product&options%5Bprefix%5D=last&q=chانتilly> . Acesso em 15 de Janeiro de 2023.

⁴³ Quem tem o corpo de silhueta ampulheta tem medidas iguais ou bem parecidas nos ombros e nos quadris e a cintura mais fina. Um “desenho” que lembra uma ampulheta.

⁴⁴ Grifó meu.

e no pensamento. Suas decodificações ocorrem a partir do simbolismo psicológico somado aos processos históricos (HELLER, Eva, 2013).

A cor atua sobre o inconsciente das pessoas, trazendo consigo um sistema catalisador de interpretações e manifestações, que faz brotar a energia dinâmica de respostas, repleta de sentidos. Sua ação se dá em três pontos de vista essenciais: óptico-sensível (impressionando a retina), psíquico (expressando uma sensação ou emoção) e intelectual-simbólico ou cultural (estruturando as manifestações). Tem portanto, valor de símbolo e capacidade própria, parecendo até compor uma linguagem específica. É sem dúvida, o elemento do código visual com maior poder de comunicação (BASTOS, Dorinho; FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde, 2011).

Por que o meu vestido não podia ser vermelho? Por que vestido vermelho era roupa de puta? Segundo Eva Heller (2013), o branco é cor feminina, o vermelho masculina. Enquanto o branco alude à perfeição e ao bem, o vermelho cria uma correspondência ao mal, ao ódio. Uma cor considerada “ruidosa”, barulhenta, porque sempre se projeta – nem que seja pelo incômodo.

Enquanto o rosa faz alusões ao carinho, o vermelho as faz ao sexo. Cor de simbolismo derivado do fogo e do sangue, que transita do amor ao ódio, sendo a cor de todas as paixões. A ação psicológica e simbólica do sangue faz da cor vermelha, a cor dominante das atitudes relativas à positividade frente à vida, da vontade de viver, da **força**⁴⁵. Já a simbologia do fogo remete ao poder contra todas as forças da escuridão; cor do calor, daquilo que se projeta, se faz ver, pois o vermelho não tem como ficar em segundo plano. Cor do ativo, do dinâmico, do intenso, das atividades que exigem mais paixão que compreensão e, que por isso, é interpretado como “a cor típica das meretrizes”. Razão das orientações às meninas de educação conservadora, como: “Não vista tanto vermelho, vão te tomar por uma vagabunda” (HELLER, Eva, 2013, p. 69).

O vermelho é a cor de maior índice de interpretações negativas nas sociedades contemporâneas, podendo conotar impureza, violência, pecado, como descrevem Bastos, Farina e Perez (2011, p. 99): “É a cor do erotismo. Como cor da atração e da sedução, se materializa nos lábios vermelhos. É a cor dos chamados ‘pecados da carne’, dos tabus e das transgressões”. Cor dos feitiços, que ligada ao preto, considerada a cor pecaminosa (suja) lembra o imoral, como ilustra Eva Heller (2013, p. 69): “O diabo veste vermelho e preto. O inferno é vermelho, e também os ‘inferninhos’ – onde reluzem certas luzes vermelhas”.

⁴⁵ Grifo meu.

Portanto, o vermelho é a cor socialmente “destinada” às mulheres prostitutas (entendidas como mulheres transgressoras) que circulam pelos espaços culturalmente destinados aos homens, na contramão dos padrões hegemônicos de gênero. Espaços públicos que se fazem mosaicos, recolhendo e acolhendo histórias diversas. Lugares de relação, de cruzamento e confronto. Onde o panoptismo institucional se converte em cultural. Cor destinada às mulheres “livres”.

Preciso dizer que a situação de obscurantismo perdurou por muito tempo. Isso porque eu não havia pensado sobre o pano de fundo ‘mundano’⁴⁶ daquela divisão. Uma expressão de ações e reações circulares que estrutura os discursos como aponta Daniela Calanca:

Ao exprimir uma correlação entre significados e valores, o binômio moda-mundanidade não se refere, de fato, apenas à dimensão da indumentária, mas também àquela do corpo ‘revestido’. Um sujeito em formação que constrói o seu estar no mundo, o seu estilo das aparências, por meio do aspecto visível. Concebida como *performance*, a imagem do corpo revestido define-se particularmente como uma construção sempre aberta à identidade material, como dimensão mundana da subjetividade. E isso a partir da concepção segundo a qual não existe um corpo ‘nu’, um corpo humano construído fora das relações de poder presentes na sociedade (CALANCA, Daniela, 2011, p. 74).

Embora eu não desejasse entrar nua naquele espaço, a discussão toda havia se instaurado no terreno da moral. Contudo, além de transitarem pelos terrenos da moral, os padrões sociais também transitam pelos terrenos da higiene e da estética. Trata-se de uma complexa rede de significações que não incide da mesma forma sobre os gêneros. Nesse mecanismo, as mulheres ficam mais sujeitas a juízos e impressões coletivas. Sobre elas os olhares panópticos são mais abrangentes, por isso carregam um peso considerável na escolha de suas roupas e seus modos de uso (LOURO, Guacira Lopes, 2016).

Os desdobramentos da dinâmica dos padrões morais dos limites da casa e da rua se materializam através do discurso indumentário feminino. Dessa forma, colocam a mulher em posições rigorosamente dicotômicas de virgem-mãe ou de puta. Os corpos das prostitutas são corpos-matéria de mulheres-mercadorias que só têm seu valor relativo quando confrontado com uma outra “mercadoria” que lhe sirva de equivalência. Um produto inserido no jogo de circulação social masculina. Assim, entende-se que a “mulher de bem” só se faz “mulher de bem” porque têm-se na contrapartida, a imagem da mulher considerada promíscua, e vice-versa.

⁴⁶ Pano de fundo: figura de linguagem popularmente utilizada para designar um cenário, seja material ou social, que delineaia perímetros de espaço/tempo.

Desse modo, abordar tal temática pelo viés da sexualidade, significa tangenciar os estereótipos femininos instaurados pelos moldes que normatizam as representações sociais e, que no caso das mulheres, para enfraquecê-las, de acordo com Virginie Despentes (2016), as enquadra nas dimensões dicotômicas de mãe (santa), figura central da apologia do discurso limitante de sujeição do corpo feminino, e puta, figura marginalizada, transgressora da ordem social, já mencionadas, e que Gloria Anzaldúa (2005) afirma que é urgente desconstruir.

Ora, juntando todas essas visões (as que eu considero misóginas e as que não), acho que dá para entender os motivos do espanto. Nesse contexto, aquele “mero” vestido se transformaria em uma imagem icônica que poderia emitir mensagens negativas múltiplas. Mensagens de apelo erótico, de um jogo de sedução “mal” alocado, de desejo de toque, de um suposto convite à prática sexual, de desvio de caráter. Poderia até me incluir em uma “outra” categoria de mulheres da qual a minha interlocutora não podia sequer ouvir falar. Aquela mesma categoria de mulheres que fundamentou a escolha dos uniformes das Normalistas.

Pensemos que, como infere Carol Barreto (2015, p.2), “uma das principais formas sociais de afirmação identitária é a aparência e por meio do vestuário e da moda reproduzimos formas estereotipadas de representação das identidades ou subvertemos essas mesmas normas arbitrárias”. Eu ainda não era capaz de subverter-me às normas arbitrárias. Ainda trafegava exclusivamente pelos caminhos da ‘conformação’ à qual Maisonneuve (1977) se referiu.

Nesse momento, ao redigir o presente texto, ainda me lembro daqueles olhares repressivos, do som daquela voz e dos questionamentos que surgiam: Então meu corpo tem que ser suporte para essa feminilidade requerida? Por que eu não posso “parecer” livre? E, sobretudo, por que eu não posso “mais” ser livre? Será que um dia eu fui?

Eu pensei muito sobre tudo isso na época. Eu escrevi sobre tudo isso na época. Como Gloria Anzaldúa (2000), a escrita me salvou da complacência que me amedrontava naquele momento. Mas meus escritos e poesias percorreram os caminhos apontados por Viviane Melo de Mendonça (2015). Alguns ficaram guardados por muito tempo – misturados a calcinhas e sutiãs –, outros (a maioria) acabaram em solenes “cerimônias de cremação”, ao som do verso final da música “Será” da Banda Legião Urbana (1985)⁴⁷.

⁴⁷ “Será” – Legião Urbana. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=hZg1r7BOXVA> >. Acesso em 08 de Fevereiro de 2023.

3.3 De onde vem essa diferença entre roupa de “mulher de bem” e roupa de “puta”?

Aqui vai a minha [e de tantas outras brasileiras] “Súplica”:

...

No fogo que antes se elevou,
Suplico: Não santifique minhas ações.

Não me canonize!

Beatifique somente

Meus grandes brincos de argola.

Aqueles espelhos de minha orla,

Inquietudes de minha alma.

Deixe-me cair das pilastras insanas

Que você criou.

Das formas que idealizou,

Da indecência que acreditou.

Dos pilares infundados

E dos falsos formatos.

Retira de mim esse véu,

Eu suplico!

Os joelhos se dobram e

Não há complacência que anule o furacão.

A pele machucada traz o sangue à superfície.

E nada se faz suficiente

Para romper o grilhão

Que impiedosamente vai ferindo,

Fragmentando a carne

E rompendo os sonhos.

...

Hoje a oração

Se transforma e vira furacão.

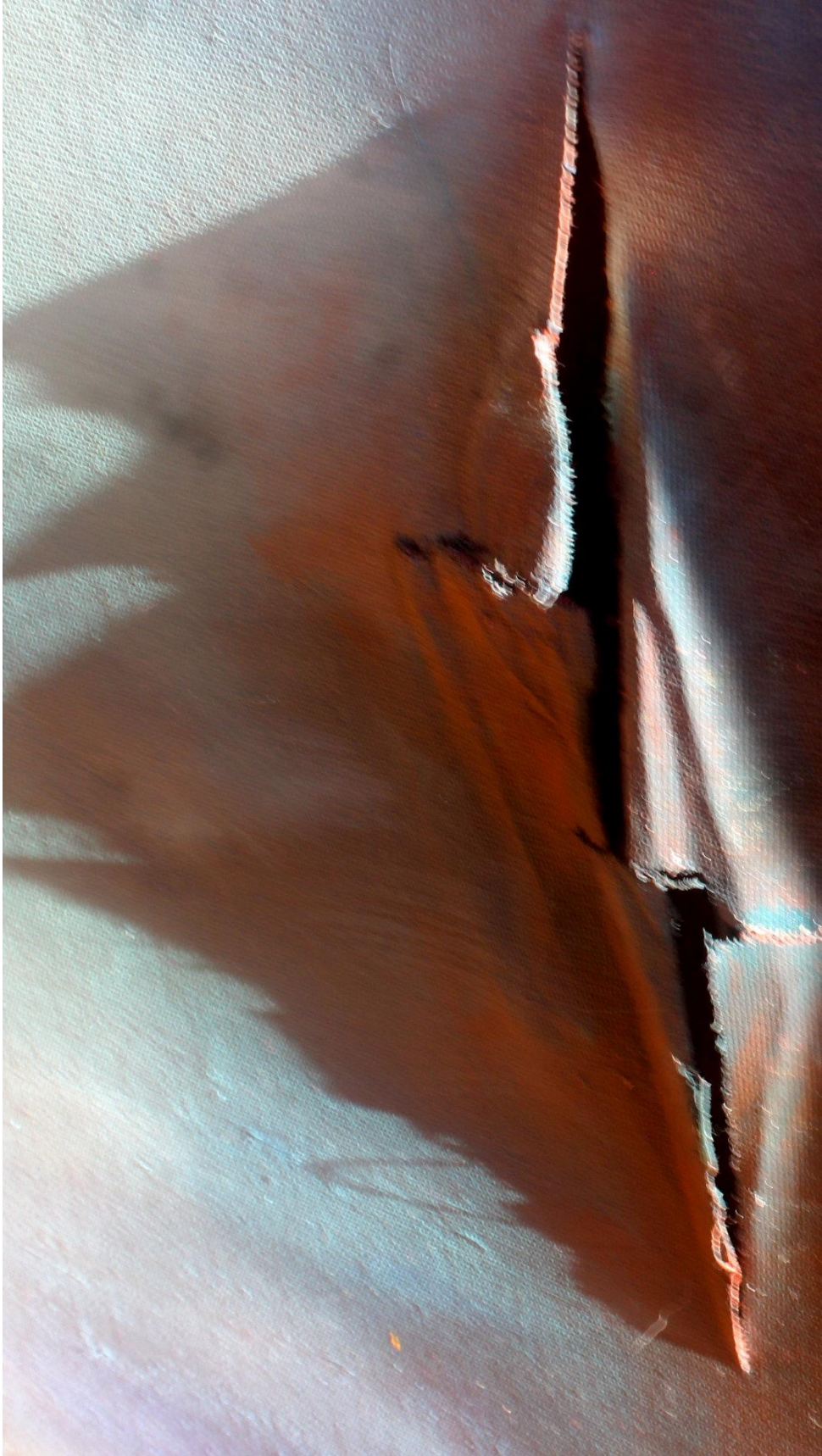
Louco cerne que

Levanta o colchão,

Clama pela paixão e
 Joga furioso no canto da cela.
 Desacredita da lente,
 Afunila os surtos
 E busca as tais propriedades da mente.

Crê nas novas perspectivas
 E se difunde contrária àquela pobre sentinela.
 Quase tudo está escuro.
 Há apenas uma luz.
 A chama vermelha da vela
 Interna, esperançosa de ser ouvida
 E atendida.
 Não grita.
 Não precisa!
 Encerra a cena
 No eco do chão de mármore negro
 Batendo o grilhão,
 Longe do colchão,
 Em prol de um único coração.

A súplica é ardente
 De efeito clemente:
 Não santifique minhas ações.
 Não me canonize!
 Esconda o roxo,
 A frieza,
 O grilhão,
 A certeza,
 O colchão e
 Deixe-me crer na cena...
 ... beatificada e obscena.



2018

Faz parte do repertório comum repetir que a ‘prostituição é a mais antiga das profissões’ porque tal exercício atravessou os tempos com o uso do corpo e do sexo como atividade comercial. Dessa forma, lubrificou (e lubrifica) as engrenagens das movimentações mercadológicas universais com substancial volume de dinheiro (MEIHY, José Carlos S. B., 2015).

A prostituta, ao longo da história, teve seu *status* migrado de figura respeitável à figura condenável. Lugar oposto do que a ordem social entende por desejável. A fêmea fatal que não tem pudores em seduzir deliberadamente, portadora de um erotismo considerado antinatural às mulheres. Séria ameaça às sociedades regradadas (PINSKY, Carla B., 2013).

O fato é que em todos os períodos da história da prostituição houve uma aproximação de elementos visuais que pudessem compor a imagem das mesmas, como uma espécie de “código do vestir para atuar”. Segundo Roland Barthes (2009), vestir-se para agir é não agir, é exhibir o ser do fazer, sem assumir sua realidade; portanto é estabelecer uma performance identitária. Uma espécie de figurino.

Desde o primeiro estágio da prostituição, onde as prostitutas eram vistas como sagradas, esse código do vestir está diretamente ligado à representação de suas funções. Sacerdotisas que usavam as relações sexuais como forma de adoração e culto aos deuses necessitavam se “diferenciar” das mulheres comuns, como ilustra Roberts (1998):

Vestiam roupas que as distinguiam; uma touca com a aba levantada, uma roupa que envolvia todo o corpo, joias e um bastão [...]. Viviam no interior do local sagrado, cuidavam do funcionamento e dos afazeres do templo e realizavam funções espirituais e cerimoniais (ROBERTS, Nickie, 1998, p. 24).

Considerando que o corpo da prostituta é sua fonte capital, e que toda relação de comércio necessita de exposição, é possível observar que a roupa (como extensão desse corpo), assume um grau de relevo e se torna um indicativo comportamental. Uma espécie de “embalagem” que tem a finalidade de caracterizar a atividade. Seu uso serve para evidenciar a performance, utilizando-se do processo de individualização no exercício do trabalho. Assim, suas roupas além de serem “roupas de puta”, também têm que ser mais “atraentes” do que as das colegas de profissão (fig. 21-22).

Figura 21 - bordel espanhol. Retratos das prostitutas exibidos aos clientes para as suas respectivas “escolhas”.



Fonte: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S.A., 1968.

Figura 22 - "Eu sei que o Barão não costuma comprar gato por lebre" - Desenho de J. Wely, 1903.



Fonte: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S.A., 1968.

Longe dos cultos místicos do primeiro estágio, na sociedade romana, desde a pequena cidade-estado do século VIII a.C. até o império gigantesco dos primeiros cinco séculos d.C., onde as práticas sexuais eram isentas de maiores convenções morais, as mulheres profissionais do sexo representavam um importante fator enriquecedor de poucos.

Nesse contexto, encontravam-se importantes figuras, como os Imperadores, considerados “divinos”. Nero era frequentador assíduo dos bordéis da cidade e jantava em público nos circos romanos, acompanhado de inúmeras prostitutas. Domiciano frequentava regularmente as casas de banho romanas. Comodus fez de seu palácio um bordel, onde mantinha os serviços sexuais de aproximadamente trezentas mulheres, onde a paga era em forma de alimentos e dinheiro.

Naquela sociedade onde escravidão era norma, o trabalho sexual paralelo tornava-se “natural”. Trabalho realizado por uma massa de mulheres que se dedicavam a dar prazer para quem tivesse dinheiro. Razão pela qual, foram os romanos que instituíram o primeiro sistema de registro estatal das prostitutas de classe baixa. Em uma época onde o Estado não se envergonhava de lucrar com o mercado do sexo, surgiu a necessidade de leis que ditassem como tais mulheres deveriam se vestir, como infere Nickie Roberts (1998, p. 64):

Eram supostamente proibidas de usar trajes púrpura, sapatos, joias ou filetes com que as matronas prendiam seu cabelo; em vez disso, as prostitutas eram instruídas a usar sandálias e seu traje deveria ter um padrão floral. Muitas prostitutas decidiram ser espalhafatosas em relação a toda esta questão de roupas e aparência, deliberadamente distinguindo-se de suas irmãs casadas, tingindo ostensivamente os cabelos de amarelo ou vermelho, pintando seus rostos e usando roupas diáfanos de seda e gaze [...].

A prostituição permaneceu profundamente arraigada à economia romana até a queda do Império Romano, quando o cristianismo incrustado nas ideias dos homens do poder, a definiu como um mal. Uma ameaça de corrupção para o restante da sociedade. Era o prelúdio de um período de ódio à mulher: a chamada Idade das Trevas. Triste período para as prostitutas romanas, que em decorrência de uma sociedade menos complexa, com menos dinheiro e, acima de tudo, com classes desocupadas bem menos exigentes, viram seu meio de vida praticamente desaparecendo. Se não foram eliminadas com o declínio da antiga Roma, sua tradição cultural foi.

Ironicamente, a única tradição que sobreviveu intacta durante a Idade das Trevas – e em todas as civilizações que se seguiram – foi a Igreja Cristã. Era o terceiro período, onde as prostitutas receberam o estigma de “doença social”. Dali em diante, sua imagem foi

indissociável do “pecado da carne”, da luxúria. Vistas como “mal necessário”. Função endossada até pela própria Igreja, que assumia papéis dúbios de conformidade e não conformidade; sendo, inclusive, quem mais lucrava com o comércio do sexo na era medieval (ROBERTS, Nickie, 1998). Pensando aqui... E eu, depois de tanto tempo, não poderia entrar na “casa de Deus” com “roupa de puta!

Em Roma, onde praticamente todas as pessoas viviam de alguma forma ligada à igreja, ainda se proporcionava ocupação às prostitutas, porém com menos privilégios e maiores investidas por parte dessa mesma igreja que recriminava. Para cerca de setenta mil habitantes da época, chegou-se a contabilizar o número aproximado de sete mil prostitutas, o que, proporcionalmente, é muito maior que o número encontrado nas metrópoles modernas (BASSERMANN, Lujo, 1968).

Tal dinâmica pode ser percebida na declaração de Tomás de Aquino (São Tomás de Aquino – santo da Igreja Católica Apostólica Romana), teólogo do século XIII, que diz: “A prostituição nas cidades é como a fossa no palácio: tire a fossa e o palácio vai se tornar um lugar sujo e malcheiroso”. Segundo o mesmo, toda maquiagem, adornos ou qualquer outro artifício utilizado por elas, com a finalidade de atrair ainda mais o cliente, era uma espécie de logro, pois o fazia pagar mais que o justo pelo ‘produto’. Nesses casos ela teria o direito de guardar somente uma pequena parte do dinheiro e o restante, deveria ser devolvido ao ‘pobre cliente logrado’, ou ainda – e em sua visão, acertadamente – deveria ser doado à igreja (ROBERTS, Nickie, 1998).

Se as roupas suntuosas, confeccionadas com metragens quase inacreditáveis de tecidos, se faziam uma das únicas recompensas “às mulheres de valor”, consolando-as das privações sofridas, às prostitutas era relegado o uso de uma espécie de “uniforme de obrigação humilhante”, como esclarece Paolo Sorcinelli (2008, p.27):

tinham de vestir às vezes um véu amarelo, às vezes um capuz com guizo. Cada cidade inventou seu sistema de sinais distintos, obrigando as assim chamadas ‘mulheres públicas’ a vestir aqui uma saia de tecido branco até os pés, ali uma touca bicorne com pelo menos dois palmos de altura.

O fim da Idade Média veio com a redescoberta do antigo saber grego e romano: o Renascimento. A sociedade que começou a emergir era, precisamente, centralizada no homem, reduzindo [de novo] as mulheres às posições subordinadas. Posições das esferas privadas, onde as esposas eram confinadas ao lar, transformando o comportamento das matronas refinadas da Itália Renascentista em réplicas das esposas atenienses.

A contrapartida foi inevitável: surgiram as cortesãs, prostitutas de classe alta. Mulheres independentes, ricas, que mantinham uma corte em suas casas luxuosas, onde recebiam os principais filósofos, artistas e políticos da época. Mulheres emancipadas, que sabiam ler e escrever, cantavam, faziam poesia, apareciam nas mais famosas pinturas e enredavam príncipes, banqueiros e cardeais (BASSERMANN, Lujo, 1968).

Há quem diga até que o ‘culto às louras’ das sociedades ocidentais iniciou-se no Renascimento, onde essas mulheres pintavam seus cabelos de louro (influenciadas pelo sucesso da imagem de suas colegas alemãs e inglesas), em um processo penoso e demorado, como descreve Nickie Roberts (1998, p. 131):

As prostitutas italianas usavam pétalas de malmequer, flores de camomila, henna e suco de limão, triturados, misturados e transformados em uma pasta que deixavam em seu cabelo escuro até que eles conseguissem o tom desejado de [...] fios de ouro [...] passavam horas sob o *solana*, um chapéu sem topo com uma enorme copa que era usado para espalhar seus longos cabelos quando elas se sentavam nos terraços de seus *palazzi* para secar seus cabelos depois de tê-los mergulhado em tintas líquidas.

Com a expansão ultramarina do século XVI, houve também a mudança de feição da prostituição. Naquele período, a imagem icônica da “mulher de vida fácil” ganhava traços universais – delineadas pelas rotas do mundo moderno. Integrada gradativamente nos sistemas coloniais, ia ganhando novos limites geográficos, mas continuava a se opor à formação das famílias e à exímia ordem social (MEIHY, 2015).

Com a chegada da Reforma na Europa (período de expansão do protestantismo no século XVI), remodelaram-se as diretrizes e bases das sociedades ocidentais, anteriormente monopolizadas pela Igreja Católica; instituindo-se novos formatos políticos, econômicos e religiosos, recém absorvidos de uma nova ordem moral. À prostituta, nessa nova ordem, coube a mais extrema marginalização.

Quando Martinho Lutero escreveu o Primeiro Manifesto do Protestantismo, em 1517, líderes protestantes emergiram de todos os lados. Homens que acreditavam que não somente o clero, mas toda a sociedade carecia de uma autoridade moral. Esquema idealista que direcionou o contemporâneo francês de Lutero: Calvino.

Nome que efetivava uma teocracia com poderes tão devastadores quanto qualquer monarquia absoluta. Direcionando vidas privadas e públicas de seus cidadãos segundo a nova ordem moral. Tais movimentos obrigaram a Igreja Católica a reagir e, assim, foi instituída a

Contrarreforma – movimento que tinha como objetivo preservar o espírito essencial do catolicismo.

No cerne desses processos estava uma nova moralidade sexual. Uma ordem social mais repressiva, que proclamava o verdadeiro desastre para quem se opusesse, como por exemplo, as prostitutas. Como acontece em todas as políticas de controle social extremadas, a sexualidade era alvo irrefutável da Igreja e do Estado. Razão pela qual, bordéis foram fechados aos montes, sob a “justificativa” de que ali nascia a nova doença: a sífilis.

Porém tal moralismo cínico não chegava à nobreza. Dessa forma, era necessário alterar a aparência das prostitutas para que os poderosos pudessem continuar a usufruir de seus serviços. Foi quando as “camuflaram” sob indumentárias de trabalhadoras comuns, como ‘bordadeiras’ e ‘**costureiras**’⁴⁸. Abrigadas em suas suntuosas residências, para o “uso” sexual dos nobres e de seus livres convidados.

Entretanto, a repressão do comércio do sexo era uma ficção legal, pois graças à expansão das vilas e cidades e ao empobrecimento em massa das pessoas, a prostituição continuava a se mostrar impossível de ser banida. A aparência agora era ainda mais importante (fig. 23), pois efetuava divisões explícitas também de classes. As prostitutas mais pobres que não tinham acesso às roupas finas, às longas capas com capuzes de veludo das “camufladas”, entendiam aquele processo como maldade. Assim, criou-se uma espécie de subdivisão da categoria [lembramos do que hoje entendemos por intersecção e sobreposição dos estratos de opressão].

⁴⁸ Grifo meu.

Figura 23 - Prostituta viajante (de um panfleto do ano de 1525).



Fonte: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S.A., 1968.

Os bordéis continuavam ilegais, embora as autoridades pudessem ser encorajadas, através do suborno e do sexo livre, a fingir que não existiam. Cafetões e proprietários continuavam a lucrar, os homens-clientes continuavam a se divertir, e o Estado podia tomar medidas severas quando lhe fosse conveniente.

Foram medidas que se sucederam com a proclamação de leis e penas que afetavam, em primeira instância, as mulheres. Separando tais “categorias” ainda mais firmemente, como enuncia Meihy (1976):

A postura da Igreja visava estabelecer os lugares dos gêneros na sociedade, e assim o papel feminino foi biologicamente aproximado da ideia de mal, significado pela figura de Eva, ser volúvel e permeável às tentações (MEIHY, J.C.S.B.,1976, P. 29).

Mais do que combater o protestantismo, a defesa dos dogmas católicos se expandiu para “além mar” e, assim, a sexualidade no Brasil colônia foi muito mais regida pelos inquisidores que zelavam pelo casamento monogâmico, do que se imagina.

Segundo Mary Del Priore (2005), a colonização consistiu em uma verdadeira cruzada espiritual, que objetivou regulamentar o cotidiano das pessoas, sob severa vigilância doutrinal. Os jesuítas eram os guardiões da moral. Pregando ações moralizadoras das práticas sexuais no Brasil, impulsionados pela necessidade absoluta de povoar a colônia a fim de intensificar a exploração econômica, privilegiavam o sexo para a procriação.

Nessa época, apesar da maioria da população viver em concubinato, o esforço da igreja era para constituir um contrato civil, antes do sacramento, pois a indissolubilidade do matrimônio era usada como argumento que fundamentava um “negócio para a vida toda”. Assim, o discurso da igreja, contido em seus manuais do matrimônio, além de endossado, era largamente difundido.

A beleza feminina, como entendida à época, era apregoada como instrumento do pecado. Dessa maneira, as mulheres “de bem” da Terra de Santa Cruz necessitavam se desvincular de todas as vaidades. O que não ocorria com as prostitutas. A elas, coube a total adequação ao mundo da luxúria. Para ilustrar tal questão, Paolo Sorcinelli (2008, p. 35) cita um trecho da obra de Aretino⁴⁹ (1533), onde a personagem Nanna, ensina à sua filha, Pippa, o ofício da venda do corpo, nos domínios da prostituição:

Primeiramente, Nanna adverte-a a [...] usar apenas ‘um pouquinho de ruge’ a fim de ‘tirar aquele pálido que muitas vezes se espalha nas faces por uma noite maldormida, uma indisposição, e fazê-lo bastante’, a cuidar dos dentes enxaguando a boca ‘de manhã, em jejum, com a água do poço’, e limpando-os com ‘as bordas do lençol’. Depois, lembra-lhe de não recorrer aos ‘almiscarados, nem ao almiscareiro, nem a qualquer outro odor agudo’ – ainda que, comumente, fossem tidas como as substâncias mais eficazes ‘para encobrir o fedor de quem fede’ [...] (SORCINELLI, Paolo, 2008, P. 35).

A vaidade, como um “pecado” relegado às prostitutas, não podia suplantiar um dos mais importantes marcadores da diferença entre elas e as “mulheres de bem”: os odores decorrentes de suas secreções corporais que eram considerados, de certa forma, “afrodisíacos”. Por isso não deviam ser totalmente “encobertos” por outros odores, como se percebe ao final da citação acima.

Contudo, a vontade feminina ameaçava o equilíbrio social desejado por aqui. Os códigos da sexualidade brasileira foram se modificando, incorporando novas manifestações,

⁴⁹ Pietro Aretino (1492-1556) – escritor, poeta e dramaturgo italiano, famoso em sua época pelo alto teor de suas críticas aos nomes de “grandes” homens. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/biografias/pietro-aretino.htm>> acesso em 21/10/2017.

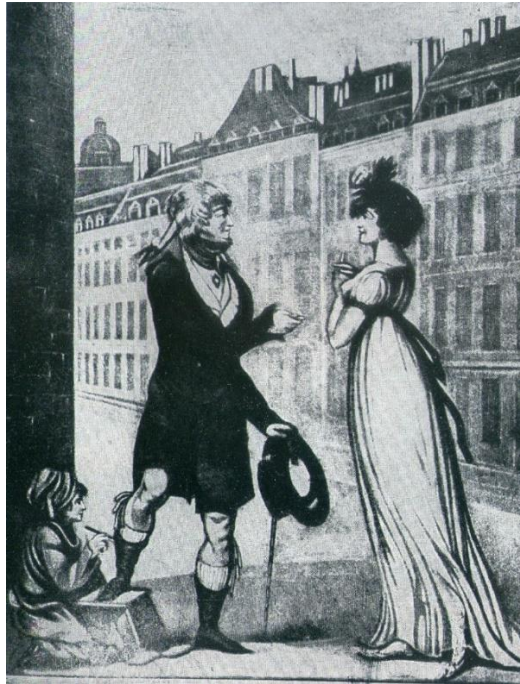
somando-se à incandescência das paixões. Era uma espécie de código próprio. Movimento que causou significativas mudanças relativas à aparência das mulheres e aos cuidados higiênicos na segunda metade do século XVIII. Os fortes odores corporais que eram vistos como “produtos afrodisíacos” pelos homens até então, começaram a inspirar um certo dissabor. Tendo em vista que as mulheres “de bem” eram destituídas de vaidade e autocuidado higiênico, passaram – mais uma vez – à margem da consciência coletiva da força dos atrativos sexuais.

A Europa do início de 1800 transformava-se em terreno das guerras napoleônicas. A prostituição continuava altamente disseminada pelos territórios europeus, decorrente, também, de toda a pobreza que havia se instaurado. No ano de 1810, em Paris, foi fundada uma esquadra especial da moral, cuja tarefa principal era supervisionar a inscrição das prostitutas em um registro anual e manter a ordem com um mecanismo higienista. Dessa forma, as prostitutas encontravam-se novamente sob as normas e fiscalização policiais.

Em Londres, as prostitutas podiam “desfilar” seus adornos em várias casas na mesma noite, incluindo tabacarias, salões de dança e cafés. Já às cortesãs da classe alta, o trânsito nas ruas era permitido até mesmo durante o dia. Em uma apresentação muito diferente das prostitutas pobres e das consideradas virtuosas “mulheres trabalhadoras”, destacavam-se em seus vestidos brilhantes, extremamente decotados, enfeitados por flores artificiais e fitas. Curtos o necessário para revelar os tornozelos cobertos com as meias brancas ou cor de rosa [lembramos da simbologia dessas cores], acima das botas de couro marroquino, fechadas por belas fivelas de latão. Há relatos, inclusive, de prostitutas elegantemente vestidas em sedas [lembramos do “poder” interpretativo da textura], com cinturas ajustadas e os cabelos penteados à moda da época.

À época, a moda império no vestuário feminino se constituía em vestidos semelhantes às camisolas, com a cintura logo abaixo dos seios, de decotes quadrados ou em V, deixando-os bem à mostra, sobretudo confeccionados em tecidos leves (BRAGA, João, 2004). Período em que não havia tanta diferenciação na indumentária da prostituta, a não ser o fato de seus vestidos serem de tecidos ainda mais diáfanos, com a finalidade de exibir seus corpos (fig. 24-25).

Figura 24 - Comércio do "amor" na rua (gravura do final do período da Revolução Francesa).



Fonte: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S.A., 1968.

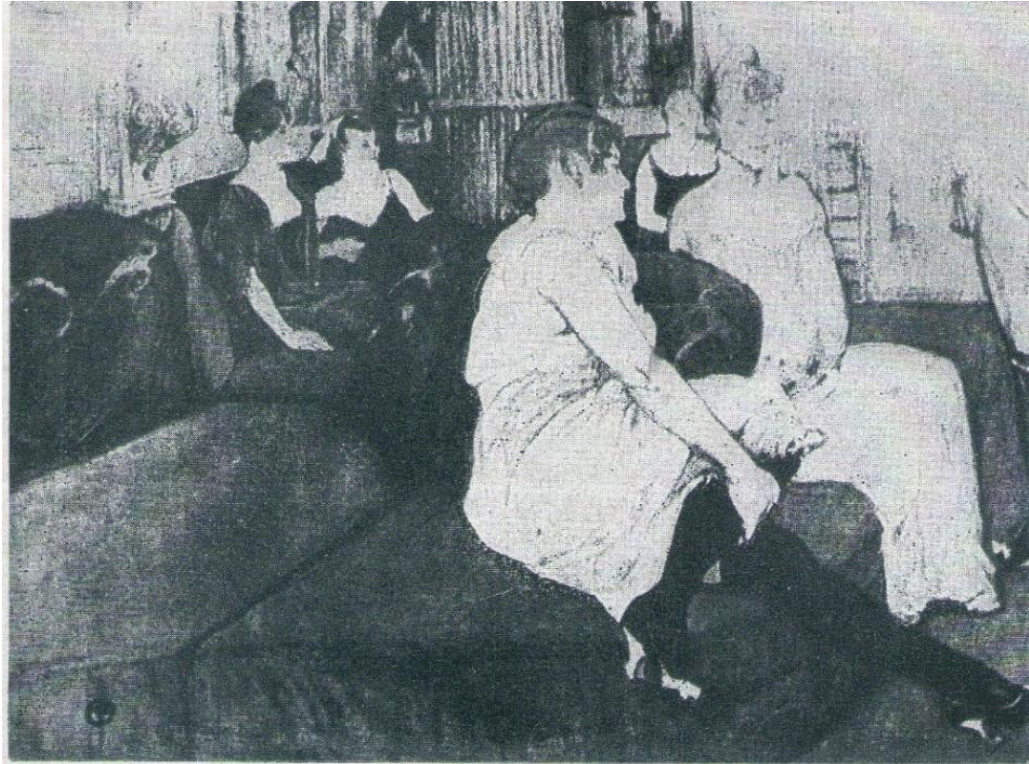
Figura 25 - Le Sérail Parisien - por Alphonse Naudet, 1802. Cenas de prostituição da classe alta.



Fonte: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S.A., 1968.

No final do século XIX, a renda da prostituta podia ascender em meio aos novos conceitos, porém sua fama continuava a declinar, sempre vigiada pela moral cristã (ROBERTS, Nickie, 1998). Somente as mulheres de “conduta desviante” deixavam visualizar os tornozelos (fig. 26), visto que se tratava de um comportamento absolutamente indecoroso (BRAGA, João, 2004).

Figura 26 - O salão da casa na Rue des Moulins - Pintura Henri Toulouse-Lautrec (1894).



Fonte: BASSERMAN, Lujo. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira S.A., 1968.

Aqui, especificamente no período denominado *Belle Époque* brasileira, que remonta aos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX, o sistema patriarcal foi absolutamente consolidado, onde o autoritarismo atroz “fabricou” senhores de bens e pessoas. Assim, as famílias necessitavam de mães dedicadas e submissas, que cuidassem da moral das crianças. Era a nova classe dominante, com seus “novos” modos burgueses (PINSKY, Carla, 2013).

Os trajes femininos da época, retratavam os movimentos curvilíneos da *Art Nouveau*, fazendo com que o corpo da mulher se tornasse um verdadeiro repositório de curvas [desvio de caráter?], onde a cintura nunca tinha sido tão afunilada, atingindo às vezes, a terrível medida – ideal de beleza da época – de quarenta centímetros de circunferência, apertada por entre os fechos dos espartilhos (BRAGA, João, 2004).

Após as barbáries das duas Grandes Guerras que assolaram o mundo, a economia oferecia trabalho às mulheres, mas em geral, não especializado, mal remunerado. Tal dinâmica social fez com que a prostituição fosse a única profissão onde mulheres podiam ganhar até mais que homens. O que acarretou em um aumento substancial de mulheres inseridas em tais mecanismos.

A história corria em movimentos bruscos, e, em 1950, o dever de todos era produzir e fundamentalmente consumir. Período em que o sexo tornou-se um produto de grande poder circulatório de capital. Contudo, imerso na dicotomia da idolatria da virgem-mãe e da venda dos corpos femininos, resultou na imagem da prostituta severamente corroída, estigmatizada, trazida novamente às pautas dos debates sociais.

Ameaçada pelas novas buscas do amor livre da década de 1960, sobretudo com a chegada da pílula anticoncepcional, a sociedade travava uma verdadeira batalha contra a indústria do sexo. As prostitutas tornaram-se “inimigas” de toda ordem. Dessa forma, suas vidas, em especial das que atuavam nas ruas deixando mais às claras a profissionalização do mercado sexual, tornaram-se vidas de molestarmento, perseguição e medo. Assim, essa “categoria” de mulheres passou a ocupar posições mais vulneráveis, quando não, abjetas, de acordo com Nickie Roberts (1998). Para a Autora, ainda hoje a prostituição tem muito em comum com os séculos anteriores. Geralmente a mulher é oriunda da classe trabalhadora, não excluindo-se outros fatores de igual relevância.

Pensemos na figura da prostituta [lembramos das imagens icônicas] que conhecemos hoje. Distante da sacralização, considerada transgressora da ordem social, continua contrapondo-se à imagem da mulher casta, pura, figura central da apologia do discurso limitante de sujeição do corpo feminino. Razão pela qual, compõe, junto a outros indivíduos e/ou grupos sociais, a parcela social abjeta que não tem direito a ter direitos. Resultado de uma construção que, segundo Judith Butler (2010), envolve todos os graus de normatização sociais.

Tais normativas sociais estão presentes na rede discursiva vigente de sistemas que visam legislar, também, contra a liberdade sexual feminina. Para tal, instituem diretamente no corpo da prostituta, os principais alvos dessa repressão. Nesse aspecto, suas respectivas representações imagéticas são mal vistas, a ponto de servirem como argumento educativo nos processos de policiamento da sexualidade feminina. Trata-se de uma imagem icônica facilmente interpretada. É o condicionamento patriarcal agrilhando a sexualidade das mulheres. Carla Pinsky (2013, p. 472) descreve como tal ícone incide sobre todas as mulheres: “o oposto da mulher ideal, o que [...] não deve ser ou fazer. [...] se a mulher ‘de família’ não

quer ser identificada como tal figura, não deve parecer-se com ela, sequer nos modos de falar [...] vestir ou perfumar-se [...].

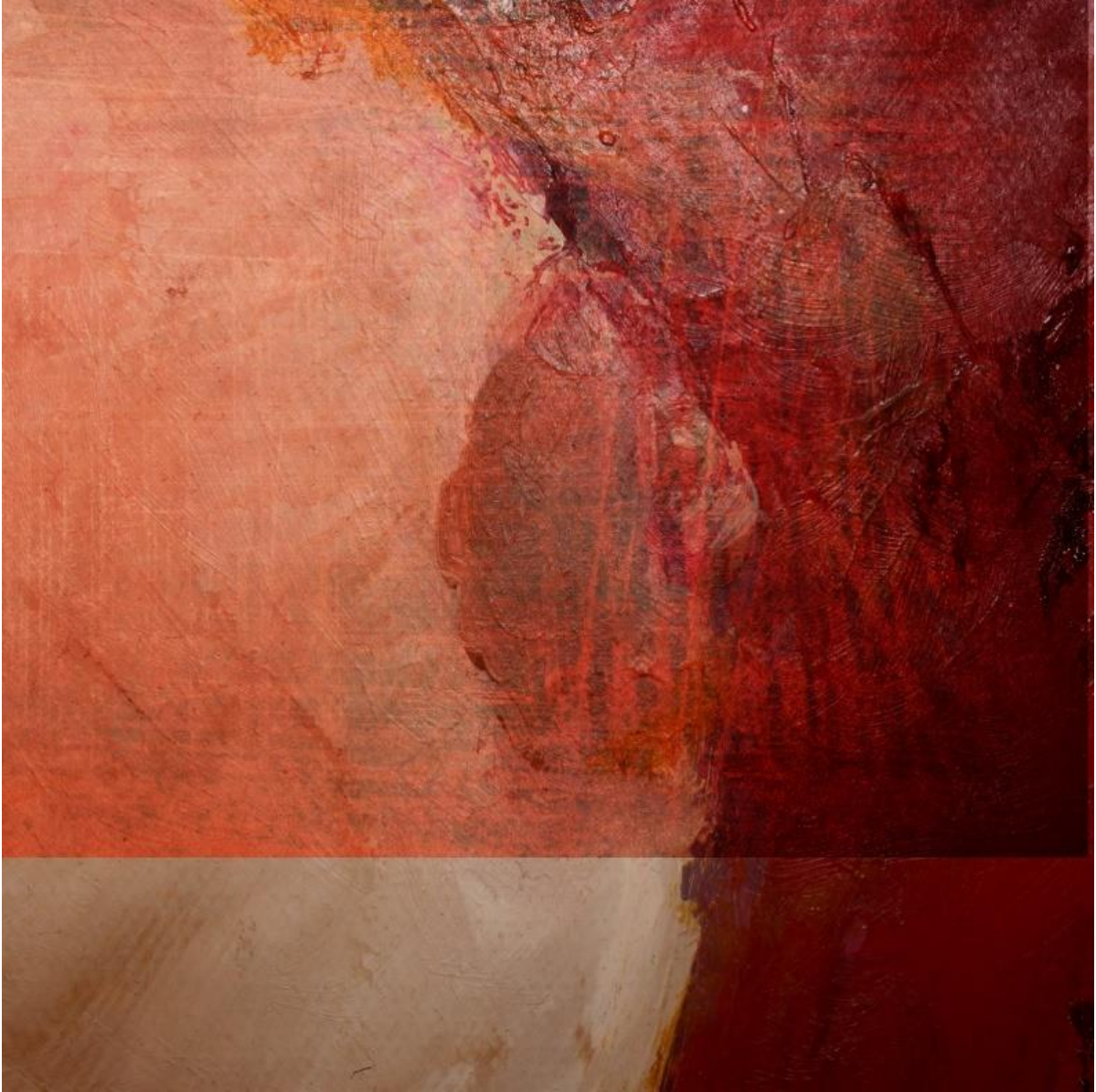
Eu consegui perceber que essa diferença foi construída ao longo de muitos séculos, e, no nosso caso, foi trazida pelo colonizador, junto a outras tantas injunções. E você, percebeu?

Agora eu sei que não era livre. Que nunca tinha sido livre. E nem era o uso de um vestido de casamento vermelho que me faria livre. Isso precisa mudar. Penso que essas divisões e subdivisões instauradas em nosso tecido social precisam ser extirpadas. Penso como Nickie Roberts, que afirma:

Nenhuma mulher jamais poderá ser livre em uma sociedade que perpetue a divisão de todas as mulheres em prostitutas e madonas. [...] Quando qualquer mulher puder andar pelas ruas à noite, sozinha, **vestida como quiser, sem correr o risco de ser rotulada de prostituta**⁵⁰, presa por estar vadiando ou estuprada e ‘depois’ chamada de prostituta, saberemos que a teoria da libertação das mulheres da violência masculina tornou-se um fato (ROBERTS, Nickie, 1998, p. 418).

Mas se não é aceitável que eu use “roupa de homem” e nem “roupa de puta”, *diz aí* qual é a roupa que eu tenho que usar para vocês me acharem “normal”. Existe um “uniforme” que terei que usar *pra sempre*?

⁵⁰ Grifo meu



2017

4. Aquelas roupas estavam “enviesadas” pelo discurso cisheteropatriarcal⁵¹?

Que “Manuscrito insano” era aquele?

...

Recordo-me daquele manuscrito insano

De letras tortas, desenhos salgados e

Traços em feixe.

Esqueço-me do abismo.

Dou adeus ao suicídio equilibrista.

Embriago-me de tuas esquinas,

Passeio por tuas ruas,

Vagabundeando por tuas curvas

Buscando o tão sonhado encaixe.

Abano-me com o leque de Madri

Arremesso o sapato pela janela

Subo a saia de babados vermelhos

E espero por ti.

Descubro-me nos mamilos endurecidos

Na saliva que brota

Feito nascente de rio

Gosto gozado de um gozo gostoso.

Tento vender-me a troco de nada

E acabo trocando-me por ti.

⁵¹ Discurso cisheteropatriarcal: rede discursiva que visa preservar a estrutura binária de pensamento e ação a partir das categorias do gênero e da sexualidade. Estrutura que se materializa nos corpos que estão inseridos em um sistema sociopolítico, no qual os corpos masculinos cisgênero, de orientação heterossexual, detêm a supremacia sobre todas as outras identidades possíveis.



Maria Edivânia⁵²

Achei um banco de cimento para sentar e um tempo para me apresentar. Oi, eu sou a Maria Edivânia. Até hoje me pergunto por que me deram esse nome. Não que eu não goste, só não acho que seja eu. Poucas pessoas me conhecem pelo meu nome de verdade. Para a maioria, sou Lucimara. Muito prazer, Lucimara. Aliás, quer saber? Prazer nenhum em conhecer você. Só estou aqui porque um dia alguém pediu, e para esse alguém, eu não consigo dizer não.

Nasci em 1980, no meio do último governo da nossa ditadura. Pelo menos foi o que me falaram, porque para mim essa ditadura continuou por muito tempo, e se vacilar, continua até hoje. Ainda não posso falar o que penso, não posso me manifestar. Ainda sou castigada porque acredito na liberdade e na igualdade, mas, sejamos justos, as torturas se modificaram. Agora elas deixam menos cicatrizes na pele.

Lá em 1980, numa cidade do interior de São Paulo que tem nome de gente sincera, FRANCA, que vive basicamente da fabricação de calçados e que se orgulha dessa atividade de gente honesta, eu, terceira de uma família mais ou menos comum, com quatro filhos, vim ao mundo.

Mamãe conta que meu parto foi tão fácil que o médico dizia que eu tinha “escorregado pra vida”. No quarto, estávamos eu, ela e mais três mulheres com suas crias. Na parede fria, duas vidraças permanentemente fechadas com cortinas azuis. Diziam que eram azuis para acalmar as novas mães e seus bebês. A mim, parece que não adiantou, porque eu chorava dia e noite sem parar. Vai ver que eu queria voltar lá pra dentro da mamãe porque sabia o que me esperava.

Lembro-me do seu olhar inquieto. Às vezes me parecia que ela tinha receio do mundo. Acho que mamãe não era FRANCA nem com ela. Ela era dona de casa, dona de cuidados, dona de trapos, dona de dores, dona dos filhos; só não era dona de si. O dono dela era o papai. Homem FRANCO de reputação ilibada, trabalhador de uma das muitas fábricas de coisas de cobrir os pés.

Sabe o que papai fazia lá? Costurava. Mas aquela costura era para homens. As máquinas eram pesadas, dizia ele. Passava dez horas por dia dentro da “linda” fábrica. Prédio de tijolinhos à vista, galpões enormes, com um monte de gente FRANCA misturada, procurando fazer sempre o tal melhor para garantir o próprio emprego. Papai ganhava pouco para cuidar de todos nós em casa; e como mamãe não era dona de si mas era dona dos filhos, tinha que se virar com o pouco dinheiro para cuidar da gente. Ele dizia que ela não “precisava” trabalhar. Como se ela, algum dia, tivesse feito outra coisa da vida.

Os cafés da manhã em casa eram na base do “cada um por si”. Papai saía cedo, e mamãe mais se preocupava com o asseio e com a aparência das crias para irem à escola. Afinal, todo mundo a cobrava pelos cuidados com a gente: cabelos bem penteados, uniformes passados e cadernos sem orelhas, eximamente encapados. O leite se tomava rapidinho, geralmente em um só gole. O pão e sei lá mais o quê (acho que nem tinha o sei lá mais o quê), cada um pegava e saía comendo pelo caminho.

A saga terminava com o martírio daquela campainha que parecia gritar dentro dos nossos ouvidos. Acho que o som era tão alto para nos lembrar que naquela hora começava a sequência do “faça isso, não faça aquilo, não fale assim, escute, sente assim, ande assado. Leia isso, não veja aquilo, não seja assim, cale, estude assim, decore assado.” Sem contar as filas que separavam meninos e meninas, engessadas por ordem crescente de altura, que enquanto não estivessem “corretas”, a campainha não parava.

⁵² Adaptação do Conto Maria Edivânia, publicado originalmente no meu livro “Qual era mesmo a roupa de Maria?” (2019).

Já os almoços eram alegres, lembro-me bem. Quando chegávamos da escola, mamãe já estava com a comidinha pronta. O cheirinho do tempero vinha nos buscar na esquina de trás de casa e nos conduzia pelas mãos até a cozinha da “rainha do lar”. Mamãe era uma exímia cozinheira. Ah, esqueci de dizer que ela era dona das panelas também. Ali naquela mesa, onde não cabia todo mundo – e isso não fazia a menor diferença –, sorriamos, brigávamos, nos abrigávamos sob as asas dela.

Aquela alegria toda só acabava quando cada um ia em direção à sua “obrigação”. Amanda, a mais velha, lavava os pratos. Ana Maria, a segunda, secava. Eu, a terceira, guardava. Nós três cuidávamos da limpeza do chão e do fogão. E Joaquim, o caçula? Ah... Esse não tinha nenhuma “obrigação”. Normalmente saía da mesa correndo em direção ao quintal pra jogar bola, e nós só ouvíamos os gritos de mamãe: Joaquim, vá tirar o uniforme! Além de termos toda bagunça para arrumar, os gritos agudos deixavam as nossas cabeças vibrando por horas.

Os jantares? Esses eram estranhos. Cada dia parecia que estávamos numa casa diferente, porque tudo dependia do horário que o papai chegasse da tal fábrica de coisas de cobrir os pés. À noite, podíamos assistir à televisão, somente quando papai e mamãe permitiam. Eles diziam que os assuntos que apareciam ali, eram assuntos de gente grande – nada FRANCA –, e só nos restava dormir. Até que não era tão ruim. Afinal, a gente sempre achava que no outro dia as coisas seriam diferentes.

Em 1995, naquele outono sem graça, sem cor, era meu aniversário de 15 anos. Lembro-me que alguém disse que era um importante aniversário para uma mulher. Eu queria rir cada vez que ouvia aquilo. Importante por quê? O outono ainda era igual, papai continuava na tal costura para homens, mamãe continuava dona disso e daquilo, e eu? Só tinha crescido. Nada mais que isso.

Eles acharam que tínhamos que comemorar, e mamãe encomendou um vestido para D. Luíza, costureira do bairro. Ela tinha um corte de tecido com a metragem que dava para fazer o modelo que tinham escolhido para mim. Como não precisou comprar o tecido naquele momento, o valor do vestido ficou bem mais baixo. Só que o tecido era verde água. Eu odiava verde água. Eu odeio verde água. Acho que sempre vou odiar verde água. Mas não tinha outro jeito, eu usaria o tal vestido verde água. Além de ser verde água, não tinha decote, e a saia era rodada. Eu adoro decote e saia justa. Odiei o vestido. Eu odeio esse modelo de vestido. Tenho certeza que sempre vou odiar esse modelo de vestido.

Eis que chega o dia da festa. Desculpa, mas aqui terei que parar de lhe contar as coisas com detalhes, porque eu não me lembro mesmo. Só sei que esse dia passou, e Joaquim continuou sem ter nenhuma “obrigação”.

Em um piscar de olhos eu fiz 18 anos. Em outro piscar de olhos eu tentava ser dona de mim. Nem tudo deu certo... Muita coisa aconteceu até a virada do milênio. Virei mamãe. O nome dela é FRANCisca.

Quando eu ainda estava com um baita barrigão, ouvi alguém falar sobre Chica da Silva e quis saber mais sobre ela. Encontrei a história de uma mulher forte, resistente, que tinha fé na vida. Em seguida, procurei saber o significado do nome FRANCisca e encontrei “a francesa livre”. Adorei. Estava decidido. Seu nome seria FRANCisca, porque haveria de ser livre. FRANCAmente, eu só esperava que ela fosse dona do que quisesse ser, sobretudo de si!

Mas como cuidar de FRANCisca, aos 20 anos, sem nunca ter sido capaz de me sustentar? Falavam que eu não tinha muitos talentos, e, por isso, eu nunca havia pensado que pudesse ter uma profissão. Talvez, como mamãe, eu também tivesse receio do mundo. Pois é, não houve outro jeito, virei Lucimara. Fui trabalhar naquela que diziam ser a profissão mais antiga da história da humanidade.

Muito prazer, Lucimara. Não vai me perguntar por que Lucimara? Tudo bem, falo mesmo assim: Nada de Maria, Luci de Lúifer, porque me falaram que aquilo era pecado e que

me levaria ao fogo do inferno, e, Mara de amarga. Afinal, era isso que eu tinha me tornado. Boldo perdia de longe para a minha saliva e para os meus outros líquidos.

Meus dias se passavam nos bancos frios de cimento, nas calçadas cinzentas e nas camas quentes. Quentes para quem se deitava comigo, porque para mim elas eram até mais geladas que os bancos e menos coloridas que as calçadas. De quente, apenas as míseras notas que mudavam das mãos deles para as minhas. Quase nada era para mim, só tinha cabeça e coração para FRANCisca.

Um dia, fui à casa de D. Luíza. Precisava de um modelo novo. Dessa vez não era um vestido verde água, mas uma minissaia de tecido sintético preto. Uma dessas peças de roupa bem vagabundas. Vagabunda tanto quanto eu. Eu era vagabunda para toda aquela gente FRANCA; mas, na verdade, eu trabalhava além da conta. Lucimara, você é *Persona non grata*. Foi assim que D. Luíza me recebeu no portão de sua casa. Até entendo... Ela era a costureira das “princesas” – filhas dos reis da fábrica de coisas de cobrir os pés –, por isso não podia me atender. Como explicaria para as FRANCAS vizinhas da nossa rua? Aquelas, como mamãe, donas de um monte de coisas. Donas, inclusive, das línguas afiadas que se entrelaçavam nas vidraças das pequenas moradias.

Falando em gente FRANCA, papai ainda é gente FRANCA, de reputação ilibada. Mamãe ainda não é FRANCA nem consigo mesma, mas eu não! Eu não segui aquele “molde”. Hoje eu sou FRANCA comigo e com a minha vida.

Entre bancos de cimento, árvores centenárias, pássaros encantadores – que às vezes me irritam –, pessoas desesperadas, camas quentes e frias, fronhas tristes e gemidos mentirosos, consegui sustentar FRANCisca, que se tornou uma mulher forte, resistente, que tem fé na vida, como Chica da Silva. Ela é poeta. Acho que eu acertei no nome, mas jamais imaginei que ela seria poeta.

Ela fala de tudo nas suas poesias. Costuma compará-las às misturas das caldeiradas das panelas da vovó. Um pouco de cada coisa que, segundo ela, só fica bom quando fervem juntas. Ama a vovó. Tem prazer em comer a comida saborosa, não em sentir o cheiro do tempero. Joga bola e lava a louça; lava os cabelos e seca a calça *jeans* rasgada; pinta as unhas de vermelho e vomita quando vê injustiça. Até costurar coisas de cobrir os pés ela já costurou. E, acredite, foi naquela máquina de costura para homens. Isso porque quando precisa, luta com as ferramentas que tem para poder vencer as mediocridades da vida.

Ela não quis comemorar o aniversário de 15 anos. Ela também odeia verde água. No ano que vem ela faz 18 anos. Já combinamos que não haverá festa, porque ela quer viajar. Vá filha. Vá FRANCisca. Para onde? Não me interessa, desde que você esteja feliz, FRANCA consigo mesma. Com ou sem panela, com ou sem televisão, com ou sem banco de cimento, com ou sem gemido, com ou sem cheiro, mas com verdade.

Foi FRANCisca quem pediu, por isso... Muito prazer, Maria Edivânia!



Por que tinham tanto medo daquelas roupas? O que elas comunicavam a ponto de causar tanto incômodo?

Todo vestuário está submetido a uma finalidade de caráter explícito e de caráter implícito. Ver uma peça do vestuário não implica em esgotar toda a sua realidade, muito menos sua estrutura, pois o que se vê faz parte apenas de um processo circunstancial. Para que se remonte ao caráter implícito, se faz necessário a inserção analítica da estrutura plástica do vestuário-imagem em meio ao ambiente sociocultural (BARTHES, Roland, 2009).

Os vestíveis, ou seja, tudo o que usamos para cobrir ou adornar o corpo, compõem uma linguagem que visa transmitir uma mensagem. Sendo assim, são objetos de um código de linguagem pertencente a um discurso social, localizado em uma situação espaço-temporal específica. Enquanto canal de comunicação, fazem parte do processo divisor de territórios de poder relativo em um meio demarcado de posições de dominação e subserviência. Posições que são “planejadas” para que pareçam naturais, obra da descomprometida ação humana. Tendo, em dados momentos históricos, o poder de legitimar tais ações, convergindo-as a um caráter meramente contingente, longe do compromisso social (BARNARD, Malcolm, 2003).

Moda e indumentária compõem a rede dos discursos vigentes. Sendo assim, são meios pelos quais as pessoas não comunicam somente coisas, mas podem articular uma certa afiliação negociada. Assim produzem e reproduzem mensagens de determinados grupos sociais ao mesmo tempo que explicitam suas posições de poder relativo, efetuando marcações sociais e culturais.

Judith Butler (2015) afirma que o “sujeito” não tem história própria que se isole da história de uma relação e, primordialmente, de um conjunto de relações, de acordo com uma estrutura normativa. Como parte fundamental dessa construção estão as questões morais, que surgem no contexto das relações sociais, onde têm seus formatos redimensionados mediante as características de espaço e tempo. Nesse sentido, o visual ocupa lugar fundamental na relação com o outro em que se considera a relação espacial básica, o reconhecimento do igual e do diferente, enquanto simultaneamente, vai se constituindo a imagem de si e dos outros (NAVARRI, Pascale, 2010).

Em tal constituição, “não há um dispositivo específico de Moda, mas a Moda está dentro de um conjunto de engrenagens que funcionam simultaneamente, sendo tocada por esse conjunto de forças”⁵³. Para Ana Paula de Miranda (2008), a aparência de uma pessoa é o

⁵³ Citação verbal da Prof.^a Dr.^a. Cristiane Mesquita – 13º Colóquio de Moda, durante o Grupo de Trabalho: Moda e territórios de existência: Processos de criação e subjetivação. UNESP – Bauru, S.P., dia 13 de outubro de 2017.

primeiro estágio de interação, e a roupa compõe o segundo estágio. Suas características intangíveis podem, inclusive, transformar alguém naquilo que não é, em decorrência da interpretação simbólica do signo-objeto reconhecido socialmente.

Segundo Cris Bemvenuti (2018), o nosso cérebro, ao receber qualquer estímulo (mensagem), busca um significado para aquilo e o acopla a um arcabouço de conceitos já armazenados ao longo de nossas vidas. E, “dependendo do ‘padrão’ ao qual esse novo pensamento for atrelado, sua percepção [...] vai gerar um tipo específico de reação” (BEMVENUTTI, Cris, 2018, p. 13). Nessa perspectiva, a roupa se “costura” ao tecido social, no sentido de operar na construção dessas imagens pessoais e criar diferentes possibilidades de representações sociais a partir de seus desdobramentos.

De acordo com Alison Lurie (1997), na linguagem das roupas estão contidas todas as possíveis variantes do discurso: eloquência, perspicácia, informação, persuasão, publicidade e até a articulação poética. Portanto, refletir sobre essas mensagens, abordando tal temática pelo viés da sexualidade, é tangenciar os estereótipos femininos, principalmente porque questiona a visão universalizante da sexualidade feminina.

Investigar as apresentações e representações sociais das mulheres é, sobretudo, refletir sobre as possíveis formas de influência cultural nas questões de cunho comportamental e nos processos de subjetividade das mesmas, pois segundo Guattari e Rolnik (2013, p. 40), “[...] os indivíduos são o resultado de uma produção de massa”, que têm seus corpos reencontrados nos processos de subjetivação, porém sem representá-los fidedignamente, como enunciam:

[...] a produção da fala, das imagens, [...] não se cola absolutamente a essa representação do indivíduo. Essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos de história. (GUATTARI, Félix ; ROLNIK, Suely, 2013, p. 40)

Com todos esses atravessamentos no campo social, o resultado é um desenho cristalizado, desigual (também) em termos do gênero. Assim, os homens brancos, heterossexuais, reprodutivos, de matrimônio contraído ocupam o topo da pirâmide, e as mulheres não brancas, de sexualidade considerada dissidente, compõem a base da mesma; sem ordenamento, sem direitos, portanto, mais vulneráveis à exploração e más condições de existência. Estamos falando do desenho do sistema cisheteropatriarcal.

Tais mulheres, segundo Judith Butler (2010), são produtos de um pânico moral que as enquadra na parcela abjeta da sociedade, visto que toda construção, seja de um sujeito ou

identidade, envolve um grau de normatização, cujo efeito é a produção dos excluídos. Bader Burihan Sawaia (2014, p. 9) infere que tais sistemas de estratificações, através da “dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado”. O não reconhecimento acaba na supressiva de direitos de um grupo que não se integra aos sistemas regulamentados.

Ao longo da história, por meio desse sistema de estratificações e hierarquizações, atribuiu-se ao gênero feminino, um excessivo tempo dedicado ao cuidado com a casa e com as pessoas. Embora a economia do cuidado seja essencial para a humanidade porque todos nós precisamos de cuidado para existir.

Considerando que a economia do cuidado, compreendida por trabalho reprodutivo, trabalho da saúde e trabalhos domésticos, é o sustentáculo de todos os outros setores econômicos – indústria, comércio, agronegócio, política, serviços, tecnologia e transporte –, é possível observar a tamanha necessidade de sua preservação aos modos a que se apresenta. Trata-se da máquina capitalista neoliberal que, em seu funcionamento, atribui as funções de seu escopo, sobretudo, do trabalho reprodutivo, ao preparo das pessoas para o ingresso no citado sistema. É a base do “quanto mais, melhor”, entende?!

Como consequência, o trabalho do cuidado foi e é realizado em sua maioria por mulheres: Mães, empregadas que atuam em ambiente doméstico, babás e cuidadoras, professoras e enfermeiras. Tempo geralmente não ou mal remunerado. Mas, quem cuida de quem cuida?

Pensemos no trabalho do cuidado doméstico. Tal atividade contempla tarefas que visam a prevenção de doenças ou a assistência às pessoas quando estão doentes. Desse modo, compreende ações como o preparo das refeições, a manutenção da limpeza das roupas e do ambiente em que se vive, a compra dos respectivos alimentos e produtos de limpeza; o ato de amamentar e/ou ministrar remédios segundo posologia prescrita; o acompanhamento das demandas escolares e formativas e o auxílio nos cuidados pessoais; transporte e companhia a médicos, escolas e atividades sociais. São demandas suficientes para que as mulheres gastem, em média, pouco mais de 61 horas por semana em trabalhos não remunerados no Brasil da atualidade. Um esforço econômico que equivale a 11% do PIB – mais do que qualquer indústria e mais do que o dobro que todo o setor agropecuário produz.

Em nossa cultura de matrizes racistas, enraizada em uma sociedade outrora colonizada e escravocrata, a maior parte das pessoas que realizam esses trabalhos são mulheres negras. Aqui vale observar que, segundo a Agência Senado – BR, 40% das famílias brasileiras tem as

mulheres como pessoas de referência. São mais de 28 milhões de famílias. Sendo que em 40% delas, essas mulheres são negras.

O impacto de tal mecanismo na vida das mulheres é grande porque precariza as condições de existência e socialização, ampliando as desigualdades de renda, acarretando estresse em maiores proporções que ao gênero masculino e intensificando os problemas de saúde. O que, por sua vez, mantém as estruturas da pirâmide hierárquica social. As tais estratificações ganham *status* de cristalizações, estagnando as posições sociais, distanciando essas mulheres da base dos homens do topo, criando um abismo ainda maior.

Nesses moldes de controle e organização social, ocupadas com essa economia “invisível”, as mulheres são privadas do tempo necessário para conquistar a autonomia financeira, por exemplo, ou do tempo necessário para se dedicarem aos estudos, permanecendo imersas nesse ciclo coercitivo de exploração.

Tal dinâmica é o desvelamento das relações patriarcais, que “implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia do trabalho e da energia criativa destas” (BIROLI, Flávia, 2018, p.11). E assim, às mulheres, reserva-se a responsabilidade de seguirem lubrificando a engrenagem do sistema supracitado a poucos custos.

Para Sorcinelli (2008, p.160), “por meio do vestuário e do comportamento produzimos enunciados definidos pelas regras sociais. É a sociedade que ‘nos enuncia’: nós somos o discurso”. Considerando que a roupa é “só” um código de linguagem operando na nossa rede discursiva, entendo que é aqui que a problemática dos discursos dominantes se expande. Isso porque tais enunciados são produzidos dentro do sistema cisheteropatriarcal descrito acima. Onde as normas do poder nos são imputadas por meio de indutores sutis. E, assim sendo, são (ou não) naturalizadas a ponto de não nos questionarmos sobre elas.

Nesse contexto, lembrando dos pequenos ‘nadas’, concluo que a roupa, como extensão do corpo, revela-se um possível elemento condicionante desse mesmo corpo. Um indutor sutil que, naturalizado ao longo de nossas vidas, tem a função de operar as tecnologias socioculturais para manter tudo como está: sob o controle da ordem do poder vigente.

4.1 O viés acaba aqui?

A sociedade é um campo absolutamente político, onde as relações têm alcance imediato sobre os corpos, marcando-os, dirigindo-os e exigindo-lhes sinais representativos; estruturado sobre os pilares de um sistema de organização moral. Sistema que se mantém por meio da circulação de um discurso normativo. Nem sempre evidente, ele vai se consolidando através dos padrões culturais. Assim, faz com que os sujeitos busquem adequar seus corpos aos citados padrões, “existindo” de acordo com as tais normas instituídas, como já pudemos observar.

O corpo é objeto de uma meticulosa atenção das várias instâncias sociais. Ele está na sociedade, e esta, por sua vez, está nele sob forma de ação, disposição, classificação e percepção de si e desse mesmo espaço. É na percepção e na ação que esse corpo se constitui corpo social. Estabelece-se, dessa forma, uma dialética que demarca os territórios, define domínios e representações, delibera sobre os papéis dos gêneros e os insere na malha social.

Considerando as desigualdades de gênero da nossa malha social, sobre as quais este trabalho reflete, podemos observar que, no caso das mulheres, as insere socialmente no que Heleieth Saffioti (1987) define como inferioridade social. Uma estrutura de dominação-exploração que para se manter opera uma espécie de terrorismo cultural, gerando o que se denomina preconceito contra as mulheres. É importante lembrarmos que tais preconceitos têm uma função específica, como infere a Autora (1987, p. 91):

Efetivamente, o preconceito contra a mulher inscreve-se na ideologia machista [...]. Impõe-se, portanto, a constatação de que não se trata, pura e simplesmente, de preconceitos. Estes são ideias preconcebidas, falsas, mentirosas, que só podem sobreviver se forem alimentadas. (SAFFIOTI, Heleieth, 1987, p. 91).

Tais preconceitos criam um processo coletivo de desvalorização feminina. Uma resposta cultural que enaltece as ações masculinas em detrimento das mulheres. A exemplificar, podemos citar alguns disparates do imaginário social, referentes às profissões: mulheres competentes no ato de cozinhar são maravilhosas cozinheiras, homens são chefes de cozinha; mulheres pesquisadoras de excelência na Academia são habilidosas professoras, homens são referência; mulheres da comunicação, mais especificamente do jornalismo, são perspicazes jornalistas, homens editores. E, em coerência com o que me propus a fazer, mulheres criativas do universo da Moda que também entendem dos processos técnicos da costura perdem seu *status* de estilistas e passam a exímias costureiras com potencial criativo, homens são grandes

designers com relevante conhecimento técnico. Nomes geralmente atrelados aos circuitos de alta costura. É... Como Dulce Whitaker (1988, p. 80), eu também “nunca ouvi ninguém dissertar sobre a necessidade de conciliar casamento e carreira, família e profissão, no que se refere aos homens. Para eles, a profissão é o alvo”.

Sendo assim, podemos entender que a função do preconceito contra a mulher é retroalimentar o sistema desigual para se manter aos modos a que se encontra. Com posições assimétricas e [não] estanques para as mulheres. Contudo, vale ressaltar que para que essa estrutura se sustente, necessita do próprio mecanismo de resposta de adequação social das mulheres. Resposta que quando não se dá da forma esperada pode criar uma espécie de fratura na estrutura vigente.

Aquelas injunções divisionistas geradas pelo preconceito, que me foram imputadas, estimulariam a minha adequação aos moldes pré-fabricados (padrões) da mulher do espaço privado, afastando-me dos lugares de decisão em qualquer que fosse o setor social que eu [e tantas outras brasileiras] pudesse estar inserida.

Não só a mim. Porque com o passar do tempo, já no exercício profissional do *Design* de Moda, principalmente ao desenhar e confeccionar peças de roupa personalizadas, deparei-me inúmeras vezes com solicitações de debutantes (como a protagonista do conto acima), noivas, formandas, aniversariantes, que foram recusadas de maneira veemente pelos “pagantes”, detentores das decisões finais. A justificativa era sempre a mesma: Você não pode vestir isso.

Tal expressão se flexionava em inúmeras outras formas: Isso não é roupa para você; pense no que vão falar; isso não é roupa para uma “menina”; mulher que “se dá ao respeito” não veste isso. Essa espécie de normativa se estendia a todas as formas do vestir que escapasse aos códigos morais vigentes. Fossem vestidos considerados roupa “de puta”, fossem ternos, camisas, roupas atribuídas ao gênero masculino.

Nesse contexto, questionava-me: Então eu falo “de baixo”? Hoje eu já sei que falo de baixo. E o mais importante: que não falo sozinha. E se eu escolher “despir-me” daqueles “moldes”? Como insurgir “sem a roupa que o tecido social fez para mim” [e para tantas outras brasileiras]? Acho que preciso buscar outros “moldes” que possam nos “vestir” de uma maneira mais justa.

Mais uma questão elucidada. Nem “roupa de homem” nem “roupa de puta”, porque elas enunciavam o erótico. Assim, se subvertiam ao estado comum das coisas. Aquelas roupas não eram para mim, porque os lugares públicos não eram para mim. A liberdade não era para mim.

4.2 Até onde se estende a malha da desigualdade?

E aqui a problemática das desigualdades de gênero é que se expande. Não se esgota na citada engrenagem. Com as questões concernentes ao gênero atravessando toda a malha social, ela excede tais limites podendo atingir os níveis da violência de gênero. Nesse pedaço da “costura”, para refletirmos sobre tal violência, especificamente, recorro a mais uma das linhas provenientes de cima do cabeçote da máquina. Trago a contribuição de Heleieth Saffioti (2001, p. 115), que a trata como:

Um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Lembremos que estamos no cenário brasileiro que ainda sente a asfixia da pandemia da Covid-19. Prometi a você que disponibilizaria dados referentes ao aumento da violência contra as mulheres, em suas mais variadas formas, nesse período. *Vamo lá...*

A violência de gênero, sobretudo em seu desdobramento doméstico, aumentou assustadoramente. E o pior, acompanhada de uma terrível vilã: a subnotificação. O Relatório de Pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, em sua 21ª edição publicada em Agosto de 2021, indica um aumento da violência doméstica de 20,3% em tempos de isolamento social. Apesar da majoração do número de casos, os dados inferem redução no número de denúncias. Seja por medo de descumprir os protocolos de segurança no enfrentamento da Covid-19 ou pelo relatado pela maioria das vítimas: receio em denunciar, visto a proximidade do agressor. Trata-se de uma vilã que a sociedade necessita combater: a subnotificação.

Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no Brasil durante o período de um ano da pandemia, segundo a 3ª edição da pesquisa “Visível e Invisível” do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgada em 7 de Junho de 2021. O que significa que cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual nos 12 meses que antecederam a publicação do relatório de pesquisa.

Importantes dados sofreram alteração em relação à pesquisa do ano de 2019: As agressões sofridas em ambiente externo, mais especificamente nas ruas, diminuíram de 29% para 19%, mas houve aumento das agressões dentro das casas, que passaram de 42% para

48,8%. Aumentou também a participação de companheiros, namorados e ex-parceiros na cena de violência. Há de se ressaltar que mulheres negras e jovens são as maiores vítimas nesse cenário. Desse total, 25% apontaram a perda de emprego e/ou a diminuição de renda como fatores disparadores da violência. No total, 52,6% disseram ter permanecido mais tempo em suas casas. Sendo que dessas, 48,0% relataram ter havido redução da renda familiar, ou ainda a supressão da mesma.

Pela primeira vez, António Guterres, Secretário-Geral da ONU, chamou a atenção para o “chocante aumento da violência doméstica” (ONU, 2020), advertindo aos países signatários, que “a prevenção e a reparação nos casos de violência doméstica contra as mulheres sejam uma parte vital de seus planos nacionais de resposta contra a Covid-19” (ONU, 2020). Entretanto, a estrutura social brasileira não favorece que as vítimas busquem a efetivação de seus direitos, embora tenham suas garantias configuradas e legitimadas teoricamente. A consubstanciação de tal fato se dá nos alarmantes dados sobre as formas de violências sofridas e a não-notificação das mesmas já apresentada.

Das participantes da pesquisa supracitada, 18,6% (cerca de 13 milhões de brasileiras) responderam que foram agredidas verbalmente. As que declararam terem sofrido empurrões, chutes ou tapas somaram 6,3% (cerca de 4,3 milhões de brasileiras). O que significa dizer que em um ano, a cada minuto, 8 mulheres sofreram agressões físicas no Brasil. Sendo que 3,1% foram ameaçadas com arma de fogo ou faca, e 2,4% foram espancadas. No total, 5,4% sofreram algum tipo de violência sexual, incluindo-se a tentativa forçada para se manter relações sexuais. Uma das consequências mais graves dessa problemática encontra-se na porcentagem de mulheres que alegam não terem feito absolutamente nada em decorrência das agressões sofridas (44,9%).

São os desdobramentos da desigualdade de gênero operando pelas vias afetivas, dentro do sistema cisheteropatriarcal. Como infere Heleieth Saffioti (2001, p. 134), tal dinâmica se acentua no âmbito privado, pois ali acontecendo

permite a aplicação do velho adágio ‘em briga de marido e mulher não se mete a colher’, de trágicas consequências, [...] este espaço privado é concebido não apenas territorialmente, como também simbolicamente, o que confere aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres mesmo que estas já se hajam deles separado.

Na contrapartida dessa demanda, a ONU elencava uma série de medidas a serem tomadas pelos países de forma a não deixar as mulheres mais vulneráveis no contexto do

isolamento social, como: o aumento de investimentos em serviços *on-line* e em Organizações da Sociedade Civil (OSCs); as garantias do pleno funcionamento dos sistemas judiciários, de forma a continuarem processando os agressores; a declaração dos abrigos protetivos como serviços essenciais; que evitassem libertar prisioneiros condenados por violência contra mulheres; a ampliação das campanhas de conscientização pública, sobretudo as voltadas a homens e meninos e, em caráter emergencial, a criação de sistemas de alerta (ONU, 2020).

Com relação a esses sistemas de alerta de emergência, António Guterres exigiu que os governos os implementassem “em farmácias e supermercados” (ONU, 2020). Isso porque, naquele momento (06 de abril de 2020), esses eram os únicos estabelecimentos comerciais que permaneciam abertos em muitos lugares do mundo.

Dentre os países que receberam esse alerta, muitos já enfrentavam o aumento da violência contra as mulheres e sua subnotificação, como o Brasil. Visto que outros instrumentos legais usados para detectar as múltiplas violências, como o registro de Boletim de Ocorrência (BO), a própria denúncia física nas Delegacias comuns e nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) e o preenchimento das Fichas de Notificação Compulsória estavam sendo menos utilizados.

Tendo em vista que a violência não é uma doença isolada, mas um agravo significativo que afeta não somente uma pessoa, mas gerações, é preciso que entendamos que tais dinâmicas acarretam grandes impactos na saúde pública. O que, por sua vez, propõe alta oneração ao Estado. Sendo assim, foi importante criar um instrumento de vigilância epidemiológica e de acionamento da Rede de Proteção às Pessoas em Situação de Violência. São as Fichas de Notificação Compulsória. Tal mecanismo não se constitui uma denúncia, mas objetiva conhecer a magnitude e a gravidade das doenças, identificando e monitorando os casos de violência notificados. No âmbito da saúde e assistência social, encontram-se contemplados todos os postos de atendimento e assistência à cidadã, privados ou públicos – ligados ao SUS ou ao SUAS (Exemplos: UBSs, UPAs e PSs; CRAS e CREAS), e no âmbito do ensino, as escolas públicas e privadas.

Em decorrência da dinâmica social que levou à subnotificação, em 10 de Junho de 2020, o Poder Judiciário brasileiro, por meio da Associação dos Magistrados (AMB) em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançou a campanha “Sinal Vermelho”, que tinha como proposta, salvar vidas com um “X” vermelho desenhado na palma de uma das mãos. Esse sinal seria apresentado a algum atendente da rede de apoio de mais de dez mil farmácias em todo o país, que imediatamente acionaria as autoridades de competência, treinado para não “despertar”

o agressor. Isso porque os mesmos geralmente fazem (ou fizeram) parte da rede de afetos da vítima.

Infelizmente, o afeto está presente na maioria dos casos de um desfecho irreversível para as mulheres vítimas de violência: O feminicídio. E que por isso, necessita de um grau de relevo no presente texto. Desse momento em diante, não há mais sonhos, nem tão pouco dificuldades e vulnerabilidades. O machismo e a misoginia venceram. A desigualdade e expandiu, atingindo o mais alto grau da violência de gênero. Essas mulheres já não respiram mais. Por isso esta escrita está aqui por elas – também!

Só em 2020, foram registrados 78 feminicídios no Brasil. Ou seja, mais do que um a cada cinco dias. Dessas vítimas, 52 eram mães, e 34 delas tinham filhos menores de idade. Desses crimes hediondos, 15 foram presenciados pelos filhos. Em 78,2% os autores eram companheiros ou ex-companheiros. Sendo que 75% dessas mulheres foram mortas dentro de suas casas.

Sendo assim, vale refletir acerca dos [talvez não tão] novos contornos dessa velha violência, que Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirma que acontecem, em grande parte, porque são naturalizadas. Não entendidas como práticas violentas, mas como práticas plausíveis de acontecer no seio das famílias.

Estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) afirmam que o crescimento da extrema pobreza no Continente atinge o pior índice desde 2009. O Brasil, que segundo o Relatório Panorama de Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe, emitido pela Agência FAO da ONU (Escritório Regional da ONU para a Alimentação e a Agricultura), havia saído do chamado Mapa da Fome em 2014, sobretudo por conta da priorização da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), retorna a figurá-lo, de acordo com o Relatório/2020, divulgado em 17 de setembro do mesmo ano.

Nesse mesmo Relatório, a ONU registra que a pandemia atingiu a região em um momento em que a segurança alimentar já estava em declínio, permitindo projetar um aumento significativo da fome, da insegurança alimentar e da má nutrição. Faz também um alerta para o fato de a pandemia atingir de forma particular as populações e territórios mais vulneráveis, onde as taxas de desemprego são altas, e o número de ocupações informais é maior.

Acredito que cabe ressaltar um outro elemento presente no relatório: A análise que constata que nos domicílios em condição de segurança alimentar, predominam os homens como pessoa de referência (61,4%). Quadro que se inverte conforme aumenta a insegurança alimentar, chegando a 51,9% de mulheres como pessoa de referência nos respectivos

domicílios. Mulheres ainda mais sobrecarregadas com o tal trabalho do cuidado invisível, mal ou não remunerado.

Com a necessidade do isolamento social, os efeitos da Covid-19 revelaram desafios, sobretudo para as mulheres. E ainda mais para essas mulheres que são as pessoas de referência de seus lares. Isso porque “nós todos, no sentido de confinamento, somos vulneráveis, mas que para outros, as condições de confinamento acentuam a precariedade” (PESSOA, Sônia Caldas; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos, 2020, p. 91).

Outra importante taxa a ser mencionada é a taxa de desemprego no país. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada em 30 de Junho de 2020, o Brasil atingiu uma taxa de desemprego de 14,7%, totalizando 14,8 milhões de pessoas desocupadas no país. Taxa e contingente que mantiveram o recorde encerrado em Março de 2021. O maior da série desde 2012.

Foram milhões de cidadãs que mergulharam no que se denomina extrema pobreza, porque perderam seus empregos ou trabalhos informais a uma taxa maior do que os homens. As taxas de evasão escolar também foram maiores entre as pessoas do gênero feminino, por conta das responsabilidades do trabalho do cuidado.

Por que isso tudo? Por que as coisas chegaram a esse ponto?

São tecnologias de normatização e controle dos corpos que na maioria das vezes se apresentam tão sutilmente que as mulheres não se identificam como vítimas desse complexo sistema de exploração e violência. Trata-se de uma circunscrição que visa a preservação da situação [não] estanque de subserviência feminina e o conseqüente baixo acesso às posições de tomada de decisão destinados ao gênero em questão. Nesse sentido, “[...] o machismo [...] contribui com a preservação do estado de coisas vigente no Brasil, pleno de injustiças [...]” (SAFFIOTI, Heleieth, 1987, p. 67).

Precisamos destacar que tais tecnologias do poder operam mais incisivamente sobre os corpos femininos porque há um pânico social da liberdade feminina, como afirma Michelle Perrot (2005, p. 447):

O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica. Sua aparência, sua beleza, **suas roupas**⁵⁴, seus gestos, sua maneira de andar, de olhar, de falar e de rir (provocante, o riso não cai bem às mulheres, prefere-se que elas fiquem com as lágrimas) são o objeto de uma perpétua suspeita. Suspeita que visa o seu sexo, vulcão da terra. Enclausurá-las seria a melhor solução: em um espaço

⁵⁴ Grifo meu.

fechado e controlado, ou no mínimo sob o véu que mascara sua chama incendiária. Toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro.

Se esses corpos que se viram enclausurados pela malha do poder (seja em seus próprios corpos ou em clausuras institucionalizadas) são considerados um perigo, precisamos lembrar que preferimos o termo luta. Por isso creio que seja importante evidenciar que em crises como essa que vivenciamos, no interior desses grupos que “falam de baixo”, também se formam redes populares de apoio. Redes que, articuladas, buscam mitigar a problemática das desigualdades, como enunciam Cláudia Lahni et al (2020, p. 378):

Nessa situação, a solidariedade humana aflora, tanto internamente nos bairros, favelas e comunidades periféricas expressas em iniciativas das próprias organizações comunitárias locais e suas lideranças que auxiliam no combate à desinformação e no suprimento de necessidades básicas de sobrevivência, quanto de agentes externos ao contribuírem com doações e prestação de serviços, entre outros aspectos.

Será que há alguma saída para essa realidade?



5. Como me “despir” dos padrões hegemônicos?

Antes de qualquer coisa, entendendo que essa escolha está “Agora nas minhas mãos”.

Vida, traz minha história de volta.

Me deixa falar dela,

...

Me faça acreditar que ela voltou,

Mas agora nas minhas mãos.

Me faça ver que o que existe,

Talvez nunca tenha existido

E o que não existe,

Talvez simplesmente seja!

É a eternidade que se faz efêmera

Naquela louca proporção,

De uma cabeça que acabara de ser descoberta

Tomada por uma deliciosa distorção.

Me faça acreditar que ela voltou,

Mas agora nas minhas mãos.



2020

Quando Teresa de Lauretis concluiu que o gênero é formado pelas várias tecnologias socioculturais e pelos discursos institucionais – pelos tais “moldes” pré estabelecidos – também afirmou que existem saídas que escapam aos discursos hegemônicos do poder, que se inscrevem em outros termos:

Propostos de fora do contrato heterossexual, e inscritos em práticas micro-políticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível ‘local’ de resistências, na subjetividade e na auto-representação (LAURETIS, Teresa de, 1987, p. 228).

Segundo a Autora (1987, p. 237), nesses “espaços sociais entalhados nos interstícios das instituições e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento”, é que as resistências cotidianas podem se constituir.

Flávia Biroli (2014, p. 32) afirma que “se há algo que identifica um pensamento como feminista é a reflexão crítica sobre a dualidade entre a esfera pública e a esfera privada”. Lembra que eu disse que o aporte teórico-metodológico deste texto é feminista? Pois bem... Se ao gênero feminino, ao longo da história, foi destinado o espaço privado, havemos de nos instrumentalizar para nos fazermos resistência. Havemos de ocupar espaços públicos de toda ordem (inclusive o acadêmico), para que nossas vozes sejam legitimadas como vozes agentes de sujeitos históricos, percipientes e opinantes. Vozes daqueles corpos que constituem “o perigo”.

Tendo em vista tal direção, não poderia deixar de registrar a importância dos estudos de perspectiva feminista que acontecem nas esferas formais da produção do poder-conhecimento, como inferem Cláudia Lahni e Maria Otilia Bocchini (2009, p. 2):

O desenvolvimento dos estudos feministas e a percepção de que às mulheres são destinados papéis nas culturas ajudaram a firmar duas posições: a de as mulheres são seres condicionados pela história e a de que, como seres históricos, elas têm a possibilidade de agir, mudar padrões impostos pelas culturas.

Há de se pensar que o próprio sistema capitalista com a expansão das políticas neoliberais não se resume à economia. Abrange valores e ideologias. Quanto maior for a fragmentação da sociedade, menores são as perspectivas emancipatórias; individuais e coletivas. Portanto, quanto menos mulheres estiverem envolvidas nas lideranças das esferas políticas, seja estatal, institucional ou social, maiores são as chances do atual sistema se

perpetuar. Isso porque nos espaços públicos não há como as relações serem fundamentadas única e exclusivamente no afeto.

Tomadas de decisão, enquanto produto da racionalidade humana, também podem passar pelo afeto. Afeto pelo semelhante – indiscriminadamente. Há de se refletir que “os bons afetos são aqueles que vão nos fazer caminhar em outro sentido, que nos apontam descobertas [...]” (PESSOA, Sônia Caldas; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos, 2020, p. 99).

Mas, se às mulheres foram destinadas as ações afetivas, com menores possibilidades de influência nas tomadas de decisão e produção de normativas públicas, mesmo que estas as afetem diretamente, como pensar em possíveis soluções para a problemática das desigualdades sociais, tendo em vista que “a presença do machismo compromete negativamente o resultado das lutas [...]” (SAFFIOTI, Heleieth, 1987, p. 24)?

Como parte desse grupo que tem a possibilidade de mudar padrões, eu quero salientar a importância do envolvimento direto do gênero feminino nos vários setores sociais. Nenhum país prospera sem ele. Sobretudo sem o envolvimento *in loco*.

Segundo pesquisa da União Interparlamentar (organização ligada à ONU) realizada com 191 países, dentre eles o Brasil, somente em 4 a presença parlamentar feminina é igual ou superior à dos homens. Com uma composição desigual entre os gêneros em suas Casas Legislativas, o Brasil ocupa a posição de número 140. A Câmara das Deputadas brasileira até o final de 2022 era composta por 438 deputados e 75 deputadas, o que corresponde a 14,6% de representação feminina. E o Senado é formado por 69 senadores e 12 senadoras, o que equivale a 14,8% de representação do gênero feminino. Em 2023, a Câmara passou a 513 representantes. Sendo que 90 são mulheres, correspondendo a 17%⁵⁵. O Senado, por sua vez, passou a 67 senadores e 14 senadoras⁵⁶. Permanecendo, ainda, em situação de disparidade.

Como já mencionado, em meio ao ápice do desolador cenário pandêmico, a informação acima ganhou um corpo maior quando pensamos na instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), em 27 de Abril de 2021, em decorrência da distorcida gestão governamental da crise, à época. Com a finalidade de investigar ações e omissões do governo federal e a devida aplicação de recursos federais no enfrentamento da pandemia por parte dos estados e municípios, tal comissão foi formada por 7 senadores titulares e 4 suplentes – todos homens.

⁵⁵ Disponível em < <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/> >. Acesso em 02 de Fevereiro de 2023.

⁵⁶ Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio/-/e/por-sexo> >. Acesso em 02 de Fevereiro de 2023.

Dados que podem ser interpretados como consequências das condições estruturais do tecido social brasileiro.

Nesse sentido, penso que não à toa, Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres e Vice-Secretária Geral das Nações Unidas, afirmou em sua declaração no dia Internacional da Mulher de 2021, que a violência contra as mulheres atingiu o nível de pandemia invisível no mundo. Devendo ser combatida por meio de ações efetivas. “No entanto, [...] na maioria dos países simplesmente não há massa crítica de mulheres em posições de tomada de decisão e liderança para garantir que essas questões sejam apresentadas e tratadas de forma eficaz [...]”⁵⁷.

Com uma maior representação feminina não se tem a garantia de que tudo será diferente. Contudo, os estudos feministas mostram que é urgente que se busque uma perspectiva holística e de ações articuladas.

Mas, aqui no Brasil, onde posso encontrar outros “moldes” que possam me vestir [e a tantas outras brasileiras]?

“Prece e lágrima”

Alguém me disse que você apareceu.
 Chegou quebrada, frágil,
 Porque quis precisar de um outro alguém.
 Se quisesse, já teria aparecido
 Com manto cravejado de ouro e coroa de pedras preciosas.
 Mas veio pela via da vida – pelas águas.
 Quando apareceu não tinha casa grande,
 Não tinha mármore, não tinha ouro.
 E quem cuidou de você
 Foram os muitos que valiam pouco.
 Alguém me disse que você era a mesma
 De outros tantos lugares.
 Mas aqui você quis ser negra, pequena e quebrada.
 Fala uma coisa pra mim...

⁵⁷ Declaração de Phumzile Mlambo-Ngcuka no dia 8 de Março de 2021. Disponível em <https://www.onumulheres.org.br/noticias/declaracao-de-phumzile-mlambo-ngcuka-diretora-executiva-da-onu-mulheres-no-dia-internacional-das-mulheres-de-2021/> Acesso em 04 de Agosto de 2021.

Você é da quebrada, né não Aparecida?
 Alguém me disse que eu podia lhe amar.
 Que eu podia confiar em você.
 Então acalma meu coração
 E diz bem baixinho no meu ouvido que ainda posso,
 Mãe querida dessa Nação.

Agora ouço o meu vizinho tocando os tambores do candomblé,
 O outro lá do meio da rua é muçulmano.
 Aquele outro, não tão longe, me diz que não crê em nenhuma divindade.
 O vizinho ali da esquina de baixo oferece frutas pra Buda e
 A vizinha da esquina de cima canta pra Gaia.
 Nos faça ver que estamos muito mais próximos do que pensamos.
 E que necessitamos respeitar o tal “vizinho”,
 Mesmo que ele não esteja na casa gêmea à minha.

...

Cuida dessa Pindorama, que índigenas quase não tem mais.
 Cuida dessa Terra de Santa Cruz,
 Que para muitos não promove o acesso à terra,
 Somente à pesada cruz.
 Cuida desse país que ganhou o nome daquela árvore vermelha,
 Que de tanto desmatarmos,
 Hoje é item na lista da flora em extinção.
 Cuida desse gigante pedaço de chão,
 Que fecha os olhos para os pequenos.
 Toca no coração dos poucos grandes
 Que preferem não enxergar os muitos pequenos.
 Me faz acreditar que o que eu aprendi estava certo.
 Que eu tenho que promover o amor.
 Que eu não posso concordar com a tortura e com o desrespeito.
 Que eu não posso me calar frente à dor,
 Mesmo que ela não seja diretamente minha.

Ouve meu clamor.
 Ouve essa voz partida, dolorida.
 Voz que tenta terminar a prece e às vezes é interceptada pela lágrima.
 Voz de uma mulher
 Que não quer viver da esperança de dias melhores,
 Mas que prefere ter fé na vida e
 Que por isso,
 Até o fim resistência será!

5.1 Há algum “molde” social que se ajuste aos nossos corpos ?

Sim, eles existem. E vamos buscá-los, “Porque é preciso”.

Só por hoje.
 Um dia depois do outro.
 Uma vitória por dia.
 Hoje é preciso.

É preciso trabalhar com as impossibilidades,
 Com as não possibilidades,
 Com as improváveis possibilidades,
 Com as contestáveis impossibilidades.

Simplesmente porque é preciso,
 Simplesmente porque é hoje.

Se direito é aquilo que nos permite existir, e existir em situação de igualdade, a primeira medida a ser tomada é identificar quais são as possíveis tecnologias de normatização dos nossos corpos para não naturalizá-las. Acho que nesse sentido a nossa “costura” já avançou.

Sendo a igualdade de gênero, além de um direito humano fundamental – tomando por base a Declaração dos Direitos Humanos –, essencial vetor das transformações e mobilidades sociais, entendo que a minha pesquisa pode se colocar como disparador para se pensar as posições pré-definidas ao gênero feminino, a fim de criar estratégias para se não atingirmos, ao menos nos aproximarmos de uma sociedade mais equânime.

Em 1979, eu precisei de um Caderno de moldes para ter coragem de romper as fibras da popeline preta de poás brancos com uma tesoura – instrumento eximamente afiado que não deixava rebarbas em suas incisões. Depois de tanto tempo, distante da popeline, busco outros Cadernos de moldes que possam me encorajar a “romper” algumas fibras do nosso tecido com a mesma precisão da tesoura de outrora.

Começo por dois Cadernos de “moldes” que visam organizar a nossa sociedade como um todo. No âmbito internacional, falo da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), e, no âmbito nacional, da Carta Magna Brasileira.

Enuncio aqui, que o próprio exercício desta pesquisa no formato em que se apresenta, encontra-se legitimado pelo artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de **procurar, receber e transmitir informações e ideias**⁵⁸ por quaisquer meios [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 1948), e, também, no Parágrafo 4º do Capítulo 5º da Constituição Nacional, onde lê-se: “É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (BRASIL, 1988).

O primeiro deles, A DUDH, escolhi por delinear os direitos básicos de todos os seres humanos. Um “molde” que foi criado em 1948 para ser um “Presente” para todas as pessoas do mundo.

Ontem ganhei a chuva.
Ela veio embrulhada para presente,
Dentro de uma caixa quadrada
Com um laço enorme.
Hoje eu abri a caixa,
E ela se espalhou.

Pensamos em presente porque não se trata de merecimento. Aliás, longe da lógica meritocrática, o citado documento estabeleceu, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, independentemente de gênero, raça, sexo, nacionalidade, etnia, geração, religião, ou qualquer outra condição. Desde a sua criação, já foi traduzida para mais de 500 idiomas, inspirando constituições de muitos Estados de Direito.

⁵⁸ Grifo meu.

Sua formulação se baseou no entendimento de que todas as pessoas são um ser racional e moral que deve viver com dignidade. Dessa forma, os direitos humanos não são nossos porque os merecemos, mas porque uma vez que somos humanos, somos seus detentores.

Tais direitos são universais e indivisíveis. Universais porque se aplicam, como já mencionado, a todas as pessoas, indiscriminadamente. Indivisíveis porque não podemos separá-los. São interdependentes e inter-relacionados. Sendo assim, a violação de um deles implica na violação de outros, concomitantemente.

De forma resumida, apresento abaixo, a lista dos 30 artigos referentes aos nossos direitos fundamentais, que se encontram nesse “Caderno de moldes”:

Artigo 1 – Dignidade humana, liberdade e igualdade.

Artigo 2 – Direito à não discriminação.

Artigo 3 – Direito à vida, à liberdade e à segurança.

Artigo 4 – Direito de não ser submetido à escravidão.

Artigo 5 – Direito de não ser submetido à tortura.

Artigo 6 – Direito ao reconhecimento como pessoa humana perante a lei.

Artigo 7 – Direito à igualdade perante a lei.

Artigo 8 – Direito de acesso à justiça para violações de direitos fundamentais.

Artigo 9 – Ninguém deve sofrer detenção, prisão ou exílio por motivações tirânicas.

Artigo 10 – Direito ao devido processo legal e a um julgamento justo.

Artigo 11 – Presunção de inocência até prova de culpa.

Artigo 12 – Direito à intimidade e à privacidade.

Artigo 13 – Direito de ir e vir dentro das fronteiras de seu país, bem como a deixar um país e retornar.

Artigo 14 – Direito de pedir proteção, como solicitar asilo em outro país.

Artigo 15 – Direito à nacionalidade.

Artigo 16 – Direito de constituir família, sem restrição de raça, nacionalidade ou religião.

Artigo 17 – Direito à propriedade.

Artigo 18 – Direito de liberdade de pensamento, consciência e religião.

Artigo 19 – Direito à liberdade de opinião e expressão.

Artigo 20 – Direito à associação e reunião pacífica.

Artigo 21 – Direito a participar do governo do seu país.

Artigo 22 – Direito à seguridade social.

Artigo 23 – Direito a condições justas de trabalho e à sindicalização.

Artigo 24 – Direito ao repouso e ao lazer.

Artigo 25 – Direito a um padrão de vida adequado à saúde e bem-estar seu e de sua família.

Artigo 26 – Direito à educação.

Artigo 27 – Direito a participar da vida cultural da comunidade.

Artigo 28 – Direito a uma ordem social e internacional onde seus direitos sejam cumpridos.

Artigo 29 – Deveres sociais em relação aos direitos e liberdades de outros.

Artigo 30 – Proibição de práticas contra esses direitos e liberdades.

O segundo, a Constituição Brasileira, carinhosamente chamada de Constituição Cidadã, foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Trata-se do documento que estabelece parâmetros de validade, normatividade e ordenamento para a sociedade brasileira.

Resultado do esforço pela redemocratização, é considerada o símbolo da queda do autoritarismo dos militares no país. Decretada e promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, estabeleceu o Estado Democrático de Direito, concedendo maior liberdade e direitos às cidadãs brasileiras, que haviam sido suprimidos ou reduzidos durante o regime militar. Assim, ampliou as liberdades civis e as garantias dos direitos individuais.

Dentre seus principais avanços, podemos citar:

Instituição de eleições majoritárias em dois turnos, caso as candidatas não consigam atingir a maioria dos votos válidos.

Voto facultativo para cidadãs de 16 e 17 anos, maiores de 70 anos e analfabetas.

Implementação do SUS.

Proibição da comercialização de sangue e afins.

Leis de proteção ao meio ambiente.

Garantia de demarcação das terras indígenas.

Estabelecimento da função social da propriedade privada urbana.

Maior autonomia dos municípios.

Fim da censura aos meios de comunicação de massa.

Voltando os olhares ao mote deste trabalho – a igualdade de gênero –, foi a primeira vez que, no Brasil, homens e mulheres foram considerados iguais. Tal resolução encontra-se no Título II (Dos direitos e garantias fundamentais), Capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos), Artigo 5º (“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”), Parágrafo I, que enuncia: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Aqui cabe uma “costura” à parte, chamada *Lobby* do Batom.

Primeiro entendamos o que significa *Lobby* nesse cenário. Também conhecida como lobismo, trata-se de uma atividade de influência que visa interferir diretamente nas decisões do poder público, especialmente do legislativo. Tais ações, ostensivas ou veladas, são produzidas por grupos organizados, que se articulam em favor de causas e/ou de objetivos específicos.

Alguns pontinhos atrás... Em 1986, foram eleitas 26 mulheres para a Câmara das Deputadas, de um total de 166 que haviam se candidatado. Provenientes de 16 estados brasileiros, de diferentes áreas de atuação, chegaram em Brasília sem a pretensão de se unirem para trabalharem de forma conjunta, articulada. Grupo diverso, também em termos partidários, onde a única pauta comum era a reivindicação de mais direitos para a população feminina.

Assim, a bancada atendia às expectativas oriundas do movimento reivindicatório das participantes da campanha Mulher e Constituinte, articulada no seio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Conselho que tinha sido criado em 1984, com a finalidade de estimular a participação da população feminina nos processos legislativos, elegendo maior número de parlamentares mulheres.

Em Março de 1987, a Presidenta do CNDM, Jaqueline Pitanguy, entregou ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulisses Guimarães, um documento intitulado “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”. Tratava-se do resultado de uma campanha nacional, articulada com ativistas, movimentos feministas e diversas associações e organizações sociais de todo o país, promovida durante dois anos. Tal Carta exprimia, em sua totalidade, a principal conclusão da citada campanha: “Constituinte pra valer tem que ter direitos das mulheres”.

Dentre as metas estabelecidas, estavam o direito à posse da terra e salários em igualdade para homens e mulheres, licença maternidade de 120 dias para mães e a efetivação de mecanismos para coibir a violência doméstica.

A partir daí, deputadas e senadoras formaram uma aliança suprapartidária que uniu os constituintes e os movimentos de mulheres. Movimento denominado “*Lobby* do Batom”.

É interessante pontuar que 80% das reivindicações foram aprovadas. Assim, teoricamente, as mulheres alcançaram a igualdade jurídica, ampliação dos direitos civis, sociais e econômicos, a igualdade de responsabilidade com o cuidado da família, a proibição da discriminação da mulher no campo do trabalho e o estabelecimento de direitos concernentes ao âmbito reprodutivo. Nos 20% da agenda que não foram atendidos, figuravam objetivos referentes às garantias do campo dos direitos sexuais, especialmente referentes ao aborto. Demanda originada pelas forças de resistência oferecidas por alguns constituintes.

Aqui não podemos deixar de mencionar que as 26 deputadas não defenderam apenas os direitos das mulheres no texto constitucional. Muito mais do que isso, a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes tratou de várias causas populares. Falava de problemas que afligiam (e infelizmente ainda afligem) a vida de toda a população brasileira. Dessa forma, tornou-se um verdadeiro manifesto em favor da efetivação dos direitos humanos para todas as pessoas desse pedaço de chão.

Lembra da proibição do vestido de casamento vermelho? Acontecera dois anos antes da promulgação do referido documento. Eu, como mulher brasileira, ainda não tinha meus direitos reconhecidos em igualdade. Na verdade, sequer sabia da existência dos mesmos.

Mas se temos tratados nacionais e internacionais que determinam que Direito é aquilo que nos permite existir, e existir em situação de igualdade, haveria a necessidade de se convencionar, especificamente, sobre os direitos das mulheres? Sim.

Destaco que essas convenções, que também estabeleceram plataformas de ação a serem cumpridas pelos países signatários, foram resultado das lutas feministas. Escolho 3 desses tratados pelos seus respectivos pioneirismos. Cada um deles inaugurou uma “nova” maneira de se abordar assuntos referentes aos direitos das mulheres. “Novos moldes” que surgiram a partir da observância das necessidades da citada categoria.

“Por que este?”

Porque a partir de recortes, me faço.

Porque projeta o agora.

Porque se decifra a partir do novo.

Porque não esconde o passado.

Porque faz suar de calor

E deixa tremer mesmo assim.

Porque cala a regra

E grita em favor da liberdade.

Porque tem cor.

Porque traz o sabor da loucura.

Porque é sensível.

Ela é, você é, eu sou e todas estamos.

O primeiro foi criado para eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher. Um “molde” chamado Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher⁵⁹. Um “molde” social que reconhece “que a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz” (CEDAW, 1979, p. 19).

Suas metas se desdobram em 30 Artigos que têm como ponto de partida promover os direitos das mulheres na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra as mulheres, com vistas à sua total eliminação; tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Resultado de um longo período de esforços coletivos, sobretudo dos movimentos de mulheres espalhados pelo mundo, trata-se do **primeiro**⁶⁰ Tratado Internacional que dispõe amplamente sobre os direitos das mulheres, adotando duas frentes em suas propostas: “promover os direitos da mulher na busca de igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-Parte” (CEDAW, 1979, p. 14).

Considerada a Carta Magna dos direitos das mulheres, a CEDAW simboliza o resultado de inúmeros avanços políticos, normativos e principiológicos nas últimas décadas. Um esforço global no sentido da construção de uma ordem social que respeite a dignidade de todas as pessoas.

Aprovada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, entrou em vigor em 3 de Setembro de 1981, sendo ratificada por 188 Estados-Nação, denominados Estados-Parte. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31 de Março de 1981, e ratificada, novamente com reservas, em 01 de Fevereiro de 1984, entrou em vigor em nosso país em 02 de Março de 1984. Estávamos no último governo militar no país. Só foi ratificada sem reservas depois de uma década: Em 22 de Junho de 1994, tendo seu texto publicado no Diário do Congresso Nacional no dia subsequente. Aqui cabe enfatizar que só em 2002, já no século XXI, o antigo decreto de 1984 foi substituído, assegurando totalmente a baixa das reservas à população brasileira.

Quer saber quais foram os pontos que o Brasil se reservou o direito de não acolher?

As reservas aplicadas pelo Brasil foram referentes à vida das mulheres na esfera privada. Versando sobre o que acontecia “dentro” dos lares brasileiros, aplicaram-se nos Artigos 14º e 15º, como se segue: Artigo 14º, Parágrafo IV, que assegura a homens e mulheres o direito de

⁵⁹ Disponível em < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf > Acesso em 17 de Agosto de 2022.

⁶⁰ Pioneirismo da CEDAW.

livremente escolher seus domicílios e residências. Artigo 15º, Parágrafo I, itens a, c, g e h que estabelecem a igualdade de direitos entre homens e mulheres no casamento e nas relações familiares.

Sendo assim, em 1986, no episódio do vestido vermelho, sem a proteção da Constituição Nacional que seria promulgada dois anos adiante, eu também não era vista como “igual” nas minhas relações intrafamiliares. Legitimando o que Heleieth Saffioti (2002, p. 134) chamou de “velho adágio”.

“É meu”

Tuas correntes me atrapalham
Mas não és tu quem vai conseguir me conter.
Teu desejo desmedido e sem razão
Ferem o que chamo de meu.

O garfo que usas ao sentar-te à mesa
Carrega na ponta tua máscara e
Espeta minha essência,
Incomodando-me com profundo ardor
Mas continuo sobrevivendo
Aos teus desmandos.

E aqui, clamo com furor:
Afasta de mim tua falsa decência
E teu nefasto repúdio.
Não me dividas,
Não me queiras proteger.
Não necessito de ti.
Te diferencias de teu antecessor.
Afasta de mim teu calor

Porque teu desejo envaidecido e tua obsessão
Ferem o que chamo de meu.

Entendas definitivamente que sou minha!



2017

O segundo é um “molde” criado para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Um “molde” que trouxe (e traz) “Salvação” para muitas de nós.

Alguém queria bater
Porque precisava se afirmar.
E tinha um corpo ali,
Parado,
Pronto pra apanhar.

Alguém queria se vingar
Porque não sabia acreditar.
E tinha um corpo ali,
Miúdo,
Pronto pra faltar.

Alguém queria subir
Porque cansou de tentar.
E tinha um corpo ali,
Resistente,
Pronto pra ajudar.

Alguém queria chutar
Porque não sabia fazer de outro jeito.
E tinha um corpo ali,
Inerte,
Pronto pra receber.

Alguém queria desabafar
Porque não tinha forças pra continuar.
E tinha um corpo ali,
Ouvinte,
Pronto pra segurar.

Alguém queria empurrar

Porque aprendeu a julgar.

Mas tinha um corpo ali,

Fechado,

Pronto pra se salvar.

Alguém queria matar

Porque não sabia mais viver.

Mas já não havia um corpo ali...

A salvação lhe chegara a tempo!

Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Carinhosamente conhecida como Convenção de Belém do Pará⁶¹. Um “molde” social criado em 1994, que reconhece “que a eliminação da violência contra a mulher é condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua plena e igualitária participação em todas as esferas de vida” (CIDH, 1994).

O **primeiro**⁶² Tratado Internacional de proteção aos direitos humanos das mulheres a reconhecer expressamente a violência contra a mulher como um problema generalizado na sociedade, e que, como tal, tem de ser combatido para ser eliminado.

No citado documento, a violência contra a mulher é entendida como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual e/ou psicológico à mulher; tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Ou seja, o primeiro documento que reconhece que a **violência contra a mulher constitui violação dos direitos humanos, baseada na desigualdade de gênero**.⁶³

Os deveres dos Estados-Parte baseiam-se em duas Plataformas de Ação: A abstenção de quaisquer atos ou práticas de violência contra a mulher e o cuidado e vigilância para que as autoridades, seus funcionários e pessoal, bem como agentes e instituições públicas ajam em conformidade com tal obrigação.

⁶¹ Disponível em < <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> >. Acesso em 17 de agosto de 2022.

⁶² Pioneirismo da Convenção de Belém do Pará.

⁶³ Grifo meu.

Penso em 02 de Janeiro de 2019. Será que Damares Alves como representante governamental da defesa dos nossos direitos, ao (re)afirmar os lugares sociais divididos pelo gênero, estava em conformidade com a obrigação prevista no citado documento?

O terceiro documento escolhido diz respeito à real promoção da igualdade entre homens e mulheres. Trata-se da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim⁶⁴. E aqui cabe um “Recado” para as mulheres, com toda a pluralidade de identidades às quais o documento se refere e que necessitamos respeitar:

Você que pariu aquele belo rebento,
 Você que partiu para não parir,
 Você que fala com ou sem dor,
 Você que se escondeu de si.
 Você que assumiu o resultado imprevisível,
 Você que é esteio desse homem incrível,
 Você que é o prumo dessa mulher vulnerável,
 Você que precisa de arrimo.
 Você que troca de amores como quem troca de sutiã,
 Você que é fiel ao amor do primeiro sutiã.
 Você precisa de sutiã?
 Você que joga com a vida.
 Você que vive de benditos jogos e malditos contos.
 Você que come bolo de fubá.
 Você que vomita palavras duras.
 Você que monta o cavalo de crinas longas para ir não se sabe aonde.
 Você que prende o coração na cesta da bicicleta.
 Você que tem medo de borboleta.
 Você que adora uma metamorfose.
 Você é?
 Perdão, você está?
 Você que recorre ao vinho para dormir.
 Você que precisa de água para lembrar que está viva.

⁶⁴Disponível em < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em 17 de Agosto de 2022.

Você que ouve uma melodia melancólica na madrugada.
Você que precisa rodopiar no meio do salão com aquela saia longa,
Você que nem precisa de saia.
Você usa saia?
Você que cozinha para a família,
Você que não quis família.
Você que ganhou um buquê de rosas vermelhas.
Você que não se importa com rosas, mas com Amélias, Marias, Camélias, Rosálias.
Ah... as Rosálias!
É só um recado pra você, mulher:
Faça da sua vida o que quiser.
E você, mulher, que tem perfume de cravo,
Faça da sua vida
O que você e o seu cravo lá de dentro quiserem!



Um “molde” social criado em 1995, intitulado “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, que promoveu grandes avanços conceituais e programáticos na observância do pleno exercício dos direitos das mulheres.

O **primeiro**⁶⁵ documento que versa sobre o desenvolvimento integral das mesmas, visando a igualdade entre homens e mulheres. Para tal, estabelece doze temas prioritários de atenção como parâmetro para os governos dos países signatários: Mulheres e Pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na Liderança; Mecanismos Institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e Meio Ambiente; Direitos das Meninas⁶⁶.

Na citada Declaração, os Governos dos países signatários não apenas adotam como comprometem-se a colocar em prática uma Plataforma de Ação, de modo a garantir que a perspectiva de igualdade entre homens e mulheres seja refletida no formato de suas respectivas legislações, com aplicação via programas de políticas públicas: a Plataforma de Ação de Pequim, carinhosamente chamada de PAP.

Quero focar na PAP. Trata-se da designação atribuída ao documento adotado na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, realizado em Pequim, no mês de Setembro de 1995: a Declaração de Pequim. Documento do qual o Brasil é signatário. A PAP é um abrangente programa de trabalho que contempla e recomenda um conjunto de medidas destinadas à eliminação dos obstáculos à participação ativa das mulheres em todos os setores sociais e em todos os níveis da vida pública e privada. O objetivo central é a garantia do pleno direito nas tomadas de decisão, desdobradas nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Ou seja, garantir o empoderamento das mulheres. Observa-se a distância do termo até o esvaziamento decorrente do uso acrítico.

Encontrando os tais “moldes” – que não eram novos, eu é que não os conhecia – o que havia se expandido era a minha consciência. Eu já havia me instrumentalizado. Pena que isso só ocorreu na 4ª década de minha vida. Não era mais momento de pensar no que tinha passado. O foco não podia mais ser todos os meus direitos [e de tantas outras brasileiras] – fundamentais e indivisíveis – que haviam sido violados, em decorrência, também, das tecnologias de normatização dos nossos corpos, por meio de indutores naturalizados. Não tinha mais tempo.

⁶⁵ Pioneirismo da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim.

⁶⁶ Disponível em < https://www.ipea.gov.br/retrato/beijing_20.html > Acesso em 17 de Agosto de 2022.

Eu já tinha me encorajado a “romper” algumas fibras do nosso tecido social; já estava mais segura para tirar todos aqueles pontos de interrogação unicamente do plano das ideias e transferi-los para a práxis cotidiana. Mas sabia que se o fizesse sozinha, os “cortes” no nosso tecido seriam imperceptíveis. Não serviriam de nada. Então como fazer?

5.2 Como usar esses “moldes”?

Na sequência, entendi que era preciso identificar as possíveis pessoas aliadas e opositoras, para só então, buscar consolidar alianças contingentes e entrecruzadas na tentativa de diminuir a problemática da desigualdade, tendo em vista que as ações cidadãs-emancipatórias dependem desse vínculo.

Observando o objeto central deste trabalho, a desigualdade e a violência de gênero em suas formas interseccionadas, compreendi que é preciso que se qualifique o debate nas questões de gênero, retirando-o dos termos simplistas [lembremos dos pequenos ‘nadas’]. Para muitas não há mais tempo. O desfecho já foi fatal, lembra? Mas para outros milhões de pessoas ainda é possível se pensar na reversão desse cenário.

Sendo assim, entendo que é fundamental que se acione as agendas feministas, porque partem do princípio de que os processos divisionistas se originam nas nossas bases culturais. Estruturas dicotômicas mantidas pelo discurso hegemônico. Penso que se trata de um posicionamento ético-político urgente.

Mas, como enunciou Talíria Petrone, ao prefaciá-la edição brasileira de *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*, apesar de urgente, nem todo feminismo liberta:

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (ARRUDA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy, 2019, p. 12).

Se a agenda acionada não contemplasse as mulheres que vieram antes de mim e não têm consciência das suas necessidades iminentes, como minha mãe, por exemplo, entendo que não seria legítima. Se não contemplasse as meninas, entendo que não seria legítima. Se não contemplasse toda a diversidade e pluralidade das identidades femininas contidas no termo, entendo que não seria legítima.

Assim, procurei algum formato que fosse capaz de conjugar múltiplas pautas e agendas, sem hierarquizar as injustiças e as violências, a fim de se atingir a causa comum: a igualdade entre todos os seres humanos.

Como já mencionei várias vezes, prefiro o termo luta. Buscando ser vista e ouvida, procurei um lugar – ou um “entre-lugar” – onde o meu corpo, como objeto de manifestação das minhas inquietações, pudesse se somar a outros corpos que tomavam aquela condição precária como estímulo para lutar. Pois, como infere Judith Butler (2018, p. 15):

Existe uma **força**⁶⁷ indexal do corpo que chega com outros corpos a uma zona visível para a cobertura da mídia: é ‘esse’ corpo, e ‘esses’ corpos, que exigem emprego, moradia, assistência médica e comida, bem como um sentido de futuro que não seja o futuro das dívidas impagáveis; é ‘esse’ corpo, ou ‘esses’ corpos, ou corpos ‘como’ esse e esses corpos que vivem a condição de um meio de subsistência ameaçado [...].

Adentrei aos movimentos de mulheres. Grupos de pessoas que se unindo a outros grupos e/ou instituições, se organizam para viabilizar, a partir de suas conexões, a criação e a manutenção de políticas públicas comprometidas com o enfrentamento de todas as formas de discriminação, opressão e, sobretudo, da violência contra a mulher.

Encontrei aquele “pedacinho” que me trouxe até aqui, lembra?! Adentrei, mais especificamente, ao movimento das Promotoras Legais Populares. Tratava-se de um movimento autônomo de mulheres que se define, segundo uma de suas fundadoras, Amelinha Teles, como

Uma organização temporária ou permanente para discutir e decidir sobre manifestações e outras atividades em defesa das mulheres. Nesse espaço [...] reúnem-se mulheres [...] além de feministas, organizadas e independentes. Há diferenças entre elas no discurso e nas maneiras de se manifestar. Mas isso não torna impossível a convivência política desde que os laços organizativos sejam flexíveis (TELES, Maria Almeida de Almeida, 1999, p. 128).

Dessa forma, eu, mulher branca, cisgênero, filha, mãe, avó, bissexual, pertencente à tal classe média, artista, *designer* de moda, figurinista, arteterapeuta, poeta, uni-me a outras tantas identidades na constituição de um trabalho em prol da mitigação (quicá da eliminação) das desigualdades. Trabalho árduo. Por isso a importância da rede de apoio, das alianças.

⁶⁷ Grifo meu.

Mulheres que, como eu, já se instrumentalizaram para “a luta”. Já “afiaram” seus instrumentos para serem capazes de “romper” as fibras do nosso tecido social e, assim, intervir sobre o mesmo. Mulheres cisgênero, transgênero e travestis que articulam as demandas identitárias, tendo em vista que “todos [...] nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948). Mulheres de “todas as cores”, com ou sem deficiências físicas e/ou cognitivas, que sabem que “todos são iguais perante a lei [...]” (ONU, 1948). De diferentes orientações sexuais, idades, níveis de instrução, profissões e estratos sociais que sabem que “todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa [...]” (ONU, 1948).

Os pontos de interrogação que eram bordados com a linha dos “por quês” e dos “como” até aquele momento, passaram a ser bordados com a linha dos “ e se”. E se eu soubesse da existência desses moldes antes, será que a minha vida [e a de tantas outras brasileiras] teria sido a mesma? E se os nossos direitos, além de teoricamente garantidos, fossem também efetivados? E se tudo tivesse sido diferente? E, principalmente, e se tudo for diferente?

Daquele momento em diante, pude verificar a importância da atuação política feminina em todos os setores sociais *in loco* e a importância da articulação sistematizada e organizada, como a das deputadas do *Lobby* do Batom. Atingi várias instâncias sociais “de poder” em distintos setores sociais. Assim, passei a compor a massa crítica feminina, à qual Phumzile Mlambo-Ngcuka se referiu.

Muito do caminho já foi percorrido. Entretanto, há muito o que fazer. Não se pode parar, porque ainda se está buscando respostas para a cicatrização dessa ferida social. Ela ainda sangra. Dessa forma, entendo que é possível que a solução esteja em extirpar todo pensamento dualista, culturalmente (re)instaurado em nossas vidas.

Penso que tal mudança, como afirmou Teresa de Lauretis (1987, p. 228) possa se viabilizar em sentido crescente. Do micro para o macro. Iniciando-se pelo sujeito, no “nível ‘local’ de resistências, na subjetividade e na auto-representação”, passando pelas esferas micropolíticas de diferentes grupos sociais, até atingir a sociedade como um todo. É nesse movimento de rompimento das fronteiras rígidas, de maiores e mais precisos “cortes” no tecido social, que reside a esperança de um mundo melhor – para todas, todes e todos!

Se agora a minha história, e a de tantas outras brasileiras (sem colchetes aqui, porque já tenho consciência das minhas responsabilidades sociais previstas no Artigo 29º da DUDH), estão, também, nas minhas mãos, escolho despir-me das roupas que foram costuradas com o

tecido social brasileiro para nós todas. daquelas roupas que serviam como uma espécie de aprisionamento simbólico. Afinal, “pra quê roupa?”⁶⁸

Lá no início, eu disse que queria aparecer descalça para que você pudesse ver as marcas que esse longo caminho deixou nos meus pés. Também disse que precisava aparecer despida. Era sobre isso que falava.

Sem medo de ser qualificada como “triste, louca ou má”, sem medo de exercer a minha liberdade, despindo-me, evoquei o poder erótico. Aquele tão demonizado socialmente, do qual quiseram me afastar por tanto tempo.

Força vital das mulheres que, segundo Audre Lorde (2019), é constituída daquela dimensão que está entre as origens da nossa autoconsciência e o caos dos nossos sentimentos mais profundos. A dimensão que passa a ser a lente através da qual esmiuçamos todos os aspectos de nossas vidas. No meu caso, os grandes olhos castanhos. Um recurso intrínseco que tem suas raízes no que temos de mais íntimo.

Tais lentes decodificam o mundo, possibilitando-nos o exercício crítico. Assim, expandem-se do campo unicamente relativo aos sentimentos, transformando-se em conhecimento erótico. Nosso conhecimento erótico nos empodera. Dessa forma, constitui-se o poder erótico. Uma **força**⁶⁹ que “afeta” outras pessoas. Uma experiência de “prazer” compartilhado.

⁶⁸ Frase final do conto “Maria... Só Maria”, publicado originalmente no meu livro “Qual era mesmo a roupa de Maria?” (2019). Destaco que tal frase não encerra somente o conto, mas encerra o livro.

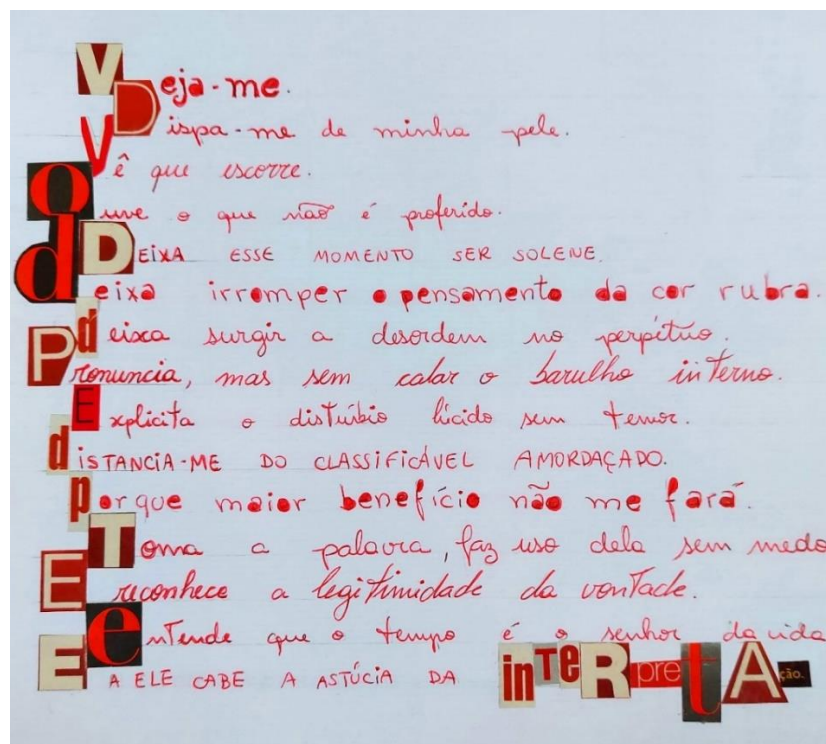
⁶⁹ Grifo meu.



2020

Mas a gente já entendeu que para se perpetuar, o poder precisa deter qualquer fonte com real potencial de mudança. É a força do poder erótico que o faz tão temido. Por isso fomos ensinadas a desconfiar do que vem do nosso íntimo. Por isso fomos educadas para temer o desejo, para nos distanciarmos do prazer. Em contato com ele, tornamo-nos menos dispostas a aceitar as impossibilidades (nem que seja só por hoje, porque é preciso), porque acreditamos que a potência que tem suas origens na subjetividade pode atingir a objetividade concreta da mudança. Já não mais nos entorpecemos com sofrimento e autonegação, que por tantas vezes pareceram ser a única saída. As nossas ações contra o sistema de opressão se tornam integrais em essência. Uma força propulsora, cujo conhecimento nos leva a reivindicar e agir para mudar. Não somente a linguagem, mas a nossa história. Uma força vital que nos leva a exercer a nossa maior potência: a criação.

Eu prometi que retomaria uma citação de extrema importância na construção deste trabalho. Então, *bora lá...* Se a natureza criativa do ser humano se manifesta no contexto cultural em que está inserido; se o criar é um processo existencial como o próprio viver; se criamos como respiramos; e “se criar é, basicamente, formar. É poder dar uma forma a algo novo” (OSTROWER, Fayga, 2014, p. 9), podemos não apenas acreditar que novos modos de ser e estar no mundo são possíveis, mas podemos dar forma a eles. Assim, a criatividade passa de fator inerente ao ser humano em sua unicidade, para o maior agente transformador social da humanidade.



6. **É possível se criar uma nova “tessitura”. [sem interrogações aqui]**

Lembra da sede pelo conhecimento aos 6 anos de idade? Continua insaciável. Por isso percorri esse caminho tentando compreender um pouco melhor o que nos constitui enquanto sociedade. Embora eu tenha buscado respostas, a proposta nunca foi estabelecer uma análise determinística sobre a problemática das desigualdades nesse contexto.

Ao contrário, intencionei compreender de que modo a sociedade, com suas constantes e contraditórias alterações, não apenas faz surgir desigualdades, mas perpetua as já existentes, ampliando os abismos sociais. Quis entender como os papéis e as posições sociais são cristalizados, quais as dinâmicas linguísticas que podem contribuir para tais cristalizações, afirmando e reafirmando as diferenças e as assimetrias.

Como você bem sabe, iniciei o presente documento que objetivou problematizar como se articulam as relações de gênero, as possíveis violações de direitos e liberdades fundamentais das mulheres e as roupas, com um exercício imaginário. Isso porque durante muitos anos da minha vida só existiu essa normativa imaginária para responder à minha maior interrogação: Por que a desigualdade de gênero atinge todos os setores sociais no Brasil?

Com o corpo no presente e o pensamento no que já passou, fui alinhavando e costurando tudo que encontrei pelo caminho. Conceitos, categorias e variáveis; as roupas, enquanto código de linguagem; a Moda, enquanto fenômeno social; os circuitos discursivos hegemônicos e suas reverberações; as tecnologias socioculturais e seus mecanismos; o impacto do colonialismo presente até a atualidade em nossa cultura; os direitos humanos – fundamentais e indivisíveis – e suas tristes violações; os feminismos; os movimentos sociais populares organizados e suas potencialidades de resistência e transformação.

Alinhavos e costuras que me distanciaram do exercício imaginário. Isso porque, nesse contexto, observei que as relações de poder existentes em nossa sociedade operam por meio dos pequenos ‘nadas’ para que nos acostumemos ao estado comum das coisas. Assim, nos condiciona ao não exercício crítico, de forma a nos distanciar das lutas por mudanças.

Entendi que as roupas, como peças essenciais de uso cotidiano, podem assumir o papel de elemento condicionante à adequação social, pelas vias do senso comum. Como códigos de linguagem da rede discursiva vigente – discurso cisheteropatriarcal hegemônico – podem se transformar em indutores “naturalizados” dos papéis sociais, cristalizando-os.

Pensando em especial nas mulheres, no “código do vestir” às mesmas culturalmente (re)instaurado, observei que as roupas podem compor as “tecnologias de normatização” do

gênero feminino. Isso porque a estrutura social não aceita nenhuma representação que lhe escape. Dessa forma, podem contribuir com o controle do poder, mantendo tudo como está. Trata-se de um fenômeno que se desdobra em todos os setores sociais, criando e ampliando as desigualdades em questão. E o mais importante, quando naturalizamos os fenômenos sociais nos distanciamos do exercício crítico capaz de identificação dos sistemas de hierarquização e opressão e de enfrentamento dos mesmos. Trocando em miúdos: podemos ter alguns (ou vários) dos nossos direitos violados e sequer sabermos.

Por isso, de acordo com o compromisso que tenho com o meu tempo, com o corpo no presente (nosso maior presente), preciso dizer que o meu maior “desejo” foi buscar novas possibilidades. Hoje, penso que temos saída. As coisas não precisam permanecer aos modos a que se encontram. Afinal, “tudo que se vê não é igual ao que a gente viu há um segundo. Tudo muda o tempo todo no mundo”.

As sociedades contemporâneas estão marcadas pela possibilidade de atuação e participação de suas cidadãs, em suas mais variadas formas. São “cortes” no tecido social, que possibilitam a entrada no campo político, cultural, artístico, educacional, comunicacional e outros. No caso das mulheres, com vistas à mitigação (quicá da eliminação) das desigualdades de gênero em todos os setores sociais, vislumbro possibilidades de mobilidade social por meio de movimentos populares. Em especial, movimentos organizados a partir das agendas feministas, que congreguem várias identidades de mulheres.

Tais movimentos, contemplando toda a pluralidade e a diversidade de identidades que o termo nos concede, são capazes de “desestabilizar” as estruturas do poder. Produzindo e reproduzindo suas próprias narrativas, que se baseiam no fim de todo pensamento divisionista, afetam o discurso hegemônico. Instrumentalizando pessoas, ensinando-as a “afiar” seus próprios instrumentos, concede-lhes segurança suficiente para migrarem seus sofrimentos individuais para a “luta” coletiva. Com mais pessoas instrumentalizadas resistindo unidas, acabam por afetar a sociedade. Eis o cerne da mudança.

Voltemos à analogia da tessitura de ligamento tafetá. Quanto maior o distanciamento dos fios da trama, maior a “ação” do urdume. Quanto maior o distanciamento das pessoas, maiores as possibilidades dos fios estruturantes da nossa sociedade se manterem no controle, pois a fragmentação social dificulta as ações emancipatórias..

Considerando que a “cultura” está nos pontos de entrecruzamento desses dois conjuntos de fios, vale pensarmos que quanto mais instrumentalizada a trama, ou seja, as pessoas, menor o efeito do urdume, porque temos onde aportar nossas lutas. Quanto mais pessoas não

“acostumadas” ao mais do mesmo, mais forte o conjunto dos fios da trama, e quanto mais agrupadas estiverem, maior a RESISTÊNCIA do tecido. Ao ponto de conseguirem – juntas – alterá-lo significativamente. Ao ponto de – juntas – darem forma a um outro tecido social.

Mesmo observando que na dinâmica proposta nesta pesquisa, um relato pessoal se torna um relato coletivo, onde uma voz traz consigo várias outras, preciso dizer que o pouco tempo para o desenvolvimento da mesma dificultou o aprofundamento nos estudos referentes às mulheres de identidades diferentes da minha. Entendo que se trata de um campo social atingido por diferentes, interseccionadas e sobrepostas camadas de opressão, que embora tenha inúmeras similaridades, também é dotado de singularidades. Sendo assim, penso que outros trabalhos possam caminhar por essa trilha, pois sabemos que todas essas mulheres “comuns” e seus vestíveis, especificamente, proporcionariam inúmeras possibilidades de estudos e pesquisas.

Operacionalizando a pesquisa a partir da minha própria história de vida, fui costurando minhas memórias, meus processos, minhas utopias; rasgando meu corpo, cortando minhas próprias fibras, remendando-as; inserindo outros “retalhos”, emendando pedacinhos sem saber onde ia dar. Fui “me” costurando à pesquisa[-vida] que até aqui tinha sido bordada ponto [de interrogação] a ponto [de interrogação].

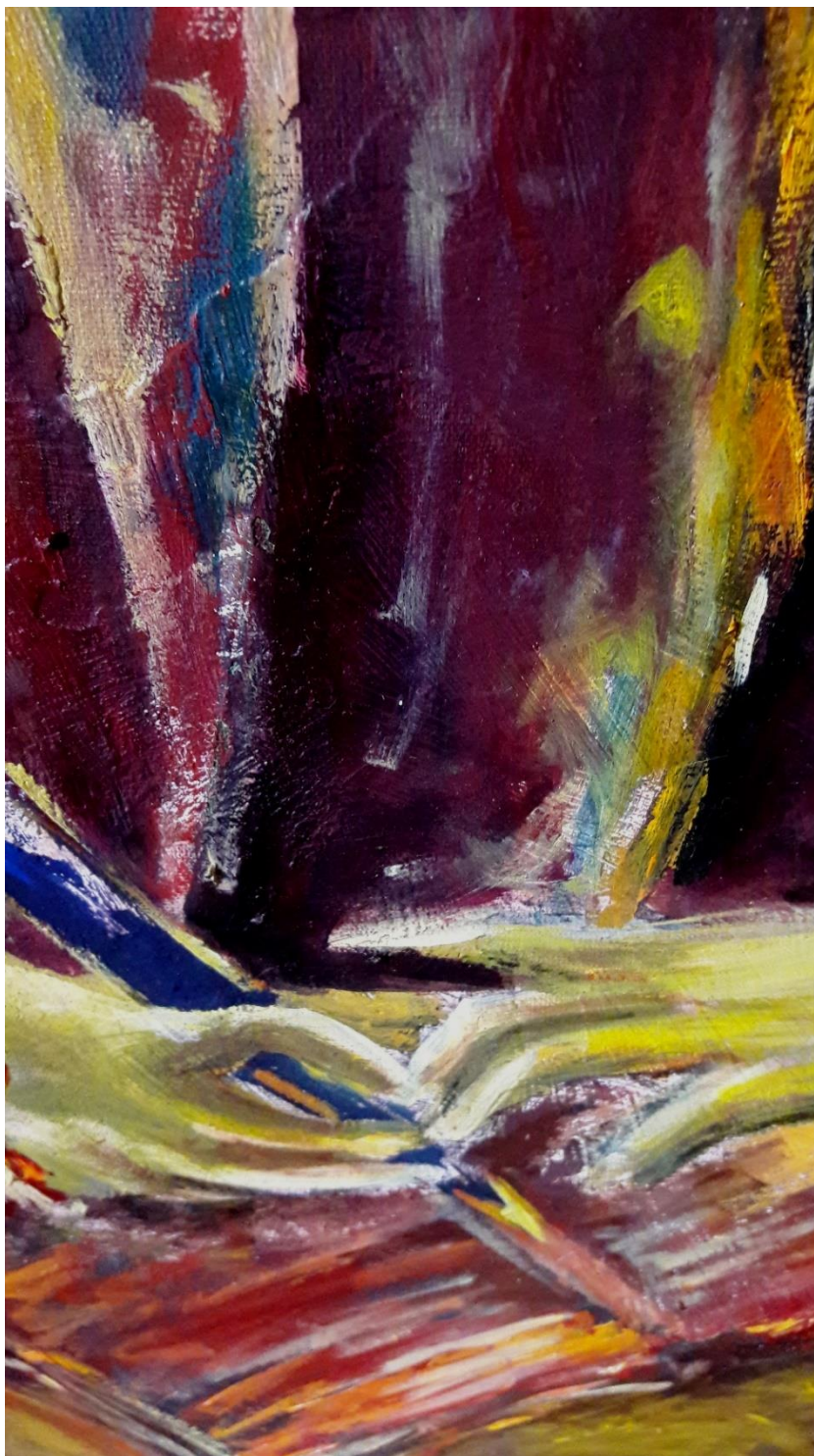
Mas preciso dizer que esse movimento não se constitui início e nem tão pouco fim de nada. É apenas uma travessia que se originou na poesia, porque é nela que eu encontro a possibilidade de movimento. Um deslocamento de uma obra-corpo que permanecerá para sempre inacabada em um espaço-tempo feito de retalhos de ontem e de hoje, mas que busca manter as suas lentes no amanhã.

Agora, chegando ao fim desta costura, vou fazendo alguns ajustes. Confiro suas métricas; arremato um parágrafo aqui, outro ali; corto uma ou outra linha. Assim, percebo que ao lembrar dos olhares repressivos e do som daquela voz, não sinto mais dor. À minha interlocutora e a tantas outras brasileiras não foi dada a oportunidade de fazer essa travessia.

Com o pensamento no que está por vir, finalizo o presente texto com uma possibilidade que ainda encontra-se alocada no campo utópico: Um espaço-tempo onde o gênero já não seja mais uma categoria útil de análise. Onde todas as pessoas não tenham a necessidade de recorrer ao Parágrafo I do Artigo 27º da DUDH para se encorajarem a produzir nas esferas da Arte, da Cultura e da Ciência. Afinal, toda transformação social um dia foi só um instante utópico de alguém e/ou de um grupo de pessoas, não é mesmo?

Talvez a sede pelo conhecimento tenha se esgotado porque provavelmente esta **mistura pouca** nem esteja mais aqui, mas já me orgulho de chegar ao final desta pesquisa bordando-a

com reticências e, assim, ajudar a bordar o *continuum* de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Um caminho feito a pontos múltiplos, para que “quando tudo se for, permaneçam as reticências...”⁷⁰



2020

⁷⁰ Trecho do poema Desejo, publicado originalmente em 2018 no meu primeiro livro de poemas: Entre Recortes.

Referências

ARNHEIM, Rudolph. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora*. São Paulo: Cengage Learning Ed. Ltda., 2014.

AUAD, Daniela. *Educar meninos e meninas: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

ANZALDÚA, Gloria. Trad. Carmen Valle Simón. *Borderlands/La Frontera: La nueva mestiza*. Madrid: Capitán Swing, 2016.

_____. *Como domar uma língua selvagem*. In: Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

_____. *Falando em Línguas: Carta para as escritoras do terceiro mundo* in: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, volume 8 n.1, 2000.

_____. *La consciência de la mestiza: rumo a uma nova consciência*. In Revista Estudos Feministas, Florianópolis, volume 13 n.3, 2005.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris, 1948. Disponível em < <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> >. Acesso em 23 de Dezembro de 2021.

BARRETO, Carol. *Moda e aparência como ativismo político: Notas introdutórias*. In: XI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador, Bahia, de 11 a 14 de Agosto de 2015. Disponível em: < https://www.academia.edu/16338838/MODA_E_APAR%C3%8ANCIA_COMO_ATIVISMO_POL%C3%8DTICO_NOTAS_INTRODUT%C3%93RIAS >. Acesso em 20 de Agosto de 2022.

BARNARD, Malcolm. *Moda e comunicação*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BARTHES, Roland. *O sistema da moda*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BASSERMAN, Lujo. Trad. Rubens Stuckenbruck. *História da prostituição: uma interpretação cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BASTOS, Dorinho; PEREZ, Clotilde; FARINA, Modesto. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda., 2011.

BATISTA, Luis Eduardo et al. *População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde*. Estudos Avançados (ONLINE), v. 34, p. 225-244, 2020.

BEMVENUTTI, Cris. *Enfim vestida de mim: entenda seu corpo nas suas três dimensões e vista o que é melhor para você*. Curitiba: Ipsis, 2018.

BENARUSHI, Michelle Kauffmann. *Termos básicos para a catalogação de vestuário*. Rio de Janeiro: Casa da Marquesa de Santos – Museu da Moda Brasileira,

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da Democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLACKMAN, Cally. Trad. Mario Bresighello. *100 anos de Moda*. São Paulo: Publifolha, 2012.

BOCCHINI, Maria Otilia; ASSUNÇÃO, Maria Helena. *Para escrever bem*. Tamboré: Editora Manole, 2002.

BONADIO, Maria Cláudia. *A produção acadêmica sobre Moda na Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil*. In: Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte. São Paulo, v. 3, n. 3, Dezembro de 2010, p. 50-146.

_____; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; WAJNMAN, Solange. *Apresentação do Dossiê Moda e Conhecimento: Interfaces com as Ciências Humanas e a Comunicação*. In: Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte. São Paulo, v. 3, n. 3, Dezembro de 2010, p. 1-4.

BRAGA, J. 4. Ed. *História da moda: uma narrativa*. São Paulo: Anhembi/Morumbi, 2004.

BRASIL. Agência IBGE Notícias. *Desemprego mantém recorde de 14,7% no trimestre encerrado em Abril*. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31050-desemprego-mantem-recorde-de-14-7-no-trimestre-encerrado-em-abril> >. Acesso em 20 de Julho de 2021.

_____. Agência Senado. *Comitê de Gênero e Raça*. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/equidade/pages/comite> >. Acesso em 15 de Maio de 2021.

_____. Agência Senado. *CPI da Covid é criada pelo Senado*. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid> >. Acesso em 15 de Maio de 2021.

_____. Agência Senado. *Lobby do Batom: Marco histórico no combate às discriminações*. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes> >. Acesso em 02 de Fevereiro de 2023.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 08 de Janeiro de 2022.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/retrato/beijing_20.html >. Acesso em 09 de Setembro de 2021.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero será lançada durante a XI Conferência*. Disponível em < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area->

[imprensa/ultimas_noticias/2010/07/revista-do-observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero-sera-lancada-durante-a-xi-conferencia](https://www.observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero.org.br/imprensa/ultimas_noticias/2010/07/revista-do-observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero-sera-lancada-durante-a-xi-conferencia) >. Acesso em 04 de Maio de 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política nas ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALANCA, Daniela. 2. Ed. *História social da moda*. São Paulo: Ed. SENAC, 2011.

CIDH – Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. *Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará*, 1994. Disponível em < <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> >. Acesso em 17 de agosto de 2022.

COX, Barbara et al. Trad. Laura Schichvarger. *Última moda: uma história ilustrada do belo e do bizarro*. São Paulo: Publifolha, 2013.

CRANE, Diana. 2.Ed. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006.

DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 Edições, 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria do Desenvolvimento Social. *Violência contra a mulher é preocupante durante a pandemia*. Disponível em < <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/violencia-contr-a-mulher-e-preocupante-durante-a-pandemia/> >. Acesso em 08 de Agosto de 2021.

FAUSTINO, Cris. *Retrocessos socioambientais e a vida nos territórios*. In: *Resistências e Re-Existências: Mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. PAIM, Elisangela Soldateli (Org). São Paulo: Editora Funilaria – Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

FISCHER-MIRKIN, Toby. *O código do vestir: os significados ocultos da roupa feminina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Relatório Visível e Invisível*. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> > Acesso em 15 de Dezembro de 2021.

_____. *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*. Disponível em < <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf> > Acesso em 27 de Julho de 2021.

FLÜGEL, J.C. *A psicologia das roupas*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1966.

FURLANI, Jimena. 3. Ed. *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GAGO, José Maria Paz. *Moda e sedução*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

GIL, Antonio Carlos. 6. Ed. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2016.

GOLDENBERG, Mirian. 3. Ed. *O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. São Paulo: Estação das letras e cores. 2015.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em < [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf) >. Acesso em 09 de Setembro de 2021.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. 12. Ed. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2013.

HARDING, Sandra. Trad. Rebeca Furtado de Melo. *Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo*. In: Revista Em construção – Arquivos de Epistemologia histórica e Estudos de Ciência, Rio de Janeiro, n. 5, 2019, p. 143-162.

HELLER, Eva. *A psicologia das cores: como as cores afetam a emoção e a razão*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1.

hooks, bell. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.

HOUAISS; VILLAR. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JONES, Sue Jenkyn. Trad. Iara Biderman. *Fashion Design*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

KÖHLER, Carl. 3. Ed. Trad. Jefferson L. Camargo. *História do vestuário*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LAHNI, Cláudia Regina; BOCCHINI, Maria Otilia. *Comunicação do feminismo: reflexões sobre o Mulher e Saúde e o Programa de Mulher*. In: 7o. Encontro Nacional de História da Mídia, 2009, Fortaleza. 7o. Encontro Nacional de História da Mídia. Fortaleza: Unifor e Rede Alcar, 2009. v. 1. p. 1-15.

LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia do Gênero*. 1994. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETIS%2C%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%20C3%A9nero%20%281987%29.pdf >. Acesso em 10 de Outubro de 2023.

LAYER, James. Trad. Glória Maria de Mello Carvalho. *A roupa e a Moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIMA, Fábio Souza. *A História por trás da origem do uniforme azul e branco das Normalistas do Rio de Janeiro*. In.: *RevistAleph*, n. 31, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39278>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2023.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

LORDE, Audre. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. *Irmã outsider*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. 3. Ed. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. 2. Ed. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2013.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. Trad. Cristian Borges. *Novos fundamentos do design*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. São Paulo: Rocco, 1997.

MAFORT, Kelli; JULCA, Lisbet. “*Quem não se movimenta, não sente as correntes que a prendem*”. In: *Resistências e Re-Existências: Mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*. PAIM, Elisangela Soldateli (Org). São Paulo: Editora Funilaria – Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

MAISONNEUVE, Jean. *Introdução à Psicossociologia*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

MATA, María Cristina. *Os silenciados e a comunicação na América Latina*. In: *EcoDebate*. Entrevista especial com María Cristina Mata. Publicada em 18 de Fevereiro de 2010. Disponível em < <https://www.ecodebate.com.br/2010/02/18/os-silenciados-e-a-comunicacao-na-america-latina-entrevista-especial-com-maria-cristina-mata/>>. Acesso em 10 de Junho de 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe B. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. São Paulo: Contexto, 2015.

MENDONÇA, Viviane Melo de. *Sobre mulheres, sombras e memórias*. In: *Jornal Cruzeiro do Sul*. Artigo publicado em 10 de Agosto de 2015. Disponível em < <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/630773/sobre-mulheres-sombras-e-memorias>>. Acesso em 12 de Junho de 2021.

MIRANDA, Ana Paula de. *Consumo de Moda: a relação pessoa-objeto*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

MODATECA - UDESC. *Anos 80: A década do exagero*. Disponível em < <https://www.modateca-sc.com/no-mundo> >. Acesso em 03 de Fevereiro de 2023.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Hipóteses sobre a nova exclusão social*. Disponível em:< <https://www.portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/download/18772/12144> > Acesso em 08 de janeiro de 2017.

NAVARRI, Pascale. *Moda e inconsciente: olhar de uma psicanalista*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2010.

NERY, Marie Louise. *A evolução da indumentária: subsídios para criação de figurino*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

OLIVEIRA, Ana Claudia; CASTILHO, kathia. *Corpo e moda: por uma compreensão do contemporâneo*. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores Editora, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em < <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por> >. Acesso em 02 de Fevereiro de 2023.

OSTROWER, Fayga. 30 ed. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 2014.

PEREIRA, Armando. 2. Ed. *Prostituição uma visão global*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Denise Teresinha; LAHNI, Cláudia Regina; SALDANHA, Patrícia Gonçalves; BASTOS, Pablo Nabarrete; SILVA, Suelen de Aguiar. *Comunicação para a cidadania em tempos de pandemia de Covid-19*. In: PRATA, Nair; JACONI, Sônia; NASCIMENTO, Gênio (org). *Desafios da Comunicação em tempos de pandemia – Um mundo e muitas vozes*. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em < <http://portcom.intercom.org.br/ebooks/detalheEbook.php?id=57188> >. Acesso em 02 de Agosto de 2022.

PEZZOLO, Dinah Bueno. 4 Ed. *Tecidos: história, tramas, tipos e usos*. São Paulo: Editora Senac SP, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTAL BBC NEWS – BRASIL. *Por que o Coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo*. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421> >. Acesso em 27 de Julho de 2021.

PORTAL CONEXÃO PLANETA. *Em ranking global, Brasil aparece como pior país na gestão durante a pandemia*. Disponível em < <https://conexaoplaneta.com.br/blog/em-ranking-global-brasil-aparece-como-pior-pais-na-gestao-da-pandemia/> >. Acesso em 10 de Dezembro de 2021.

PORTAL FGV. *Pandemia acentua a pobreza e é tema de debate na FGV*. Disponível em < <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acentua-pobreza-e-e-tema-debate-fgv> >. Acesso em 15 de Maio de 2021.

PORTAL G-1. *Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil*. Disponível em < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml> > Acesso em 27 de julho de 2021.

PORTAL GELEDÉS. *Feminicídio: Em quase 20% dos casos em 2020, filhos presenciaram o assassinato de suas mães*. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/feminicidio-em-quase-20-dos-casos-de-2020-filhos-presenciaram-o-assassinato-de-suas-maes/> > Acesso em 12 de Outubro de 2021.

_____. *Atendimento a mulheres vítimas de violência tem alta de 75% em SP*. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/atendimentos-a-mulheres-vitimas-de-violencia-tem-alta-de-75-em-sp/> >. Acesso em 12 de Janeiro de 2022.

_____. *30% das mulheres dizem que já foram ameaçadas de morte por parceiro ou ex; 1 em cada 6 sofreu tentativa de feminicídio*. Disponível em < <https://www.geledes.org.br/30-das-mulheres-dizem-que-ja-foram-ameacadas-de-morte-por-parceiro-ou-ex-1-em-cada-6-sofreu-tentativa-de-feminicidio-diz-pesquisa/> >. Acesso em 12 de Janeiro de 2022.

PORTAL INFORMASUS – UFSCar. *Desigualdade de gênero e a violência contra a mulher no contexto da pandemia do Coronavírus*. Disponível em < <https://www.informasus.ufscar.br/desigualdade-de-genero-e-a-violencia-contr-a-mulher-no-contexto-da-pandemia-do-coronavirus/> >. Acesso em 04 de Maio de 2021.

PORTAL INSTITUTO RENÉ RACHOU - FIOCRUZ – MG. *Mulheres, violência e pandemia de Coronavírus*. Disponível em < <http://www.cpqr.fiocruz.br/pg/artigo-mulheres-violencia-e-pandemia-de-coronavirus/> >. Acesso em 10 de Janeiro de 2022.

PORTAL LABORATÓRIO THING OLGA. *O cuidado e as construções de gênero*. Disponível em < <https://lab.thinkolga.com/o-cuidado-e-as-construcoes-de-genero/> > Acesso em 10 de Janeiro de 2022.

PORTAL NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Fundo de população da ONU chama atenção para o aumento da violência de gênero durante a pandemia*. Disponível em < <https://brasil.un.org/pt-br/142681-fundo-de-populacao-da-onu-chama-atencao-para-aumento-da-violencia-de-genero-durante-pandemia> >. Acesso em 09 de Setembro de 2021.

PORTAL ONU MULHERES – BRASIL. *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, 1979*. Disponível em < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf >. Acesso em 17 de Agosto de 2022.

_____. *Covid-19*. Disponível em < <http://www.onumulheres.org.br/covid-19/> >. Acesso em 12 de Dezembro de 2021.

_____. *Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim*, 1995. Disponível em < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf >. Acesso em 17 de Agosto de 2022.

_____. *Documentos de Referência*. Disponível em < <http://www.onumulheres.org.br/onumulheres/documentos-de-referencia/> >. Acesso em 04 de Maio de 2021.

_____. *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe*. Disponível em < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf >. Acesso em 27 de Julho de 2021.

_____. *Igualdade de gênero e Assembleia Geral da ONU: Fatos e história a saber*. Disponível em < <http://www.onumulheres.org.br/noticias/igualdade-de-genero-e-assembleia-geral-da-onu-fatos-e-historia-a-saber/> >. Acesso em 20 de Outubro de 2021.

_____. *ONU Mulheres sugere nove ações que toda pessoa pode fazer na resposta à Covid-19 e eliminar a desigualdade de gênero dentro de casa*. Disponível em < <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-sugere-nove-aco-es-que-toda-pessoa-pode-fazer-na-resposta-a-covid-19-e-eliminar-a-desigualdade-de-genero-dentro-de-casa/> > Acesso em 04 de Maio de 2021.

_____. *Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres*. Disponível em < <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/> >. Acesso em 04 de Maio de 2021.

PORTAL ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. *Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe*. Disponível em < <https://www.fao.org/americas/publicaciones-%20audio-video/panorama/2020/es/> >. Acesso em 08 de Agosto de 2021.

PORTAL SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. *O trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Disponível em < https://mulheresnapanademia.sof.org.br/?fbclid=IwAR2zByYRi2hoaHpggmisFmkUzm_hjP6bv52NPsdYqWGTC-coFxcgiDFg3GQ >. Acesso em 10 de Janeiro de 2022.

ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na História*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Mulheres educadas e a educação de mulheres*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical de políticas da sexualidade*. Disponível em < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex0.pdf?sequence=1 > Acesso em 28 de Agosto de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero*. In: Cadernos Pagu, n. 16, 2001, p. 115-136. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644541> >. Acesso em 10 de Fevereiro de 2022.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987, p. 5-24, 41-67.

SAGGESE, Sylvia; DUARTE, Sonia. 7 Ed. *Modelagem Industrial Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Guarda Roupas, 2014.

SANTOS, Andrea Paula. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Tecnologias sociais e culturais: reflexões sobre noções de tecnologia em políticas educacionais e culturais*. In: Ana Maria Dietrich; Artur Zimmerman (Org.) *Café com PP: novas abordagens de políticas públicas no Brasil*. 1ed. Santo André-SP: UFABC, v. 1, p. 88-104, 2012.

SAWAIA, Bader. 14. Ed. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCOTT, Joan. *Gênero uma categoria útil de análise histórica*, 1995. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> >. Acesso em 15 de Abril de 2021.

SELEÇÕES DO READER'S DIGEST. *O grande livro da costura*. Ambar: Porto – Portugal, 1980.

SILVA, Denise Teresinha. *A fotografia publicitária de moda e a glamourização da violência contra a mulher*. São Borja: Faith, 2013.

SILVA, Joseli Maria. *Cultura e territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade*. Revista de História Regional, v. 5. n. 2, 2000, p. 9-37.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Ursula Rosa da; SENNA, Nadia da Cruz. *Epistemologias e culturas silenciadas: Por uma formação decolonial em Artes*. In: Revista Educação, Artes e Inclusão, n. 3, v. 16, 2020, p. 173-195. Disponível em < http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6818/1/EPISTEMOLOGIAS_E_CULTURAS_SILENCIADAS.pdf >. Acesso em 20 de Agosto de 2022.

SIMIONI, Ana Paula. *Bordado e transgressão: questões de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan*. In: Revista Proa, n. 2, v. 1, 2010. Disponível em < https://www.academia.edu/18377583/Bordado_e_transgressao_questoes_de_genero_na_arte >. Acesso em 02 de Janeiro de 2023.

SORCINELLI, Paolo. (Org.). *Estudar a moda: corpos, vestuários, estratégias*. São Paulo: Editora Senac SP, 2008.

SORGER, Richard; UDALE, Jenny. Trad. Joana Figueiredo; Diana Aflalo. *Fundamentos de Design de Moda*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

STEVENSON, Nj; UDALE, Jenny. Trad. Maria Luíza X. de A. Borges. *Cronologia da Moda: de Maria Antonieta a Alexander McQueen*. São Paulo: Publifolha, 2014.

TAYLOR, Kerry. Trad. Gabriela Erbeta. *Moda vintage e alta-costura: um panorama de estilistas do século XX – de Paul Poiret a Alexander McQueen*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOLEDO, Leslie Campaner et al (Org.). GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem se entende*, 2014. Disponível em <<http://portalsemear.org.br/publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem/#:~:text=Este%20Manual%2C%20desenvolvido%20pelo%20governo,outras%20institui%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20e%20privadas>>. Acesso em 28 de Outubro de 2022.

TRÓIA, Eliane; LAHNI, Cláudia. *Gênero, Sexualidade e Moda na Pesquisa em Comunicação: Um estudo de trabalhos apresentados em congressos da Intercom*. In: Seminário de Estudos da Condição Humana: A respiração em tempos de pandemia – resistência, vida e democracia, 1, 2021, São Carlos, SP. Anais [recurso eletrônico] do 1º Seminário de Estudos da Condição Humana. Sorocaba, SP, 2021. Disponível em: <[https://sechu.faiufscar.com/pagina/6289publica%C3%A7%C3%B5es#/#/](https://sechu.faiufscar.com/pagina/6289publica%C3%A7%C3%B5es#/)>

WHITAKER, Dulce. C. A.; *Mulher - Homem: O Mito das Desigualdades*. São Paulo: Moderna, 1988.

Glossário

Do universo da **Costura de Tecidos** (Roupa/Moda).

Abotoadura – Peça composta por dois botões ou peças semelhantes a botões, geralmente em metal, conectadas a uma haste, corrente ou algo similar. Usada para fechar punhos de camisas (especialmente o punho francês duplo).

Agulha – Instrumento pontiagudo em formato de haste, que tem a finalidade de segurar a linha da costura. Para costuras feitas à mão, tem um orifício na extremidade contrário à ponta, por onde passa a linha. Já para costuras feitas à máquina, tais orifícios estão localizados na extremidade da ponta.

Algodão – Fibra natural de origem vegetal procedente do algodoeiro. Aplicação têxtil: fabricação de inúmeros tecidos para uso doméstico e profissional; brim, cretone, popeline, cambraia, sarja, fustão, etc. Características: macio e confortável; durável; resistente ao uso e à lavagem.

Alinhavar – Unir duas ou mais partes de tecido com pontos largos. Geralmente uma ação que antecede à costura com pontos mais ajustados.

Arrematar – Finalizar com o devido cuidado. Retirar sobras e rebarbas de linha e/ou tecidos.

Biquíni – Traje de banho feminino composto de duas peças, que compreende *top* para cobrir o busto e uma calcinha para cobrir a área íntima.

Blusa – Peça que cobre parte superior do tronco, podendo ter decote, comprimento e caimento variáveis.

Bobina – Peça que condiciona a linha de baixo, por onde passará o gancho da lançadeira para formar o ponto de costura.

Body – Peça confeccionada em tecidos elásticos, grudada ao corpo, de desenho semelhante aos maiôs de praia.

Bordado – Uma forma criada com a finalidade de decorar ou destacar uma outra forma sobre a qual foi colocada. Pode ser executado à mão ou à máquina.

Cabeçote – Corpo da máquina, que fica da mesa para cima.

Calças cargo – Calças que se assemelham aos uniformes utilitários, repleta de bolsos. Uma mistura dos estilos militar e esportivo.

Cambraia – Tecido de algodão ou linho leve, com ligamento tafetá, usado na camisaria, blusas finas, roupas para bebê e lenços.

Camisa – Peça que cobre a parte superior do tronco, geralmente composta de colarinhos e punhos, podendo ter comprimentos de mangas, gola e fechamentos variáveis.

Cânhamo – Tecido fabricado a partir das camadas externas do caule de plantas de Cannabis. Fibra de altíssimo grau de resistência.

Capuz – Uma cobertura para a cabeça, geralmente costurada a um abrigo ou blusa. De uso tanto masculino quanto feminino, faz parte da indumentária de várias épocas.

Casaco – Abrigo com mangas compridas, geralmente com abertura na parte frontal. Seu comprimento pode estar em qualquer altura compreendida entre os quadris e os pés.

Chemisier – Uma espécie de camisa alongada que atinge variados comprimentos de vestidos.

Collant – Peça confeccionada em tecidos elásticos, grudada ao corpo, de desenho semelhante aos maiôs de praia.

Costurar – Ato de unir duas ou mais partes de tecido, com o auxílio de instrumentos, a fim de compor um todo.

Decote – Abertura na parte de cima da vestimenta que possibilita a visualização de partes do tronco.

Enlaçar – Prender uma linha à outra, por meio de laçadas de linha.

Entremeio – Aviamento rendado ou bordado, com acabamento em ambos os lados, utilizado para unir duas ou mais partes de tecido, “ajudando” na construção de uma peça única.

Espartilho – Peça feminina de corte anatômico, que vai dos quadris até o peito, podendo cobrir os seios ou parar logo abaixo destes. Feita de tecido resistente e forrada de seda, algodão, couro ou outros materiais, é geralmente provida de barbatanas de materiais variáveis para manter a forma. Podendo compor-se de duas peças amarradas ou peça única que se prende com cordões ou ganchos nas costas. Também pode ser usada como roupa “de cima”.

Fechos – Aviamentos destinados especificamente ao fechamento das peças de vestuário; dentre eles, botões, zíperes, colchetes.

Fio – Produto final da etapa de fiação do processo de tecelagem, que visa unir em formato contínuo, suas fibras originárias. Estas, por sua vez, podem ser fibras naturais, artificiais e sintéticas.

Gaze – Tecido fino, transparente, com trama aberta. Também conhecido como bandagem.

Gravata – Acessório, geralmente de uso masculino, consistindo em uma tira utilizada em volta do pescoço, sob o colarinho da camisa, atada em nó ou laço na frente.

Jeans – Tecido construído a partir da base do fio de algodão, podendo sofrer alterações com a inserção de fios de elastano, metálicos, entre outros.

Lã – Fibra de origem animal, derivada da pelagem da ovelha, da alpaca, da vicunha ou da lhama. O processo de fiação da lã se inicia na tosquia de tais animais.

Leggings – Calças confeccionadas em tecidos elásticos, grudadas ao corpo.

Ligamento – estrutura de base da tecelagem. A tecelagem pode ser feita de várias maneiras, mas são três as principais estruturas: Ligamento Sarja, Ligamento Cetim e Ligamento Tafetá (Ligamento predominante, pois mais de 70% dos tecidos se utilizam dessa técnica).

Linha – Tipo de fio contínuo usado para costurar, alinhavar, bordar. Pode ser feito de vários materiais diferentes, a depender da origem da fibra da qual é composta.

Linho – Tecido feito com a fibra natural de origem vegetal procedente do talo do linho. Utilizado no vestuário, na rouparia doméstica e na decoração.

Malha – Tecido resultado do tricô (processo de entrelaçamento dos fios por meio de laçadas).

Máquina Reta – Máquina que opera com a sincronização dos movimentos da agulha e do gancho da lançadeira, de modo a levar a linha da agulha e a da bobina a formar o ponto.

Minissaia – Saia de comprimento bem acima dos joelhos. A barra geralmente fica cerca de 20 cm acima dos mesmos.

Minivestido – Vestido com o comprimento de minissaia.

Paletó – Casaco de modelagem reta, com mangas compridas e comprimento até a linha central dos quadris. Peça fundamental do Terno, que é o conjunto de duas ou três peças (calça e paletó ou calça, paletó e colete) geralmente destinado ao uso masculino.

Peça íntima – Peça utilizada sob as roupas, para “proteção” das regiões íntimas.

Poá – Bolinha.

Poliamida – Fibra sintética desenvolvida na década de 1930 pelo químico Wallace Hume Carothers. Garante ao tecido, um toque macio, sedoso e elástico.

Ponto – Unidade básica do ciclo da costura.

Pontos múltiplos – Uma série de pontos retos, aplicados em diferentes direções.

Popeline – Tecido de algodão, de peso médio, ligamento tafetá. A popeline é usada em vestidos, camisas, calças, bermudas, toalhas de mesa, guardanapos.

Renda – Tecido fino de malha aberta, transparente, fina e delicada, com padrão e desenhos feitos à mão ou à máquina. Geralmente de algodão, linho, seda ou fio sintético. Comumente é aplicado sobre uma trama ou fundo em rede, a fim de criar formas decorativas por meio de técnicas de laçadas, tricô ou cordões.

Saia lápis – Saia justa, com corte reto. Geralmente de comprimento na altura dos joelhos ou logo abaixo dos mesmos.

Seda – Tecido produzido com o fio natural secretado por lagartas.

Sutiã – Peça íntima utilizada para sustentar e/ou modelar os seios, sob as roupas. Geralmente é constituída de duas taças unidas por um painel central, com ou sem alças e com fechamentos diversos.

Tafetá – A mais simples das estruturas de base da tecelagem, sendo também a predominante. Cada fio da trama passa alternadamente por cima e por baixo de cada fio do urdume, resultando numa tela que lembra um tabuleiro.

Trama – São o segundo conjunto de fios da tessitura tafetá. Colocados no sentido horizontal, também concedem características à tessitura final, pois tal estrutura é formada pelo entrecruzamento desses dois conjuntos de fios, a partir de suas respectivas especificidades e propriedades.

Tutu de balé – Peça que integra os figurinos das bailarinas, geralmente confeccionada a partir da sobreposição de várias camadas de tule, ou outro tecido “leve”, a depender da variação usada e da composição de figurino à qual se aplica. Variações: Tutu Prato ou Bandeja, Tutu Romântico, Tutu Sino ou Clássico, Tutu Balanchine, Tutu de Ensaio.

Urdume - Na tessitura tafetá, o urdume é o primeiro conjunto de fios. Fios tensos, paralelos, colocados previamente no tear. Ou seja, os fios estruturantes da formação.

Veludo – Tecido macio, caracterizado pela superfície felpuda e o avesso liso. Variações: alemão, cotelê, devoré, entre outros.

Vestido – Peça de forma e comprimento variáveis, que pode constituir-se de uma só peça inteiriça ou dois elementos que se integram por meio de uma costura.

Viés – Aviamento produzido a partir do corte em ângulo de 45° de um tecido de base. Corte em viés – É o corte que “atravessa” a tessitura em sentido transversal. Rompendo as suas fibras em sentido oblíquo ao fio de referência, concede-lhe diferentes propriedades das originárias. Como, por exemplo, maior flexibilidade.

